



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 634

Segunda-feira - 13 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Braço do Trombudo	3
Caçador	3
Campo Alegre	4
Campos Novos	6
Catanduvas	6
Chapadão do Lageado	7
Concórdia	26
Cordilheira Alta	27
Coronel Martins	30
Corupá	31
Curitibanos	31
Ermo	33
Eral Velho	34
Forquilha	34
Fraiburgo	35
Garopaba	38
Garuva	43
Gaspar	45
Governador Celso Ramos	47
Guaramirim	47
Herval do Oeste	48
Imbituba	53
Itapoá	61
Joaçaba	63
José Boiteux	64
Luzerna	64
Massaranduba	65
Meleiro	67
Morro da Fumaça	68
Nova Trento	74
Novo Horizonte	75
Paial	76
Paulo Lopes	76
Pinheiro Preto	76
Porto Belo	82
Porto União	85
Rio do Sul	91
Salto Veloso	101
São Lourenço do Oeste	102
São Pedro de Alcântara	102
Schroeder	103
Timbó	110
Tunápolis	116
Turvo	116
Videira	119

Consórcios Públicos

CIGA	121
------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 420/2010.

PORTARIA N° 420/2010.

Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, RENATA DA SILVA ALMEIDA SANTOS, do cargo de MEDICO - 20H, a partir de 01 de Dezembro de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 08 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 421/2010.

PORTARIA N° 421/2010.

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, RENATA DA SILVA ALMEIDA SANTOS, para o cargo de MEDICO - 40H, a partir de 02 de Dezembro de 2010 até se faça Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 08 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 422/2010.

PORTARIA Nº 422/2010.

Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor ROSIMERE APARECIDA SCHMITT MARIA, ocupante do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 13 de Dezembro de 2010, relativo ao período aquisitivo de 16/10/2009 a 15/10/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 423/2010.

PORTARIA Nº 423/2010.

Concede Licença Maternidade.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, a servidora ACT, LEISE CRISTINA DE SIQUEIRA LAUREANO, ocupante do Cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 10 de Dezembro de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 424/2010.

PORTARIA Nº 424/2010.

Concede Licença p/Tratamento de saúde.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor efetivo, EDUARDO PRIM HOFFMANN, ocupante do Cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, a contar de 06 de Dezembro de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 425

PORTARIA nº 425, de 10 de Dezembro de 2010.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20701007.1.00099/97-0, nos assentos funcionais do servidor ICELDA HOFFMANN VENTURA, detentor da matrícula nº 39 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor ICELDA HOFFMANN VENTURA , detentor da matrícula nº 39 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20701007.1.00099/97-0, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, devendo o período de 01/08/1978 a 31/10/1990, ser integralmente computado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - PL Nº 153/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 153/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Registro de Preços - Menor preço por item; Objeto: Aquisição de 204 (duzentos e quatro) m³ de material de "Pedra Pulmão" (rachão), para uso na obra de drenagem nas ruas João Henrique Pauli e João Antonio Bezen no Município de Antonio Carlos-SC, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 23/12/2010 às 08:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 09 de Dezembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Tomada de Preço 59/2010 - Reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇO 59/2010

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 15:00 horas do dia 29.12.2010, estará selecionando a melhor proposta para Reforma e Ampliação Centro de Educação Infantil Emília Rinnert. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 10 de dezembro de 2010.
NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Extrato de Contrato 50/2010

EXTRATO DE CONTRATO 50/2010

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Proaço Indústria Metalúrgica Ltda
CNPJ 00.868.626/0001-14, Rua Avenida Evaldo Prim, 91
Cidade de Ituporanga - SC

Objeto: Aquisição painéis de laje PII pré-moldada em concreto para Ponte Ribeirão Vitória

Valor Total: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência até 31.12.2010

Data da assinatura: 09.12.2010

NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Extrato do 1º aditivo ao contrato 4/2010FMS

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 4/2010.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, CNPJ 11.481.782/0001-44, sito a Rua Leopoldo Joenck, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda.
CNPJ 00.456.865/0001-67, sito a Rua João Pessoa, 134
Cidade de Criciúma - SC

Prorroga a vigência do contrato até dia 31.12.2011.

Objeto: Locação sistema folha de pagamento e implantação, configuração e parametrização Sistema Folha de Pagamento.

Data da assinatura: 09.12.2010

NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.708

DECRETO nº 4.708, de 08 de dezembro de 2010.

Nomeia membros para Comporem a Comissão do Processo Seletivo do Atendimento Educacional Especializado - AEE, Laboratório de Informática, Reforço Escolar e Remoção de Ofício.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos, a seguir relacionados, para comporem a Comissão do Processo Seletivo do Atendimento Educacional Especializado - AEE, Laboratório de Informática, Reforço Escolar e Remoção de Ofício, conforme segue:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Rosalba Endrigo de Almeida
Ana Maria Bortolon
Claudia Maurílio

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

Dirceu Ribeiro de Mello

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED:

Cleci Faganello

REPRESENTANTE DOS RECURSOS HUMANOS:

Rosely Sorgatto

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Mara Teresinha Lipka

REPRESENTANTE DOS ESPECIALISTAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Janete Aparecida Tarniowicz

REPRESENTANTE DAS SECRETARIAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Eliane Bortolini

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Vanderleia Aparecida Birnseld

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DO 1º AO 5º ANO:

Ivonete Arruda

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DO 5º AO 8º ANO:

Vera Lucia Berardi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução Nº 16, de 04 de janeiro de 2010**

RESOLUÇÃO nº 16, de 04 de janeiro de 2010.

Concede férias a servidor da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 90 e 93 da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER à servidora MARILUCY WIERSBICKI, ocupante do cargo em comissão de Secretária Legislativa da Câmara Municipal de Caçador, (20) vinte dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2009 a 04/01/2010, a contar do dia 06/01/2010, até o dia 25/01/2010.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor em 04 de janeiro de 2010.

Gabinete da Presidência, 04 de janeiro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Campo Alegre**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 6.293 de 08 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.293 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, Agente Operacional V, matrícula nº 954850, a partir de 08 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.294 de 08 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.294 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. GEOVANE TADEU CANDIDO, Agente Operacional V, matrícula nº 954848, a partir de 08 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.295 de 08 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.295 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA, Professora Ensino Infantil, matrícula nº 954869, a partir de 08 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.683 de 06 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.683 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR
DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, Técnico em Nível Médio - JOÃO SAMUEL CUBAS, matrícula nº 000384, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressões obtidas pela avaliação de desempenho: Passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência C para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência E, com vencimentos no valor de R\$ 1.315,21 (um mil, trezentos e quinze reais, vinte e um centavos) mensais, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2008; e passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência E para Nível 5 Sub-Nível 52 Referência F, com vencimentos no valor de R\$ 1.534,70 (um mil, quinhentos e trinta e quatro reais, setenta centavos) do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2010, será pago o valor de R\$ 1.579,63 (um mil, quinhentos e setenta e nove reais, sessenta e três centavos), correspondente aos valores das Progressões mencionadas no caput deste Artigo, já descontado o valor de R\$ 195,24 (cento e noventa e cinco reais, vinte e quatro centavos) referente a contribuição do servidor ao IPRECAL; e o valor de R\$ 390,48 (trezentos e noventa reais, quarenta e oito centavos) o qual refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 04 de maio de 2008 e 04 de maio de 2010 respectivamente.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração ao Pregão 112/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 112/2010, PREGÃO (presencial)

Considerando Ofício nº 043-1º/1º/2º/9ºBBM, o deferimento da Secretaria de Finanças e a Autorização da Autoridade Superior, ALTERA-SE o item 2.1.3 do edital, que estabelece o prazo de entrega do veículo, que passa a vigorar conforme segue:

2.1.3 - O prazo para entrega do veículo será de no máximo 60 (sessenta) dias consecutivos, contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento (que será via fax ou e-mail).

E, em consequência de tal alteração, ALTERA-SE a data de abertura, a data do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

"1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 23/12/2010, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC."

"1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 23/12/2010

HORA: 14 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC."

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 23/12/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 23/12/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 13 horas e 30 minutos do dia 23/12/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município e no site www.campoalegre.sc.gov.br, no DOM.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 10 de dezembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Visto e de acordo,

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico
OAB 15.760

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.164 de 25/11/2010

DECRETO Nº 6.164 DE 25/11/2010
AUTORIZA UTILIZAÇÃO DE RECURSO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social de 24/11/2010, que relata os danos materiais ocorridos pela precipitação da chuva de granizo, nas residências dos moradores da comunidade Assentamento Betinho;

Considerando a manifestação da Comissão Municipal de Defesa Civil;

Considerando as imediatas providências que deverão ser tomadas para abrigar os atingidos pela ocorrência;

Com amparo no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 15, §§1º, 2º e 3º da Lei nº 3.474/09 de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a utilização dos recursos da Reserva de Contingência, ante o evento ocorrido em 24/11/2010, no interior do município, na comunidade Assentamento Betinho, conforme relatórios apresentados pela Secretaria de Assistência Social, e Comissão Municipal de Defesa Civil.

§ único. Integram este Decreto independente de transcrição os relatórios mencionados no caput.

Art. 2º - A autorização prevista no Art. 1º limitar-se-á ao valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

§1º. Anula-se:

ÓRGÃO: 10 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
UNIDADE: 29 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
PROJ./ATIV.: 9.999 - Reserva de Contingência
149-9.99.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Reserva de Contingência
R\$ 16.500,00

§1º. Suplementa-se:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
17-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 16.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de novembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Retificação de Aviso de Licitação RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ: TOMADA DE PREÇO 26/2010
LEIA-SE: PREGÃO 26/2010

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0116/2010 Edital de Pregão Presencial Nº 0039/010

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/2010
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0039/010

Objeto: O objeto da presente licitação constitui a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene para o Hospital Municipal e PSF's visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social no primeiro semestre de 2011.

Abertura das Propostas às 09:00 horas do dia 27 de dezembro de 2010.

Informações: Maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvas, SC, 09 de dezembro de 2010.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0117/2010 Edital de Pregão Presencial Nº 0040/010

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2010
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0040/010

Objeto: O objeto da presente licitação constitui a aquisição de material de limpeza para o primeiro semestre de 2011, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas às 09:00 horas do dia 28 de dezembro de 2010.

Informações: Maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 8:30

às 11:30 e das 13:30 as 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvas, SC, 09 de dezembro de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0047/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0047/2010
Tomada de Preços nº 002/2010 (Processo Licitatório nº 0058/2010).

Objeto: para execução de projeto para construção de unidade básica de saúde, conforme Projeto de engenharia, memorial descritivo e orçamento básico, em regime de empreitada global (material e mão de obra) visando o atendimento do convênio celebrado com o Governo Federal, através do Ministério da Saúde e o município de Catanduvas.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): IRANI CONSTRUTORA E PRÉ MOLDADOS LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

PRIMEIRA - Devido a ocorrência de fatores externos relacionados a condições climáticas que prejudicaram a execução da obra, de acordo com a justificativa em anexo, e por interesse da Administração Municipal prorroga-se o prazo de execução da obra em 33 (trinta e três) dias.

SEGUNDA - O período para execução encerraria em 28 de novembro de 2010, e, após a celebração deste Termo Aditivo de Contrato, com a prorrogação do prazo em 33 (trinta e três) dias se encerra em 31 de dezembro de 2010.

TERCEIRA - Este termo aditivo de contrato entra em vigor nesta data.

QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 26 de novembro de 2010.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0061/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0061/2010
Convite nº 0028/2010 (processo licitatório nº 0053/2010).

Objeto: aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): GRAFICA EDITORA BLUMEN LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

PRIMEIRA - Em face da necessidade de aquisição de maiores quantidades para atender a demanda, e estando de acordo com o item 3.2 do contrato original, por interesse da Administração Municipal, resolve aditar o presente contrato em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

SEGUNDA - Após a celebração deste Termo Aditivo, o valor global do contrato passa de R\$ 33.870,70 (trinta e três mil oitocentos e setenta reais e setenta centavos) para R\$ 38.870,70 (trinta e oito mil oitocentos e setenta reais e setenta centavos).

TERCEIRA - As despesas decorrentes da presente contratação ficarão a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para o ano de 2010 com a seguinte classificação:

03 Administração Geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

03.0301.04.122.0009.2005 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

03.0301.04.122.0009.2005.33000000 Outras despesas correntes
QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 06 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 049 de 09.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 049 DE 09.12.2010

"ALTERA, ACRESCE E EXCLUI DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº007 DE 23.12.99, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Os arts. 6º, 12 e 17 da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, passam a ter a seguinte redação:

"Art.6º. Os cargos de agente político e os de provimento em comissão serão definidos na Lei de Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado."

"Art.12. As Gratificações de Funções, a critério do Chefe do Poder Executivo, serão concedidas a servidores do quadro permanente, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes às atividades de execução e controle, de acordo com o anexo V, parte integrante desta Lei Complementar."

"Art.17. A Progressão Funcional consiste na movimentação do cargo, do nível onde está situado, para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo, de acordo com o Anexo IV, parte integrante desta Lei Complementar."

Art.2º O §3º do art. 18 da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art.18.
....."

§3º. A Progressão por tempo de serviço será concedida por ato administrativo, com base nas informações do sistema de dados de pessoal, e as vantagens financeiras serão incluídas na folha de pagamento a partir do mês subsequente a que servidor adquirir o direito".

Art.3º Fica acrescido ao art. 18 da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, o inciso III e o § 4º com a seguinte redação:

"Art.18.

.....
 III – por nova titulação ou habilitação”.

.....
§4º A progressão por nova titulação ou habilitação poderá se dar a qualquer tempo, a requerimento do interessado com prova da graduação exigida e sua concessão ocorrerá mediante ato do Poder Executivo Municipal.

Art.4º Fica acrescido ao art. 21 da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art.21.....

.....
 Parágrafo único. A progressão por desempenho será regulamentada por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo”.

Art.5º O art.22, acrescido de incisos e parágrafos da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.22. A progressão por nova titulação ou habilitação consiste na movimentação do servidor de um nível para outro na tabela de vencimento, mediante apresentação de título de formação escolar ou acadêmica em grau superior ao exigido para o seu cargo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e em regulamento.

I – diploma ou histórico escolar das séries finais do ensino fundamental: um nível.

II – diploma ou histórico escolar de conclusão do ensino médio ou profissionalizante: dois níveis.

III – diploma ou certificado de conclusão do ensino superior na área afim do cargo: quatro níveis.

IV - diploma ou certificado de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, quando relacionado com a área fim do cargo efetivo do servidor: três níveis.

§1º Os servidores públicos abrangidos pela Gratificação de trata o art. 62 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.1999, terão direito a progressão por nova titulação ou habilitação, somente na forma prevista no inciso IV deste artigo.

§2º. A progressão prevista neste artigo será conferida ao servidor mediante apresentação do diploma ou certificado de conclusão do curso, com requerimento dirigido ao Secretário de Administração e Planejamento.

Art.6º O art.23 e §3º da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, passa a ter a seguinte redação:

“Art.23. O servidor incluído no Plano de Carreiras de que trata esta Lei Complementar, fica sujeito a carga horária máxima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

.....

 §3º. Por decreto do Chefe do Poder Executivo a jornada de trabalho dos servidores do Poder Executivo Municipal poderá ser reduzida para turno único, sem redução dos vencimentos.”

Art.7º Fica acrescido os §§ 4º,5º, 6º e 7º ao art. 23 da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, com a seguinte redação:

“Art.23.....
 §4º A pedido do servidor, e se houver conveniência para a administração, a carga horária estabelecida poderá ser reduzida com redução proporcional da remuneração. (§2º do art.27 do Estatuto).

§ 5º O requerimento deverá definir o tempo que o servidor pretende a redução e, caso concedido, só retornará antes do prazo previsto se houver interesse da Administração, podendo ser prorrogada por períodos consecutivos.

§ 6º A Administração Municipal poderá ampliar a carga horária até o limite de 40 (quarenta) horas semanais, dos servidores com carga horária inferior ao limite estabelecido neste parágrafo:

I - maior tempo de serviço prestado no cargo em que se der a ampliação;

II - em caso de empate, o (a) mais idoso (a).

§7º As disposições do §3º não se aplicam aos servidores com jornada semanal de até 30 (trinta) horas.”

Art.8º Os arts. 29 e 34 da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999, passam a ter a seguinte redação:

“Art.29. O valor do Vencimento Inicial (Anexo III) e os valores da Tabela de Vencimento (Anexo IV) serão alterados na mesma proporção e na mesma data, sempre que for revisto ou reajustado o vencimento dos servidores, incluídos os tetos.”

“Art. 34. Passam a vigorar na data da sanção desta Lei os Anexos de I a VII em substituição aos Anexos I, II, III, VI, VII, VIII, IX e X.”

Art.9º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Art.10 Ficam revogados o inciso V do art.5º, os arts. 27, 31 e 33, da Lei Complementar nº. 007, de 23 de dezembro de 1999.

Município de Chapadão do Lageado, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO I

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Administrador
Assistente Social
Contador
Enfermeiro
Engenheiro Agrônomo
Farmacêutico
Fonoaudiólogo
Médico
Médico Veterinário
Nutricionista
Odontólogo
Psicólogo
Engenheiro Civil

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM

Auxiliar de Enfermagem
Fiscal de Tributos
Fiscal Sanitário

Oficial Administrativo
Oficial de Nível Médio
Secretário de Escola
Técnico Agrícola
Técnico em Enfermagem

GRUPO III – TRANSPORTES, E SERVIÇOS AUXILIARES - TSA

Agente de Saúde
Agente de Serviços Gerais
Agente Profissional
Auxiliar Administrativo
Mecânico
Operador de Equipamento
Operário

ANEXO II
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Administrador	
Assistente Social	
Contador	
Engenheiro Agrônomo	
Fonoaudiólogo	
Médico	Portador de Certificado de Conclusão de Curso
Médico Veterinário	Superior com Registro no respectivo Órgão
Odontólogo	Fiscalizador da Profissão.
Psicólogo	
Nutricionista	
Farmacêutico	
Enfermeiro	
Engenheiro Civil	

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Auxiliar de Enfermagem	Portador de Certificado de Conclusão de
Fiscal de Tributos	curso de Ensino Médio, com registro no
Fiscal Sanitário	Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver.
Oficial Administrativo	
Oficial de Nível Médio	
Secretário de Escola	
Técnico Agrícola	Portador de Certificado de Conclusão de
	curso de 2º Grau Técnico, com registro no
Técnico em Enfermagem	Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver.

GRUPO III – TRANSPORTES, E SERVIÇOS AUXILIARES - TSA

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Agente de Serviços Gerais	Séries iniciais do Ensino Fundamental
Agente de Saúde	Cargo em extinção
Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental Completo.
Operário	Alfabetizado
Agente Profissional	Ensino Fundamental Completo e experiência comprovada na área de atuação.
Mecânico	Alfabetizado e experiência comprovada na área de atuação.

Operador de Equipamento	Séries iniciais do Ensino Fundamental e CND – Carteira Nacional de Habilitação de acordo com o edital do concurso
-------------------------	---

ANEXO III
NÚMERO DE VAGAS – NOMENCLATURA DOS CARGOS – CÓDIGO, VENCIMENTO E JORNADA SEMANAL

GRUPO PROFISSIONAL:		ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS		
Vagas	Cargo	Código	Vencimento R\$	Jornada Semanal (Horas)
01	Administrador	1.1.01	1.900,00	40
01	Assistente Social	1.1.02	1.900,00	40
01	Contador	1.1.03	2.100,00	40
01	Engenheiro Agrônomo	1.1.04	1.900,00	40
01	Nutricionista	1.1.05	2.200,00	40
02	Médico	1.1.06	3.500,00	20
01	Médico Veterinário	1.1.07	1.900,00	40
01	Odontólogo	1.1.08	3.100,00	40
01	Psicólogo	1.1.09	1.900,00	40
01	Enfermeiro	1.1.10	1.900,00	40
01	Farmacêutico	1.1.11	800,00	15
01	Médico	1.1.12	7.000,00	40
01	Fonoaudiólogo	1.1.13	1.100,00	20
01	Engenheiro Civil	1.1.14	1.300,00	20
01	Assistente Social	1.1.15	1.000,00	20
01	Psicólogo	1.1.16	1.000,00	20
GRUPO PROFISSIONAL:		ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM		
Vagas	Cargo	Código	Vencimento R\$	Jornada Semanal (Horas)
03	Auxiliar de Enfermagem	2.2.01	850,00	40
02	Fiscal de Tributos	2.2.02	1.280,00	40
02	Fiscal Sanitário	2.2.03	1.280,00	40
03	Oficial Administrativo	2.2.04	1.280,00	40
08	Oficial de nível Médio	3.2.05	950,00	40
04	Secretário de Escola	2.2.06	950,00	40
02	Técnico Agrícola	2.2.07	950,00	40
02	Técnico em Enfermagem	2.2.08	970,00	40
GRUPO PROFISSIONAL:		TRANSPORTES E SERVIÇOS AUXILIARES - TSA		
Vagas	Cargo	Código	Vencimento R\$	Jornada Semanal (Horas)
02	Agente de Saúde	3.3.01	850,00	40
20	Agente de Serviços Gerais	3.3.02	550,00	40
05	Agente Profissional	3.3.03	850,00	40
12	Auxiliar Administrativo	3.3.04	900,00	40
25	Operador de Equipamento	3.3.05	700,00	40
15	Operário	3.3.06	550,00	40
01	Mecânico	3.3.07	1.600,00	40
02	Operador de Equipamento	3.3.08	350,00	20
02	Operador de Equipamentos	3.3.09	525,00	30
127	Total de Cargos Efetivos			

ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTO - PROGRESSÃO HORIZONTAL

	NIVEIS										
Código	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
1.1. 01	1.900,00	1.978,66	2.060,58	2.145,88	2.234,72	2.327,24	2.423,59	2.523,93	2.628,42	2.737,23	2.850,55
1.1. 02	1.900,00	1.978,66	2.060,58	2.145,88	2.234,72	2.327,24	2.423,59	2.523,93	2.628,42	2.737,23	2.850,55
1.1. 03	2.100,00	2.186,94	2.277,48	2.371,77	2.469,96	2.572,21	2.678,70	2.789,60	2.905,09	3.025,36	3.150,61
1.1. 04	1.900,00	1.978,66	2.060,58	2.145,88	2.234,72	2.327,24	2.423,59	2.523,93	2.628,42	2.737,23	2.850,55
1.1. 05	2.200,00	2.291,08	2.385,93	2.484,71	2.587,58	2.694,70	2.806,26	2.922,44	3.043,43	3.169,43	3.300,64
1.1. 06	3.500,00	3.644,90	3.795,80	3.952,94	4.116,60	4.287,02	4.464,51	4.649,34	4.841,82	5.042,27	5.251,02
1.1.07	1.900,00	1.978,66	2.060,58	2.145,88	2.234,72	2.327,24	2.423,59	2.523,93	2.628,42	2.737,23	2.850,55
1.1.08	3.100,00	3.228,34	3.361,99	3.501,18	3.646,13	3.797,08	3.954,28	4.117,98	4.288,47	4.466,01	4.650,90
1.1.09	1.900,00	1.978,66	2.060,58	2.145,88	2.234,72	2.327,24	2.423,59	2.523,93	2.628,42	2.737,23	2.850,55
1.1.10	1.900,00	1.978,66	2.060,58	2.145,88	2.234,72	2.327,24	2.423,59	2.523,93	2.628,42	2.737,23	2.850,55
1.1.11	800,00	833,12	867,61	903,53	940,94	979,89	1.020,46	1.062,71	1.106,70	1.152,52	1.200,23
1.1.12	7.000,00	7.289,80	7.591,60	7.905,89	8.233,19	8.574,05	8.929,01	9.298,67	9.683,64	10.084,54	10.502,04
1.1.13	1.100,00	1.145,54	1.192,97	1.242,35	1.293,79	1.347,35	1.403,13	1.461,22	1.521,71	1.584,71	1.650,32
1.1.14	1.300,00	1.353,82	1.409,87	1.468,24	1.529,02	1.592,32	1.658,25	1.726,90	1.798,39	1.872,84	1.950,38
2.2.01	850,00	885,19	921,84	960,00	999,74	1.041,13	1.084,24	1.129,12	1.175,87	1.224,55	1.275,25
2.2.02	1.280,00	1.332,99	1.388,18	1.445,65	1.505,50	1.567,83	1.632,73	1.700,33	1.770,72	1.844,03	1.920,37
2.2.03	1.280,00	1.332,99	1.388,18	1.445,65	1.505,50	1.567,83	1.632,73	1.700,33	1.770,72	1.844,03	1.920,37
2.2.04	1.280,00	1.332,99	1.388,18	1.445,65	1.505,50	1.567,83	1.632,73	1.700,33	1.770,72	1.844,03	1.920,37
3.2.05	950,00	989,33	1.030,29	1.072,94	1.117,36	1.163,62	1.211,79	1.261,96	1.314,21	1.368,62	1.425,28
2.2.06	950,00	989,33	1.030,29	1.072,94	1.117,36	1.163,62	1.211,79	1.261,96	1.314,21	1.368,62	1.425,28
2.2.07	950,00	989,33	1.030,29	1.072,94	1.117,36	1.163,62	1.211,79	1.261,96	1.314,21	1.368,62	1.425,28
2.2.08	970,00	1.010,16	1.051,98	1.095,53	1.140,89	1.188,12	1.237,31	1.288,53	1.341,88	1.397,43	1.455,28
3.3.01	850,00	885,19	921,84	960,00	999,74	1.041,13	1.084,24	1.129,12	1.175,87	1.224,55	1.275,25
3.3.02	550,00	572,77	596,48	621,18	646,89	673,68	701,57	730,61	760,86	792,36	825,16
3.3.03	850,00	885,19	921,84	960,00	999,74	1.041,13	1.084,24	1.129,12	1.175,87	1.224,55	1.275,25
3.3.04	900,00	937,26	976,06	1.016,47	1.058,55	1.102,38	1.148,02	1.195,54	1.245,04	1.296,58	1.350,26
3.3.05	700,00	728,98	759,16	790,59	823,32	857,40	892,90	929,87	968,36	1.008,45	1.050,20
3.3.06	550,00	572,77	596,48	621,18	646,89	673,68	701,57	730,61	760,86	792,36	825,16
3.3.07	1.600,00	1.666,24	1.735,22	1.807,06	1.881,87	1.959,78	2.040,92	2.125,41	2.213,40	2.305,04	2.400,47
3.3.08	350,00	364,49	379,58	395,29	411,66	428,70	446,45	464,93	484,18	504,23	525,10
3.3.09	525,00	546,74	569,37	592,94	617,49	643,05	669,68	697,40	726,27	756,34	787,65

ANEXO V

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	% SOBRE O VENCIMENTO
Chefe de Serviço	FG - 1	05	20%
Chefe de Serviço	FG - 2	03	30%
Chefe de Serviço	FG - 3	02	40%

TABELA DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS E ADICIONAIS POR FUNÇÃO
ANEXO VI
CARGOS ISOLADOS – EXTINTOS QUANDO VAGAREM

Cargo	Código	Vencimento Inicial(R\$)
Agente de Saúde	3.3.01	850,00

ANEXO VII
ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS**Cargo: ADMINISTRADOR**

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Administração de Empresas, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Planejar, organizar e controlar as atividades administrativas e as relacionadas a pessoal e relações públicas e participar da elaboração das políticas de ação do Município;

Realizar atividades de consultoria e assessoria do poder Executivo, observando a Constituição Federal, leis, códigos, jurisprudência, atos normativos, política pública fixada, e/ou outros documentos, bem como observando os princípios éticos e morais inerentes aos agentes públicos.

Participar da fixação da política geral do Município em relação aos planos de desenvolvimento;

Assessorar nos estudos sobre assuntos administrativos, de pessoal e relações públicas;

Estabelecer procedimentos gerais para os trabalhos relativos à administração, contratação de pessoal e relações com outras instituições;

Coordenar as atividades dos setores subordinados e sua unidade gerencial;

Cooperar nos estudos de organização dos serviços;

Assessorar nas negociações com outras entidades, dentro da política institucional do Município;

Identificar as necessidades do Município referentes a registros, arquivos de informação e comunicação, assim como dos recursos humanos indispensáveis, avaliando o material disponível, as possibilidades de suprir as carências existentes e de implantar outros serviços, para decidir sobre as políticas de ação, normas e medidas a serem propostas;

Consultar os secretários municipais do Município sobre assuntos relativos à administração, intercambiando informações e debatendo esses assuntos, para complementar seus conhecimentos, observações e conclusões;

Participar da elaboração da política administrativa do Município, colaborando com informações, sugestões e experiências, a fim de contribuir para a definição de objetivos gerais e específicos e para a articulação da área administrativa com as demais;

Participar da elaboração e discussão do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual;

Elaborar o plano de atividades de sua área gerencial, como as referentes aos serviços de informação, comunicação, organização e métodos, utilização de equipamentos, processamentos de dados, arquivos e outros, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e nas disponibilidades de recursos materiais e humanos, para definir prioridades, sistema e rotinas referentes a esses serviços;

Organizar os trabalhos administrativos distribuindo-os pelos diversos setores e estabelecendo normas e procedimentos a serem seguidos, para assegurar o fluxo normal dos trabalhos, os resultados previstos e padrões administrativos e uniformes na área que gerencia;

Controlar o desenvolvimento dos programas administrativos, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos e avaliação de seus efeitos;

Zelar pela observância das disposições regulamentares internas e externas emanadas da legislação federal e estadual, acompanhando o processamento das atividades administrativas e verificando as condições de segurança no trabalho e outros fatores, para assegurar a normalidade dos serviços planejados e organizados;

Avaliar os resultados dos programas, consultando o pessoal encarregado dos diversos setores administrativos, para detectar falhas e determinar ou propor as modificações necessárias;

Informar o Prefeito e Secretários sobre o processamento dos trabalhos e resultados alcançados, elaborando relatórios ou através de reuniões ou outros meios, para possibilitar a avaliação geral das políticas aplicadas e sua conjugação com as demais políticas;

Elaborar e avaliar a legislação municipal de acordo com as normas técnicas de redação legislativa e normas jurídicas aplicáveis.

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Assistência Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas;

Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades;

Realizar programas a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicos dos indivíduos e da comunidade;

Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhe suporte material, educacional e outros;

Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elementos catalisadores da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas;

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social do Município aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;

Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;

Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;

Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial;

Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;

Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;

Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;

Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social;

Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;

Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir veículo oficial do Município quando for necessário o

deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: CONTADOR

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Executar todos os serviços de contabilidade e finanças relativos ao Poder Executivo Municipal;
Elaborar, disponibilizar, controlar e manter toda a documentação contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;
Colaborar na elaboração das propostas orçamentárias;
Controlar a execução orçamentária;
Executar o processamento da despesa, contabilização orçamentária, financeira e patrimonial;
Executar o levantamento e controle patrimonial;
Elaborar, analisar e assinar balanços e balancetes contábeis e financeiros;
Elaborar, assinar e acompanhar os relatórios da gestão fiscal, inclusive os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro dos prazos legais;
Analisar e controlar as despesas, em relação aos limites previstos em Lei;
Proceder estudos e emitir pareceres técnicos sobre matéria contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, submetida a sua apreciação;
Prestar assessoramento ao Prefeito e Secretários Municipais sobre matéria contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e tributária;
Informar sobre as disponibilidades orçamentárias em todos os processos de licitações;
Emitir parecer em inquéritos, controle interno e outros procedimentos administrativos, quando formalmente designado;
Elaborar empenhos e liberações de pagamentos das despesas autorizadas pela autoridade responsável;
Conferir a documentação relativa ao recebimento, guarda e movimentação de valores;
Manter registro de movimento bancário atualizado;
Observar prazos legais para fins de recebimentos e pagamentos;
Fazer levantamento e organizar demonstrativos contábeis patrimoniais e financeiros;
Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho contábil;
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Elaborar os Balanços Anuais para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado;
Elaborar a prestação de contas de recursos de convênios e outras contribuições recebidas do estado e União;
Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: ENGENHEIRO AGRONOMO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Agronomia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de

solo e clima;

Efetuar estudos e experiências para melhorar a germinação de sementes, o crescimento das plantas adaptabilidade dos cultivos, o rendimento das colheitas e outras características dos cultivos agrícolas;
Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagem e condições climáticas sobre culturas agrícolas;
Determinar as técnicas de tratamento do solo e exploração agrícola mais adequadas a cada tipo de solo e clima;
Elaborar métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades da lavoura, pragas e insetos;
Orientar os agricultores sobre sistema e técnicas de exploração agrícola, épocas e sistemas de plantio, custos dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes;
Prestar assistência técnica aos produtores rurais do Município;
Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
Planejar e executar as políticas locais de incentivo e desenvolvimento agrícola;
Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura;
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: MÉDICO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Medicina, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e bem-estar do cliente;
Examinar o paciente, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista;
Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;
Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada;
Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais;
Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas;
Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município.

Cargo: MEDICO VETERINÁRIO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Medicina Veterinária, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica, relacionados com a pecuária e saúde pública animal;

Elaborar e executar projetos agropecuários, prestando assessoramento, assistência e orientação e fazendo o acompanhamento desses projetos, para garantir a produção racional e lucrativa dos alimentos;

Fazer profilaxia diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais;

Realizar exames laboratoriais, colhendo material e/ ou procedendo à análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica, para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica;

Promover o melhoramento genético procedendo a inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes à cada região e à cada finalidade para assegurar o rendimento da exploração pecuária;

Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando rações, para baixar o índice de conversão alimentar, prevenir doenças carências e aumentar a produtividade;

Efetuar o controle sanitário do produto animal, destinado ao consumo, realizando os exames clínicos anatomopatológicos ante e post mortem, para proteger a saúde individual e coletiva da população;

Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinado visita in loco, para fazer cumprir a legislação pertinente;

Orientar quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando executando projetos de maior lucratividade e melhor qualidade dos alimentos;

Desenvolver programas de pesca e piscicultura, orientando sobre a captura de peixes conservação e industrialização dos mesmos, para incrementar a exploração econômica;

Procede ao controle de zoonoses, efetivando levantamentos de dados, avaliação epidemiológica;

Elaboração de programas, execução supervisão e pesquisa para possibilitar a profilaxia dessas doenças;

Prestar assistência técnica aos produtores rurais do Município;

Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;

Planejar e executar as políticas locais de incentivo e desenvolvimento pecuário;

Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: ODONTOLOGO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Odontologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Prestar atendimento à população em geral nos postos ou unidades de saúde municipais ou nas escolas;

Examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a presença de cáries e outras afecções, determinando-lhe a extensão e a profundidade;

Extraírem raízes e dentes, utilizando boticões e outros instrumentos especiais, para prevenir infecções mais graves;

Restaurar cáries dentárias, empregando instrumentos, aparelhos e substâncias especiais como amálgama, cimento, porcelana, ouro e outras, para evitar o agravamento do processo e restabelecer a forma e a função do dente;

Fazer limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraíndo tártaros, para eliminar a instalação de focos infecciosos;

Substituir ou restaurar parte da coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas, para completar ou substituir o órgão dentário, facilitar a mastigação e restabelecer a estética;

Tratar as afecções da boca, usando procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou protéticos, para a conservação dos dentes e gengivas;

Aconselhar aos pacientes os cuidados de higiene, para orientá-lo na proteção dos dentes e gengivas;

Realizar todos os procedimentos de saúde bucal compatíveis com a sua habilitação profissional e com as instalações físicas e materiais colocados à sua disposição;

Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: PSICOLOGO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Psicologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Planejar, executar, acompanhar, avaliar e controlar atividades relacionadas à psicologia aplicada à área de atuação nas diferentes unidades da administração, em especial, aquelas cuja missão relaciona-se à proteção social, de acordo com normas vigentes.

Desenvolver trabalho com professores, alunos visando superar entaves institucionais;

Identificar problemas Psicosociais, que possam bloquear o ensino de aprendizagem;

Elaborar, executar procedimentos destinados ao conhecimentos em relação de Professores e Alunos;

Planejar, participar de pesquisas, desenvolvendo programas de orientação profissional;

Verificar o desempenho Escolar, aplicando testes, diagnosticando as necessidades dentro do sistema educacional;

Realizar processos de seleção de pessoal para equipe escolar;

Avaliar a prontidão profissional de professores e outros membros da escola, encaminhamento após diagnóstico e facilitando do processo ensino aprendizagem entre o professor e o aluno;

Avaliar a relação entre professor e aluno;

Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua

formação profissional;
Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional;
Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: NUTRICIONISTA

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Nutrição, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle das atividades relacionadas à nutrição, programas de educação preventiva, vigilância nutricional e de reeducação alimentar. deve atuar de forma multidisciplinar, integrado às políticas de proteção social.

Supervisionar, controlar e fiscalizar o preparo, a distribuição e o armazenamento das merendas nas escolas, a fim de contribuir para a melhoria protéica;

Planejar e elaborar o cardápio semanalmente, baseando-se na aceitação dos alimentos pelos comensais, para oferecer refeições balanceadas e evitar desperdícios;

Programar e desenvolver treinamento com os servidores, realizando reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços;

Elaborar relatórios mensais, baseando-se nas informações recebidas para estimar o custo médio da alimentação;

Zelar pela ordem e manutenção da qualidade e higiene dos gêneros alimentícios, orienta e supervisiona a sua elaboração, para assegurar a confecção de alimentos;

Atividades estabelecidas nos artigos 3º, incisos II, III, VI, VII e VIII e 4º da Lei nº 8.234, de 17/9/91 e Resolução CFN nº 200/98, no que couber.

Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;

Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional;

Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: FARMACEUTICO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Farmácia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Assumir a responsabilidade técnica da Farmácia do Município;

Aviar, classificar e arquivar receitas;

Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;

Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;

Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;

Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;

Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;

Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas;

Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servir de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;

Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;

Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;

Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;

Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;

Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;

Realizar nos laboratórios de análises clínicas, especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;

Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;

Planejar e executar as políticas locais de fornecimento de medicamentos à população carente;

Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: ENFERMEIRO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Enfermagem, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;

Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;

Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;

Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;

Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;

Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;

Prestar assessoria quando solicitado;
Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades do Município e as normas de saúde pública;
Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida, observada a legislação que regulamenta o exercício da profissão;
Fazer notificação de doenças transmissíveis;
Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pelo Município;
Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
Participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade;
Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
Elaborar informes técnicos para divulgação;
Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: FONOALDIOLOGO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Fonoaudiologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Planejar, executar, acompanhar e controlar os serviços de fonoaudiologia, promovendo atividades de assistência à saúde;
Identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo treinamento fonético, auditivo e de dicção, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou a reabilitação da fala;
Avaliar deficiências do paciente, realizando exames fonéticos, de linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico;
Orientar o paciente com problemas de linguagem e audição, utilizando a logopedia e audiologia em sessões terapêuticas, visando sua reabilitação;
Orientar a equipe pedagógica, preparando informes e documentos sobre assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar-lhe subsídios;
Controlar e testar periodicamente a capacidade auditiva dos servidores, principalmente daqueles que trabalham em locais onde há muito ruído;
Orientar os professores sobre o comportamento verbal da criança, principalmente com relação à voz;
Atender e orientar os pais sobre as deficiências e/ou problemas de comunicação detectadas nas crianças, emitindo parecer de sua especialidade e estabelecendo tratamento adequado, para possibilitar-lhes a reeducação e a reabilitação;
Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua

formação profissional;
Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão de Curso de graduação em nível superior de Engenheiro Civil, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Proceder à avaliação geral das condições requeridas para as obras municipais, estudado o projeto e examinando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para a construção;
Calcular os esforços e deformações previstas na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como, carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção;
Consultar outros especialistas, como engenheiros mecânicos, eletricitas e químicos, arquitetos de edifícios e arquitetos paisagistas, trocando informações relativas ao trabalhos a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à obra a ser executada;
Elaborar projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando um cálculo aproximado dos custos, a fim de apresenta-lo ao Prefeito e Secretários municipais para aprovação;
Preparar o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalizando do desenvolvimento das obras;
Dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendadas;
Quando necessário, elaborar o projeto básico de obras ou serviços a serem licitados pelo Município;
Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reformar, manutenção e locação de prédios escolares, administrativos, esportivos e praças públicas, bem como a definição das instalações e equipamentos;
Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica;
Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais;
Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações;
Participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;
Fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à especialidade;
Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços;

Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação;
 Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica;
 Executar estudo, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras;
 Fiscalizar imóveis financiados pelo Município;
 Participar de comissões técnicas;
 Propor baixa e alienação dos veículos e equipamentos considerados inservíveis;
 Elaborar projetos de loteamentos e emitir parecer em projetos de loteamento, desmembramento e instituição de condomínios apresentados por particulares;
 Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos;
 Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como, baixar normas e instruções disciplinadoras para o uso e manutenção dos veículos, equipamentos e obras municipais;
 Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado;
 Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria;
 Planejar e sugerir melhorias no sistema viário municipal;
 Fiscalizar a aplicação do Código de Posturas do Município;
 Participar da elaboração e discussão Plano Diretor do Município e fiscalizar a sua aplicação;
 Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
 Planejar e executar as políticas locais de incentivo e desenvolvimento urbano;
 Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pela Secretaria de Infra-Estrutura;
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
 Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
 Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Curso de auxiliar de enfermagem, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos usuários dos serviços, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na Instituição, sob a supervisão do Enfermeiro.
 Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos.
 Colher e ou auxiliar cliente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação.
 Realizar exames de eletro diagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem.
 Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde.
 Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem.
 Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem.
 Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura.
 Preparar e administrar medicações por via oral, tópica,

intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica.
 Realizar registros da assistência de enfermagem prestada ao cliente e outras ocorrências a ele relacionadas.
 Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário.
 Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar conforme as normas da Instituição, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente.
 Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização do material e equipamento, bem como sua conservação, preparo, armazenamento e distribuição, comunicando ao superior eventuais problemas.
 Propor a aquisição de novos instrumentos para reposição daqueles que estão avariados ou desgastados.
 Coletar leite materno no lactário ou no domicílio.
 Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico
 Auxiliar na preparação do corpo após o óbito.
 Cumprir as medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar.
 Participar de programa de treinamento, quando convocado.
 Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
 Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
 Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

ATRIBUIÇÕES:

Supervisionar e executar as atividades técnicas de fiscalização de tributos do tesouro público, elaborando planos e procedendo à sua coordenação execução e acompanhamento, estudando e informando processos, a fim de contribuir para que a política tributária fiscal se compatibilize com as demais medidas de interesse do Município;
 Supervisionar equipes de trabalho em órgãos de fiscalização de tributos, orientando-as sobre critérios de fiscalização, tributação e práticas correspondentes, para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização das normas e medidas fiscalizadoras;
 Elaborar planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade;
 Proceder o controle e avaliação dos planos de fiscalização, acompanhando sua execução e analisando os resultados obtidos, para julgar o grau de validade do trabalho;
 Executar as tarefas de fiscalização de tributos da Fazenda Pública, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos, para defender os interesses da Fazenda Pública e da economia popular;
 Examinar a capacidade produtiva de unidades fabris, observando e analisando os processos de fabricação, a fim de colher dados para classificação tributária;
 Realizar busca de depósitos clandestinos, que apresentam indícios de irregularidades, efetuando as diligências indispensáveis, para processar a apreensão das mercadorias, ou aplicação de sanções legais caso sejam constatadas fraudes fiscais;
 Fiscalizar as atividades sujeitas à tributação na esfera municipal,

ou outras esferas quando conveniadas ou solicitado, procedendo às necessárias verificações e sindicâncias, para defender a economia popular;

Autuar contribuintes em infração, instaurando processo administrativo-fiscal e providenciando as respectivas notificações, para assegurar o cumprimento das normas legais;

Manter-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas, para difundir a legislação e proporcionar instituições atualizadas;

Exercer suas atribuições, inclusive de assessoramento especializado, em unidades técnicas centrais ou intermediárias, ou em repartições regionais ou sub-regionais da Fazenda Pública;

Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos;

Supervisionar e acompanhar a execução de obras e edificações, públicas e privadas, bem como anotar as irregulares, tomando as providências cabíveis;

Cumprir e fazer cumprir os códigos de edificações municipais;

Fiscalizar e acompanhar obras, controlar materiais, custos e normas de segurança;

Determinar as especificações das construções, verificar o cumprimento das especificações das plantas de engenharia, fiscalizar as edificações.

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: FISCAL SANITÁRIO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

ATRIBUIÇÕES:

Efetuar a fiscalização com o objetivo de exercer o poder de polícia do Município referente às relações de consumo, bem como o seu efetivo controle, especialmente em atendimento às normas da legislação federal, estadual e municipal, por meio de rondas e vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas, fazer observar e executar atividades e praticar os atos administrativos previstos na legislação referente às relações de consumo;

Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar, conscientizar e motivar o cidadão quanto aos seus direitos e obrigações nas relações de consumo;

Atuar de ofício ou a partir de reclamações em questões referentes às relações de consumo;

Atuar em todas as fases do processo administrativo referente às relações de consumo, iniciado de ofício ou a partir de reclamação;

Exarar documentos fiscais e outros que se fizerem necessários, em conformidade com a legislação referente às relações de consumo;

Proceder a apreensões, inutilizações e coletas de amostras, efetuar embargos e interdições, notificar, intimar, autuar, interditar, advertir, praticar a intervenção administrativa e outros atos administrativos previstos na legislação de relações de consumo;

Elaborar réplicas e trélicas fiscais em processos de recursos oriundos de penalidades impostas em decorrência do poder de polícia do Município nas relações de consumo;

Solicitar dos órgãos competentes a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor;

Participar de audiências nas quais o Município seja parte;

Propor, viabilizar e fiscalizar a celebração de convênios nos quais seja parte o Município no âmbito das relações de consumo;

Executar outras tarefas previstas na legislação referente às

relações de consumo, na área de sua competência;

Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços;

Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;

Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;

Fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;

Fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;

Fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias;

Fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais; fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais;

Encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;

Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;

Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;

Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado; expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;

Executar e/ou participar de ações de Vigilância Sanitária em articulação direta com as de Vigilância Epidemiológica e Atenção à Saúde, incluindo as relativas à Saúde do Trabalhador, Controle de Zoonoses e ao Meio Ambiente;

Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor; exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública; relatar ou proferir voto nos processos relativos aos créditos do Município, enquanto membros de Juntas de Julgamentos e de Recursos Fiscais Sanitários;

Executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata;

Fiscalizar estabelecimentos que comercializem, no varejo, drogas, medicamentos, cosméticos e saneantes domissanitários e outros de interesse da saúde;

Fiscalizar estabelecimentos que comercializem, no atacado, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes e outros de interesse da saúde;

Fiscalizar estabelecimentos que fabricam alimentos, medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos e correlatos, saneantes domissanitários, cosméticos;

Perfumes e produtos de higiene, produtos médico-hospitalares e de diagnóstico e outros de interesse da saúde;

Fiscalizar farmácias hospitalares, farmácias privativas e dispensários de medicamentos de unidades hospitalares e congêneres; fiscalizar hospitais e serviços intra-hospitalares, ambulatorios hospitalares gerais e especializados, públicos e privados, serviços de assistência médica e odontológica, pronto-socorros gerais e especializados, unidades mistas e especializadas de saúde, policlínicas e serviços públicos de saúde afins, clínicas e consultórios médico-odontológicos gerais e especializados, centros e postos de saúde e congêneres;

Fiscalizar serviços de apoio diagnóstico de patologia clínica e citologia, análises clínicas, anatomia patológica, serviços de radioimuno-ensaio, medicina nuclear, posto de coleta, análises metabólicas e endocrinológicas e outros serviços afins;

Fiscalizar serviços de apoio diagnóstico por imagem e radiações ionizantes, tais como: radiologia médica e odontológica, hemodinâmica, tomografias, ultrasonografias, ecocardiografias, ressonância magnética, cintilografia, endoscopia e outros serviços afins;

Fiscalizar serviços de apoio diagnóstico por métodos gráficos, tais como: eletrocardiografia, eletroencefalografia, eletromiografia, ergometria, função pulmonar e outros serviços afins;
Fiscalizar serviços de apoio terapêutico, tais como: radioterapia, quimioterapia, serviços de diálise, de hemodiálise e outros serviços afins;
Fiscalizar serviços de hemoterapia e hematologia, bancos de tecidos e órgãos, bancos de leite e outros serviços afins;
Fiscalizar serviços de aplicação de produtos saneantes domissanitários, tais como: desinsetizadoras e congêneres;
Fiscalizar serviços de próteses dentárias, estabelecimentos ópticos, creches, asilos e congêneres;
Fiscalizar serviços de esterilização, tais como: processos físicos e outros serviços afins; fiscalizar hospitais, clínicas e consultórios veterinários e congêneres;
Encaminhar para análise laboratorial medicamentos e outros produtos para fins de controle sanitário;
Apreender medicamentos, mercadorias e outros produtos de interesse da saúde que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;
Elaborar relatórios, laudos, comunicações e outros documentos relacionados com a fiscalização sanitária;
Expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas;
Executar e/ou participar de ações de Vigilância Sanitária em articulação direta com as de Vigilância Epidemiológica, Controle de Zoonoses, Saúde do Trabalhador e do Meio Ambiente;
Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor; exercer o poder de polícia do município na área de saúde pública;
Executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata; Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: OFICIAL ADMINISTRATIVO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

ATRIBUIÇÕES:

Auxiliar na execução de trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades;
Auxiliar no acompanhamento físico e financeiro de execução de obras e projetos;
Estudar e propor procedimentos que contribuam para a racionalidade e eficácia das obras e serviços públicos;
Auxiliar na atuação e orientação sobre a aplicação de normas gerais;
Auxiliar na supervisão e execução de trabalhos relativos à execução de atividades de administração, planejamento, tributação, tesouraria, arrecadação, fiscalização entre outras;
Efetuar a constituição do crédito tributário, pelo lançamento dos tributos municipais;
Auxiliar nos processos de pagamento concernentes à metodologia utilizada em administração pública;
Auxiliar no procedimento de liquidação de processos de pagamento;
Auxiliar os serviços lançamentos de receitas arrecadadas concernentes à metodologia utilizada nos sistemas informatizados de controle;
Auxiliar no preenchimento de relatórios necessários para a inscrição de "Restos a Pagar", consoantes com a Legislação Pública;

Redigir documentos e correspondências oficiais;
Estudar, planejar, propor, auxiliar e implantar, executar e acompanhar sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos;
Auxiliar na organização e direção dos trabalhos inerentes à administração, contabilidade, planejando, supervisionando, executando e orientando a execução, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial, econômica e financeira do Município;
Realizar estudos específicos, coletando e analisando dados e examinando trabalhos especializados sobre administração, para colaborar nos trabalhos técnicos relativos e projetos básicos de ação, e para se atualizar em questões relativas à aplicação de leis e regulamentos sobre assuntos de pessoal;
Supervisionar a execução física e financeira do plano básico de ação, verificando procedimentos e examinando orçamentos, para assegurar a obtenção de resultados compatíveis com as disposições do plano;
Orientar a aplicação de normas gerais, baseando-se em leis e decretos governamentais, para estabelecer uma jurisprudência administrativa uniforme para todo o serviço;
Tomar parte em estudos referentes a atribuições de cargos, funções e empregos e à organização de novos quadros de servidores, uniformizando e tabulando dados e dando sugestões sobre aspectos relevantes, para possibilitar as respectivas classificação e retribuição;
Participar de projetos ou planos de organização dos serviços administrativos, compondo fluxogramas, organogramas e demais esquemas ou gráficos das informações do sistema, a fim de concorrer para uma maior produtividade e eficiência dos serviços;
Supervisionar os trabalhos relativos à administração de material e patrimônio, bem como a escrituração de livros e fichas, e examinando os pedidos de material e respectiva documentação, providenciando os atendimentos, determinando previsões de estoque e verificando toda a escrita do setor, a fim de colaborar no aperfeiçoamento de medidas de interesse para o desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
Atuar na programação, elaboração e beneficiamento das atividades de seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, consultando dados já existentes e colaborando na análise e colheita de novos informes, a fim de contribuir para o melhoramento das práticas em uso, organização de temários e admissão e qualificação do pessoal;
Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: OFICIAL DE NÍVEL MÉDIO

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

ATRIBUIÇÕES:

Exercer atividades abrangendo planejamento em grau auxiliar e promover a execução qualificada de trabalhos administrativos que envolvam a aplicação de técnicas de pessoal, material, orçamento, organização e métodos, bem como serviços de digitação, serviço de natureza administrativa, de acordo com diretrizes pré-estabelecidas relacionadas com a aplicação de leis e regulamentos;
Recepcionar clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados ou encaminha-los a pessoas ou setores procurados;

Atender chamadas telefônicas, manipulando telefones internos ou externos, para prestar informações e anotar recados;
 Registrar as visitas e os telefonemas atendidos, anotando dados pessoais e comerciais da pessoa, para possibilitar o controle dos atendimentos diários;
 Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
 Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
 Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
 Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
 Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
 Realizar registros em geral;
 Secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
 Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
 Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
 Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: SECRETARIO DE ESCOLA

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

ATRIBUIÇÕES:

Exercer a coordenação das atividades concernentes à secretaria da escola;
 Conhecer e aplicar os princípios e normas que regem a administração escolar;
 Desempenhar as ações e competências previstas na legislação pertinente ao cargo;
 Articular ações, integrar a equipe, fortalecer autonomia e responsabilidade dos que trabalham na secretaria, desenvolvendo a cultura de participação e de transparência;
 Conhecer as normas e procedimentos relativos à escrituração da vida escolar dos alunos e à regularização da vida funcional dos servidores da escola, mantendo atualizados os sistemas de informação da Secretaria da Educação;
 Participar, em conjunto com a equipe escolar, da formulação e implementação da Proposta Pedagógica da escola;
 Elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades escolares;
 Dominar conhecimentos de redação oficial para elaborar e instruir expedientes, fundamentando o parecer conclusivo na legislação específica e dando o correto encaminhamento;
 Contribuir para a integração escola-comunidade;
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
 Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: TÉCNICO AGRÍCOLA

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio Técnico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de

posto, observando a técnica conveniente;
 Emitir pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo;
 Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos;
 Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores;
 Atender consultas feitas por agricultores;
 Orientar a produção, administração e planejamento agropecuário;
 Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral;
 Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal;
 Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo;
 Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural;
 Orientar trabalhos de conservação do solo;
 Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas;
 Participar de previsões de safras;
 Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola;
 Orientar a produção de sementes e mudas.
 Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
 Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional;
 Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
 Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
 Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

TECNICO EM ENFERMAGEM

Requisitos para Provimento: Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Curso Técnico de Enfermagem, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão nas Unidades de Saúde do Município e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
 Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento;
 Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento das Unidades de Saúde do Município.
 Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
 Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional;
 Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
 Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
 Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do

cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Requisitos para provimento: Séries iniciais do Ensino Fundamental

ATRIBUIÇÕES:

Executar trabalhos de limpeza nas dependências municipais e nos móveis e objetos neles contidos, mantendo-os limpos e aseados. Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios, dependências, escolas, escritórios, postos de saúde e outros locais, espanando, varrendo, lavando, encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação;

Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;

Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com flanelas ou vassouras apropriadas para conservar-lhes a aparência;

Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros materiais de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais;

Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;

Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;

Executar trabalhos braçais;

Requisitar material necessário aos serviços;

Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: AGENTE PROFISSIONAL

Requisitos para provimento: Ensino Fundamental Completo e experiência comprovada na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES:

Construir e consertar estruturas de alvenaria, de madeira e hidráulica.

Construção, instalação e manutenção da rede elétrica dos prédios e dos pontos de iluminação pública.

Pintura de interiores e exteriores com tinta óleo ou sintética.

Remoção e preparo de superfícies para receber tintas ou outras emulsões.

Levantar paredes e muros e arrimo, com argamassa, tijolos, pedras e outros materiais.

Rebocar e aplainar superfícies.

Preparar caixa de madeira, proceder à ferragem das estruturas.

Colocar forro, pisos e esquadrias de madeira ou metálica.

Instalar canos, condutores e aparelhos hidráulicos.

Operar máquinas e ferramentas de carpintaria e marcenaria tais como plainas, serra fita e outros.

Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.

Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos

edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.

Executar a manutenção veículos, desmontado, reparando, substituindo, ajustando e lubrificando o motor e peças anexas, órgãos de transmissão, freios, direção, suspensão e equipamento auxiliar, para assegurar-lhes condições de funcionamento regular;

Examinar o veículo, inspecionado-o diretamente ou por meio de aparelhos ou banco de prova, para determinar os defeitos e anormalidades de funcionamento da viatura;

Estudar o trabalho de reparação a ser realizado, valendo-se de desenhos, esboços e especificações técnicas ou de outras instruções, para planejar o roteiro de trabalho;

Fazer o desmonte e limpeza do motor, órgãos de transmissão, diferencial e outras partes que requeiram exames, seguindo técnicas apropriadas e utilizando chaves comuns e especiais, jatos de água e ar e substâncias detergentes, para eliminar impurezas e preparar as peças para inspeção e reparação;

Proceder à substituição, ajuste ou retificação de peças do motor, como anéis de êmbolo, bomba de óleo, válvula, cabeçote, mancais, árvores de transmissão, diferencial e outras, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle e outros equipamentos, para assegurar-lhes as características funcionais;

Executar a substituição, reparação ou regulação total ou parcial do sistema de freio (cilindros, tubulação, sapatas e outras peças), sistema de ignição (distribuidor e componentes, fiação e velas), sistema de alimentação de combustível (bomba, tubulações, carburador), sistemas de lubrificação e de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção e sistema de suspensão, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o veículo e assegurar seu funcionamento regular;

Afinar o motor, regulando a ignição, a carburação e o mecanismo das válvulas, utilizando ferramentas e instrumentos especiais, para obter o máximo de rendimento e regularidade funcionais;

Montar o motor e demais componentes do veículo, guiando-se pelos desenhos ou especificações pertinentes, para possibilitar a utilização do mesmo;

Testar o veículo uma vez montado, dirigindo-o na oficina, para comprovar o resultado da tarefa realizada;

Providenciar o recondicionamento do equipamento elétrico do veículo, o alinhamento da direção e regulação dos faróis, enviando, conforme o caso, as partes danificadas a oficinas especializadas, para completar a manutenção do veículo;

Recondicionar peças, utilizando tornos, limadoras, máquinas de furar, aparelhos de soldagem e oxigás e elétricas e ferramentas de usinagem manual em bancada;

Executar tarefas nas instalações elétricas e no quadro do veículo;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Requisitos para provimento: Ensino Fundamental Completo

ATRIBUIÇÕES:

Executar serviços gerais de caráter administrativo, operacional, executar serviços de recepção de pessoas e mensagens via telefônica, e-mail, fax-modem e outros;

Auxiliar na supervisão, direção, orientação de unidades administrativas e operacionais do serviço público municipal;

Operar central telefônica, recepcionar e atender visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhe informações, marcar entrevistas, receber, anotar e transmitir

recados;

Executar trabalhos de recepção, coleta e de entrega internos e externos, de correspondências, documentos e encomendas e outros afins, dirigindo-se aos locais solicitados, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários, para atender as solicitações e necessidades administrativas;

Efetuar pequenas compras e pagamento de contas, dirigindo-se aos locais determinados, para atender às necessidades do setor;

Auxiliar nos serviços simples de escritório, arquivando, abrindo pastas, plastificando folhas, reproduzindo documentos, preparando etiquetas, para facilitar o andamento dos serviços administrativos;

Coletar assinaturas em documentos diversos, como ofícios, ofícios circulares, cheques, requisições e outros;

Executar os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia ou digitação de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas;

Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;

Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;

Participar da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos;

Participar do controle de requisições e recebimentos do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível necessário ao setor de trabalho;

Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza;

Auxiliar na execução de trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades;

Auxiliar na execução de procedimentos que contribuam para a racionalidade e eficácia das obras e serviços públicos;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Requisitos para provimento: Séries iniciais do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação de acordo com o Edital do Concurso.

ATRIBUIÇÕES:

Operar máquinas e equipamentos leves, médios e pesados de preparação do solo, terraplanagem, movimentação de terra e rochas;

Conduzir a máquina, acionando o motor, para posicioná-la segundo as necessidades do trabalho;

Regular a altura e inclinação da pá em relação ao solo, acionando alavanca de comando para possibilitar sua movimentação;

Manobrar a máquina manipulando os comandos de marcha e direção para possibilitar a movimentação da terra;

Movimentar a lâmina da máquina ou a borda inferior da pá, acionando as alavancas de controle para posicionar o mecanismo segundo as necessidades do trabalho;

Manobrar a máquina, acionando os comandos, para empurrar a terra solta, rebaixar as partes mais altas e nivelar a superfície, arar, revirar o solo ou deslocar a terra para outro lugar;

Executar a manutenção da máquina, lubrificando-a e efetuando pequenos reparos, para mantê-la em boas condições de funcionamento;

Movimentar a pá-escavadeira acionando seus pedais e alavancas de comando de corte, elevação e abertura, para escavar, carregar, levantar e descarregar o material;

Dirigir automóvel de passeio, veículos utilitários, ambulâncias, motos, caminhonetes, caminhões e ônibus pertencentes ao Município em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, para efetuar o transporte de particulares, servidores, autoridades, alunos e carga, obedecendo a regulamentos específicos;

Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

Examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções, para programar sua tarefa, bem como para verificar a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processará carga e descarga, para dar cumprimento à programação estabelecida;

Dirige o veículo manipulando seus comandos de marcha e direção e observando o fluxo do trânsito e a sinalização;

Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia, para garantir a segurança dos passageiros, carga, transeuntes e outros veículos;

Providenciar os serviços de manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;

Recolher o veículo após jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir sua manutenção e abastecimento;

Efetuar reparos de emergência no veículo;

Zelar pela documentação da carga e do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes, para apresentá-las às autoridades competentes, quando solicitada, nos postos de fiscalização;

Controlar a carga e descarga do material transportável, comparando-o aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando sua arrumação no veículo, para evitar acidentes evitar danos ao produto transportado;

Operar o mecanismo basculador das caçambas, acionando sua alavanca de comando, para levantar ou abaixar a caçamba e possibilitar a carga ou descarga do material;

Manobrar e operar basculantes de grande porte, com ou sem cabine protetora, geralmente utilizados no transporte de grandes quantidades de materiais (pedras, areia, terra e britas);

Dirigir ônibus do transporte escolar;

Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;

Zelar pela limpeza interna e externa do veículo;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: OPERARIO

Requisitos para provimento: Ser alfabetizado

ATRIBUIÇÕES:

Executar trabalhos braçais;

Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em praças, jardins e logradouros públicos;

Auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionado-os

em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos;

Auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral;

Efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças, terrenos, baldios, ruas e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos, visando melhorar o aspecto do município;

Auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforços físicos e/ou outros recursos, visando contribuir para execução dos trabalhos;

Auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações;

Auxiliar na execução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, colocando pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias;

Apreender animais soltos em vias públicas tais como cavalo, vaca, cachorros, cabritos, etc., laçando-os e conduzindo-os ao local apropriado, para evitar acidentes e garantir a saúde da população;

Auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e/ou segurando-os para garantir a correta instalação;

Zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados;

Efetuar limpeza e conservação dos logradouros públicos;

Realizar a limpeza de veículos automotores, máquinas e equipamentos, lavando-os à mão ou por meio de máquina, para conservá-los e manter a boa aparência dos mesmos;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;

Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Cargo: MECANICO

Requisitos para provimento: Alfabetizado e experiência comprovada na área de atuação.

ATRIBUIÇÕES:

Executar a manutenção de veículos, máquinas e equipamentos, desmontando, reparando, substituindo, ajustando e lubrificando o motor e peças anexas, órgãos de transmissão, freios, direção, suspensão e equipamento auxiliar, para assegurar-lhes condições de funcionamento regular;

Examinar o veículo, máquina ou equipamento, inspecionado-o diretamente ou por meio de aparelhos ou banco de prova, para determinar os defeitos e anormalidades de funcionamento da vettura;

Estudar o trabalho de reparação a ser realizado, valendo-se de desenhos, esboços e especificações técnicas ou de outras instruções, para planejar o roteiro de trabalho;

Fazer o desmonte e limpeza do motor, órgãos de transmissão, diferencial e outras partes que requeiram exames, seguindo técnicas apropriadas e utilizando chaves comuns e especiais, jatos de água e ar e substâncias detergentes, para eliminar impurezas e preparar as peças para inspeção e reparação;

Proceder à substituição, ajuste ou retificação de peças do motor, como anéis de êmbolo, bomba de óleo, válvula, cabeçote, mancais, árvores de transmissão, diferencial e outras, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle e outros equipamentos, para assegurar-lhes as características funcionais;

Executar a substituição, reparação ou regulagem total ou parcial

do sistema de freio (cilindros, tubulação, sapatas e outras peças), sistema de ignição (distribuidor e componentes, fiação e velas), sistema de alimentação de combustível (bomba, tubulações, carburador), sistemas de lubrificação e de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção e sistema de suspensão, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o veículo e assegurar seu funcionamento regular;

Afinar o motor, regulando a ignição, a carburação e o mecanismo das válvulas, utilizando ferramentas e instrumentos especiais, para obter o máximo de rendimento e regularidade funcionais;

Montar o motor e demais componentes do veículo, guiando-se pelos desenhos ou especificações pertinentes, para possibilitar a utilização do mesmo;

Testar o veículo, máquina ou equipamento, uma vez montado, dirigindo-o na oficina, para comprovar o resultado da tarefa realizada;

Providenciar o recondicionamento do equipamento elétrico do veículo, máquina ou equipamento, o alinhamento da direção e regulagem dos faróis, enviando, conforme o caso, as partes danificadas a oficinas especializadas, para completar a manutenção;

Recondicionar peças, utilizando tornos, limadoras, máquinas de furar, aparelhos de soldagem e oxigás e elétricas e ferramentas de usinagem manual em bancada;

Executar tarefas nas instalações elétricas e no quadro do veículo, máquina ou equipamento;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;

Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Lei Complementar Nº 050 de 09.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 050 de 09.12.2010

"ALTERA, ACRESCE E EXCLUI DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº006 DE 23.12.1999, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

Art. 1º Fica alterado os incisos VI e VII do art. 4º da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999, e acrescido os incisos XVI, XVII e XVIII, com a seguinte redação:

"Art.4º

.....

VI - Professor: Titular de cargo da carreira do Magistério Público Municipal, com funções de docência;

VII - Especialista em Assuntos Educacionais: Titular de cargo de carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência, como as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação e assessoramento de atividades pertinentes a área educacional;

.....

XVI - Rede Municipal de Ensino: Conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

XVII - Atividade Pedagógica: Atividade exercida por servidor com vinculação e atuação junto à Secretaria Municipal da Educação,

Cultura e Esportes ou Unidades Educacionais que tenha relação com planejamento das atividades inerentes ao processo ensino-aprendizagem ou projetos especiais voltados a temas transversais correlatos com o processo educacional;

XVIII - Magistério Público Municipal: Conjunto de profissionais da educação, titulares do cargo público de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais ou outros cargos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Ensino Público Municipal."

Art. 2º O art.10, o art.15, §2º e o art. 17, da Lei Complementar nº. 006, de 23 de dezembro de 1999, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 10. Os cargos em Comissão, do grupo de Direção e Assessoramento Superior - DASMA, do Quadro de Pessoal do Magistério, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes às atividades de planejamento, controle e direção, além de coordenação, são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, especificados no Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 15. A tabela de unidade de vencimentos será composta por níveis verticais e referências horizontais, como tal definidas no Anexo VII desta Lei Complementar.

§2º Quando da progressão vertical, o servidor será enquadrado na mesma referência em que se encontrava no nível anterior.

Art. 17. O piso salarial do pessoal do Magistério Público Municipal é de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), reajustável na forma da lei, para os que possuam habilitação em curso de Magistério – Modalidade Normal, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais."

Art. 3º. O art.18 e § 1º, da Lei Complementar nº006, de 23 de dezembro de 1999, com redação da Lei Complementar nº 027, de 24 de agosto de 2006, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 18. O membro do Magistério Público Municipal efetivo, designado para responder por Direção de Escola junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, fará jus a uma gratificação mensal pelo exercício da função.

§ 1º A gratificação para o exercício da função de Direção de Escola, de que trata o caput deste artigo será de acordo com a Tabela abaixo, calculada sobre o vencimento daquele que a exercer, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais:

FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO	Nº ALUNOS
Diretor	20%	Até 50
	25%	De 51 à 100
	35%	De 101 à 200
	45%	+ de 200

.....
....."

Art. 4º O art. 19 da Lei Complementar nº. 006, de 23 de dezembro de 1999, acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 19. Fica instituída a Gratificação de Incentivo a Regência de Classe, a Gratificação de Assiduidade, a Gratificação de Incentivo a Atividade Administrativa e a Gratificação por Atividade Especial, calculada sobre o vencimento do cargo efetivo, proporcionalmente a carga horária.

§1º A Gratificação de Incentivo a Regência de Classe será de até 12 % (doze por cento) e concedida aos professores que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos.

§2º A Gratificação de Incentivo à Atividade Administrativa será de até 10% (dez por cento), devida ao profissional do magistério designado para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes cujos cargos vinculam-se ao Magistério, mas que não atuam diretamente em regência de classe.

§3º A Gratificação por Atividade Especial será de até 10% (dez por cento), concedida aos ocupantes dos cargos efetivos de Especialistas em Assuntos Educacionais.

§4º A Gratificação de Assiduidade será de até 10% (dez por cento), concedida aos ocupantes dos cargo de professor, cumulativa com a gratificação prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo, desde que comprovado 100% (cem por cento) de frequência ao trabalho durante o mês, ressalvando-se as concessões referidas no art. 74 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, o afastamento para gozo de férias regulamentares, licença gestante, adotante e paternidade.

§5º Será tolerada falta de um (1) dia, a cada mês, para tratamento de saúde, devidamente comprovado com atestado médico, mediante redução de 50%(cinquenta por cento) da gratificação prevista no parágrafo anterior.

§6º As gratificações previstas no caput do artigo serão concedidas por Decreto do Chefe do Poder Executivo, tomando-se por base a disponibilidade financeira e os limites com despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, e não se incorporam aos vencimentos e nem se acumulam com outras gratificações previstas aos servidores públicos municipais, exceto aquelas já incorporadas aos vencimentos por lei ou decorrentes de direito adquirido ou sentença judicial."

Art. 5º O art. 20 da Lei Complementar nº. 006, de 23 de dezembro de 1999, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20. A progressão funcional é o avanço do servidor, titular de cargo de professor ou especialista em assuntos educacionais, de uma referência para outra logo imediata, no mesmo nível do cargo, ou de um nível para outro mais elevado, assegurando-lhe direito ao vencimento correspondente, da seguinte forma:"

Art. 6º Os arts. 25 e 34 da Lei Complementar nº. 006, de 23 de dezembro de 1999, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 25. A progressão por tempo de serviço e desempenho será definida e regulamentada por decreto do Poder Executivo."

"Art. 34. São vantagens financeiras as regulamentadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, neste Plano de Carreiras e em legislação supletiva."

Art. 7º O parágrafo único do art. 22 e os §§ 2º e 3º do art. 26 da Lei Complementar nº. 006, de 23 de dezembro de 1999, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 22.

Parágrafo único. Cabe a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes ou a quem estiver determinado, a avaliação do servidor com sua ciência, e com a participação da chefia imediata.

“Art. 26.

§ 2º Terão validade os cursos de aperfeiçoamento/capacitação realizados na área de atuação do profissional do magistério, registrados no órgão competente e reconhecidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, concluídos nos dois últimos 02 (dois) anos anteriores ao requerimento.

§3º Para a primeira progressão por curso de aperfeiçoamento/capacitação, a ser realizada três anos após a investidura no cargo, serão exigidos, no mínimo, 80 (oitenta) horas de cursos/capacitação realizados na área de atuação, durante este período, devidamente registrados nos órgãos competentes.

Art.8º O art. 27 e o parágrafo único da Lei Complementar nº. 006, de 23 de dezembro de 1999, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 27. O Profissional do Magistério que comprovar conclusão de curso de graduação e pós-graduação relacionada à sua área de atuação progredirá aos níveis II, III, IV e V – progressão vertical –, devendo para tanto fazer prova da graduação exigida, com registro no órgão Federal ou Estadual competente.

Parágrafo único. A progressão de que trata o caput deste artigo, poderá se dar a qualquer tempo, a requerimento do interessado com prova da graduação exigida e sua concessão ocorrerá no mês subsequente ao pedido, mediante ato do Poder Executivo Municipal.”

Art.9º Fica alterado o § 3º do art. 31 da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999, e acrescido o §4º, alíneas a e b, §5º, alíneas a, b e c, § 6º e § 7º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31.

§3º O edital convocatório para preenchimento de cargos no Magistério Público Municipal explicitará a carga horária e a disciplina e/ou módulo das vagas postas em Concurso Público de provas ou de provas e títulos.

§4º O profissional do magistério estável ou efetivo, com carga horária de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, poderá ampliá-la até este limite, de forma definitiva, atendida o seguinte:

a) existência de vaga real disponível na rede municipal de ensino, desde que haja compatibilidade de horário e turno;

b) as vagas existentes para a ampliação de carga horária e o prazo para inscrição, devem ser publicadas, na forma de edital, pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

§5 Cada vaga oferecida será preenchida pelos candidatos que, de forma classificatória e eliminatória, apresentar:

maior nível de habilitação na área de atuação da vaga;
maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal, em dias;
em caso de empate, o(a) mais idoso(a).

§ 6º Os professores nomeados cuja portaria informar a área de atuação, poderão ampliar a carga horária somente nas respectivas áreas, observados as disposições do § 5º.

§ 7º Para os professores nomeados, cuja portaria não informa a área de atuação, a ampliação da carga horária poderá se dar em qualquer área, observados as disposições do § 5º.”

Art.10. Passam a vigorar os Anexos I a VII, parte integrante desta Lei Complementar, em substituição aos anexos I a VI da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999.

Art.11. Fica atualizada a Tabela de Vencimentos, na forma do Anexo VII, nas referências 1 a 11 e nos níveis I a V, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), entre a primeira e a última Referência, para uma jornada de 20 (vinte) horas semanais.

Art.12. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Art.13. Ficam revogados o § 3º do art. 10, o § 1º do art. 13, o art. 16, o art. 30, seus incisos e parágrafos, todos da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999, o §3º do art. 18 da Lei Complementar nº 027/2006, a Lei Complementar nº 033/2007 e a Lei Complementar nº 034/2007, e demais disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO I

GRUPOS OCUPACIONAIS

Grupo I – Docente – DOC.

- Professor

Grupo II – Especialista em Assuntos Educacionais – ESP.

- Orientador Educacional

- Técnico em Assuntos Educacionais

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Cargo: ORIENTADOR EDUCACIONAL

Planejar e coordenar o serviço de orientação educacional;
Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógico do educando;

Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de proposta alternativas de solução;
Ativar o processo de integração Escola-Família-Comunidade;
Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;

Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
Participar na construção do projeto político-pedagógico;
Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive;

Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania;

Participar da elaboração do regimento escolar;

Buscar atualizar-se permanentemente;

Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;

Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometam com o atendimento as reais necessidades dos alunos;

Executar outras atividades compatíveis com a sua função;

Participar de cursos, seminários, palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que

designado pelo Prefeito ou superior hierárquico.
Dirigir o veículo oficial do Município, quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município.

Cargo: TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Participar de planejamento, supervisão, análise e reformulação dos processos que envolvem o ensino e a pesquisa;
Elaborar, instruir, analisar e acompanhar processos no âmbito educacional;
Contribuir com a organização, a coordenação e o assessoramento de atividades pertinentes à área educacional em suas várias especificidades;
Promover contatos com diversos setores e parceiros, para a implementação de programas e projetos;
Participar de estudos técnicos e científicos em assuntos de sua competência e área de atuação;
Elaborar, supervisionar, avaliar, controlar e executar estudos técnicos e estatístico;
Participar de elaboração, coordenação e execução de projetos institucionais e interinstitucionais;
Integrar comissões para realização de concursos e processos seletivos, eventos relacionados à administração e ao ensino.
Participar na elaboração de normas internas;
Elaborar documentação técnica, redigir relatórios de análise com parecer e laudo técnico dentro da área de atuação.
Executar outras atividades compatíveis com a sua função;
Participar de cursos, seminários, palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico.
Dirigir o veículo oficial do Município, quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município.

ANEXO III

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO I – DOCENTE = DOC

Cargo	Nº de Cargos	Nível	HABILITAÇÃO
	10	I	Habilitação obtida em curso de nível médio, na área do magistério, com registro na Secretaria de Estado da Educação.
	30		Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.
		II	
	45	III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação – especialização, na área de atuação e formação.
	10		Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação – mestrado, na área de atuação e formação.
		IV	
Professor	05	V	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC e curso de pós-graduação – doutorado, na área de atuação ou formação.

ANEXO IV

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO II – ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS= ESP

Cargo	Nº de Cargos	Carga horária	Nível	Habilitação
Orientador Educacional	01	20	II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC.
Técnico em Assuntos Educacionais	01	40		
	02	40	II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC.

ANEXO V

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – MAGISTÉRIO

CARGA HORÁRIA – 40 HORAS SEMANAIS

CARGO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO R\$	Nº ALUNOS	HABILITAÇÃO
Diretor Nível I	02	1.100,00 1.200,00 1.300,00 1.400,00	Até 50 De 51 à 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério.
Diretor Nível II	02	1.200,00 1.300,00 1.400,00 1.500,00	Até 50 De 51 à 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério e Curso de Pós Graduação na área.

ANEXO VI

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NUMERO DE CARGOS, NIVEIS, REFERENCIAS E CARGA HORÁRIA

Grupo I	Nº de Cargos	Níveis	Amplitude de Referências
	10	Nível I	01 a 11
	30	Nível II	01 a 11
	45	Nível III	01 a 11
	10	Nível IV	01 a 11
Docente	05	Nível V	01 a 11

Grupo II	Nº de Cargos	Carga horária	Níveis	Amplitude de Referências
Orientador Educacional	01	20	II, III, IV e V	
	01	40		
Técnico em Assuntos Educacionais				
	02	40	II, III, IV e V	01 a 11

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTOS

Horizontal - 50%

20 HORAS SEMANAIS

Classe/Referencia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I	449,62	468,24	487,61	507,79	528,79	550,68	573,47	597,19	621,90	647,64	674,44
Nível II	584,51	608,70	633,88	660,12	687,44	715,87	745,49	776,36	808,48	841,93	876,77
Nível III	631,27	657,39	684,60	712,92	742,42	773,16	805,13	838,46	873,15	909,28	946,91
Nível IV	809,97	843,49	878,39	914,74	952,58	992,00	1.033,04	1.075,79	1.120,30	1.166,65	1.214,95
Nível V	1.049,99	1.093,45	1.138,70	1.185,80	1.234,87	1.285,96	1.339,18	1.394,61	1.452,32	1.512,41	1.574,99

CÂMARA DE VEREADORES

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
Errata Resolução Nº037/2010.

A publicação feita na Edição nº613 Página 43 no que se refere a Resolução nº037/2010 passa a ter a seguinte correção:

Onde se Lia:

“Art. 1º - A comissão que analisará os bens inservíveis da Câmara Municipal será composta pelos seguintes membros:”

Vereador - Lealberto Schneider;

Vereador - Danilo Schmidt;

Vereador - Orlando Paul.

Contadora - Elaine Aparecida Franz da Silveira.”

Passa a Ler-se:

“Art. 1º - A comissão que formalizará inventário dos bens da Câmara Municipal será composta pelos seguintes membros:”

Vereador - Lealberto Schneider;

Vereador - Danilo Schmidt;

Vereador - Orlando Paul.

Contadora - Elaine Aparecida Franz da Silveira”.

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação MODALIDADE Pregão Presencial Nº 141/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 141/2010- PMC

Objeto: Aquisição durante o exercício de 2011 de sêmens bovinos de diversas raças, nitrogênio, luvas plásticas e bainhas plásticas.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 10/01/2011.

Abertura: dia 10/01/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone

(49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 08 de dezembro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado da Habilitação - Concorrência Nº 12/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRENCIA Nº 12/2010 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de construção do “espaço multiuso” no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de acordo com o projeto básico constante no anexo “D” do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: DECC CONSTRUÇÕES LTDA, LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME e ENGEDI X SOLUÇÕES DE ENGENHARIA LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seu Envelope nº 02 - Proposta de Preço, no dia 21 (vinte e um) de dezembro de 2010, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2010.

LUÍS CARLOS JAROMINEK

Presidente da C.P.L.

Edital de Notificação Convênio PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - Manutenção Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - Manutenção Escolar - Ensino



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Fundamental, no valor de R\$ 1.392,00 (hum mil trezentos e noventa e dois reais).

Concórdia SC, 10 de dezembro de 2010.
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - Manutenção Escolar - Ensino Infantil

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - Manutenção Escolar - Ensino Infantil, no valor de R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais).

Concórdia SC, 10 de dezembro de 2010.
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Extrato do Termo de Compromisso Nº 121/2010

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 121/2010

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante MICHEL DE OLIVEIRA ALBIERO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.313.359-06, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 502,46 (quinhentos e dois reais com quarenta e seis centavos).

PRAZO: 13.12.2010 a 31.12.2011.

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº117/2010

DECRETO No 117/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.430,00 para a seguinte dotação orçamentária:

05 - Secretaria da Cultura e Esportes
05.01 - Secretaria da Cultura e Esportes
05.01.13.392.2507.2.005-3.3.90.00 - 03.00 - 96 - Aplicações Diretas 18.430,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Ordinários do Exercício Anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de dezembro de 2010.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto Nº118/2010

DECRETO No 118/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 929 de 17 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade n. 12.361.2506.2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 100.000,00 - 92

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados os seguintes recursos orçamentários:

Projeto/Atividade nº. 12.361.2506.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental e Infantil

Modalidade de Aplicação: 339000 - 93

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade nº. 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infra Estrutura

Modalidade de Aplicação: 449000 - 80

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de dezembro de 2010.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº119/2010

DECRETO No 119/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 para a seguinte dotação

orçamentária:

98 - Encargos Gerais do Município

98.01 - Encargos Gerais do Município

98.01.28.846.0000.0.002-3.3.90.00 - 03.00 - 97 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Ordinários do Exercício Anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 09 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Portaria Nº434/2010

PORTARIA Nº 434/2010

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS À SECRETÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. ISADIR OSILIA DA ROSA, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2009 à 03/02/2010, sendo que 20 (vinte) dias serão gozadas no período de 29/12/2010 à 17/01/2011 e 10 (dez) dias serão transformados em abono pecuniário correspondente ao período de 18/01/2011 à 27/01/2011.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias e ao abono pecuniário, serão pagos no mês de dezembro de 2010.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta - SC 10 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ISADIR OSILIA DA ROSA Ciente em: ____/____/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 09/12/2010**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 09/12/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		180.300,81
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	179.589,56
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	171.536,20
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	171.536,20
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	102.921,72
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	42.884,05
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	25.730,43
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.053,36
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.053,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	711,25
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	711,25
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	426,75
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	284,50

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 189, de 10 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 189, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, CONFORME EDITAL Nº. 011, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nos termos do presente Decreto, homologada as Inscrição para Processo Seletivo, para ingresso nos quadros de vagas em Caráter Temporário das Secretarias de Educação cultura e Esportes e Saúde e Bem Estar Social do Município de Coronel Martins, conforme determina o Edital de Seleção nº. 011, de 17 de novembro de 2010.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
39	Daliane Granja	PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA	Deferido
07	Raquel Adriana Souza	PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA	Deferido

PROFESSOR HISTORIA E GEOGRAFIA

N	Candidato	Cargo	Deferimento
08	Queila Eliz Mariani	PROFESSOR HISTORIA E GEOGRAFIA	Deferido
18	Simone Aparecida Bernardeli	PROFESSOR HISTORIA E GEOGRAFIA	Deferido

PROFESSOR INFORMATICA

N	Candidato	Cargo	Deferimento
37	Jose Paulo de Moraes	PROFESSOR INFORMATICA	Deferido
15	Leonardo Severgnini	PROFESSOR INFORMATICA	Deferido
05	Rafael Pertussati	PROFESSOR INFORMATICA	Deferido
29	Vanderlei Bez Batti	PROFESSOR INFORMATICA	Deferido

PROFESSOR CIÊNCIAS E AGROECOLOGIA

N	Candidato	Cargo	Deferimento
19	Elizangela Biazin	PROFESSOR CIÊNCIAS E AGROECOLOGIA	Deferido
33	Francieli Santin	PROFESSOR CIÊNCIAS E AGROECOLOGIA	Deferido

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
04	Francieli Cristina do Prado	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	Deferido

27	Gilberto Pereira Martins	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	Deferido
36	Lidimara Cunico	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	Deferido
23	Sandro Luz de Freitas	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	Deferido
34	Thiago Renan Cenci	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	Deferido
03	Willian Locatelli	PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA	Deferido

MONITOR DE PROGRAMA SOCIAL; TEATRO

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
25	Unar Andreola	Monitor de Programa Social; Teatro	Deferido

MONITOR DE PROGRAMA SOCIAL; DANÇA

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
26	Serlei de Fatima Cunico	Monitor de Programa Social; Dança	Deferido

MONITOR DE PROGRAMA SOCIAL; VIOLÃO

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
01	Rogério Carlos Previatti	Monitor de Programa Social; violão	Deferido

PROFESSOR: EDUCAÇÃO GERAL

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
30	Adriana Mainardes	Professor: Educação Geral	Deferido
14	Adriana Salete Mardella Buratto	Professor: Educação Geral	Deferido
02	Ana Pomieciniski Guimarães	Professor: Educação Geral	Deferido
16	Andréia de Oliveira Custódio	Professor: Educação Geral	Deferido
06	Claudia H. Conte	Professor: Educação Geral	Deferido
22	Cleuza Mª Píram Pressanto	Professor: Educação Geral	Deferido
24	Daniela Cividini	Professor: Educação Geral	Deferido
17	Dilse Ap. de Medeiros Cadore	Professor: Educação Geral	Deferido
38	Edite de Oliveira Dias	Professor: Educação Geral	Deferido
32	Eliane T. de Mello Guadagnin	Professor: Educação Geral	Deferido
12	Gisele Ap. Gustmam	Professor: Educação Geral	Deferido
11	Joceni Ida de Jesus Bertan	Professor: Educação Geral	Deferido
13	Lorete Zanco Mores	Professor: Educação Geral	Deferido
20	Lucila B. Karacek	Professor: Educação Geral	Deferido
09	Raquel de Oliveira Dias	Professor: Educação Geral	Indeferido
31	Roza Burim	Professor: Educação Geral	Deferido
35	Rozilene Lussani	Professor: Educação Geral	Deferido

28	Sandra Regina Previatti	Professor: Educação Geral	Deferido
10	Vandra Cecatto de Oliveira	Professor: Educação Geral	Indeferido
21	Zenir Carmem Bez Trombetta	Professor: Educação Geral	Deferido

QUADRO II PARA INSCRIÇÃO LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

Nº	Candidato	Cargo	Deferimento
02	Angélica Inácio	Agente de Combate de Endemias	Deferido
11	Cassiane Carina Tibola	Agente de Combate de Endemias	Indeferido
08	Cleri Terezinha F. Inácio	Agente de Combate de Endemias	Deferido
04	Edson Carlos Pinheiro	Agente de Combate de Endemias	Deferido
10	Evandro Belatto	Agente de Combate de Endemias	Deferido
05	Leila Jung	Agente de Combate de Endemias	Deferido
13	Lucélia Aparecida Kielb	Agente de Combate de Endemias	Deferido
01	Roza Maria Camargo	Agente de Combate de Endemias	Deferido
12	Sandro Cunico	Agente de Combate de Endemias	Deferido
16	Valderêz Karacek	Agente de Combate de Endemias	Deferido

ASSISTENTE SOCIAL

14	Adriana Lucia Pedrozo	Assistente Social	Indeferido
03	Franciane R. Panassolo Lodi	Assistente Social	Deferido
06	Ivete Gavioli	Assistente Social	Deferido
09	Jocelia Cristina Dal' Bello	Assistente Social	Deferido
15	Katia Ramos do Amaral	Assistente Social	Deferido
07	Sonia Maria de Lima dos Santos	Assistente Social	Deferido

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 10 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

1 Errata Concurso Público 001/10

I ERRATA DE EDITAL de CONCURSO PÚBLICO 01/10

O Secretário de Administração e Fazenda do Município de Corupá-SC, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de Descrição referente ao Cargo que tem como código o nº 16 do Edital de Concurso Público 01/10, ficando assim determinado:

Onde se lê:

16	Fiscal de Tributos de Posturas	1	35	Ensino Médio	R\$ 945,00	Objetiva
----	--------------------------------	---	----	--------------	------------	----------

Leia-se:

16	Fiscal de Tributos de Posturas	1	35	Ensino Médio, CNH " B "	R\$ 945,00	Objetiva
----	--------------------------------	---	----	-------------------------	------------	----------

Corupá, 10 de Dezembro de 2010.

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 12/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2010

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de conjuntos de equipamentos de proteção individual contra incêndio, conforme anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:45 horas do dia 23/12/2010. A partir das 08:50 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 06.12.2010.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Nº 84/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2010

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de artigos de Cama mesa e Banho, para manutenção dos Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantis, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:50 horas do dia 23/12/2010. A partir das 18:00 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 06.12.2010.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do FundoADAILTON ALVES
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Nº 85/2010**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2010

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de utensílios de cozinha para uso nos Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais de Educação, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 10:00 horas do dia 23/12/2010. A partir das 10:10 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 07.12.2010.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do FundoADAILTON ALVES
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Nº 86/2010**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2010

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de móveis e equipamentos para uso nos Centros de Educação Infantis e Núcleos Municipais, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:50 horas do dia 23/12/2010. A partir das 17:00 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 07.12.2010.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do FundoADAILTON ALVES
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Nº 87/2010**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2010

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de colchões para uso nos Centros de Educação Infantil, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 10:50 horas do dia 23/12/2010. A partir das 11:00 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 07.12.2010.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do FundoADAILTON ALVES
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Nº 88/2010**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2010

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais

aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição equipamentos eletro-eletrônicos para uso nos Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantis, conforme anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 09:00horas do dia 23/12/2010. A partir das 09:10 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba nos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07.12.2010.
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 89/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2010

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de livros e dicionários para uso nos Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais de Educação conforme anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:20horas do dia 23/12/2010. A partir das 18:30 horas do dia 23.12.2010, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba nos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 09.12.2010.
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 086, de 10 de dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 086, de 10 de dezembro de 2010.
Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE do Município de Ermo.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei municipal nº 046 de 15 de Dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 097, de 28 de agosto de 2000;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo:

Titular	Suplente
Márcia Maria da Silva	Giane Pires Leonardo

II - 02 (dois) representantes de trabalhadores da educação e de discentes;

Titular	Suplente
Ivonete Domingos Gabriel	Elisângela Manarin de Oliveira
Leda Tramontin Zanatta	Maristela Possamai Leonardo

III - 02 (dois) representantes dos pais de alunos;

Titular	Suplentes
Cecília Deonilde Custódio	Sandra Kuhn da Silva
Kênia Fontana	Nelsa Manoel Cordeiro

IV - 02 (dois) representantes de outro segmento da sociedade civil.

Titular	Suplentes
Dílson de Oliveira da Silva	Marceli Stefani
Pedro da Silva	Gisseli Tramontin Rosso

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº.85 de 07 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº.85 de 07 de Dezembro de 2010.
Disciplina a Limitação de Empenho e Movimentação Financeira.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 05/05/2000 e Art. 10 da Lei nº 249/2009, de 27 de outubro de 2009 (LDO 2010);

CONSIDERANDO, que o comportamento da receita realizada até o 5º bimestre está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no anexo de metas fiscais;

CONSIDERANDO, os critérios de limitação de empenho estabelecidos na Lei Municipal nº 249/2009, (LDO 2010),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam limitados os gastos e investimentos programados, através de bloqueio de dotações, nos valores e especificações abaixo:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA ESPORTE E TURISMO

27.812.0003.1.015- Construção de quadra de esportes coberta
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (10) Aplicações Diretas R\$

51.831,03

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0012.1.002- Pavimentação de vias públicas e passeios públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (11) Aplicações Diretas R\$ 83.333,34

15.452.0032.2.016 - Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.0 (15) Aplicações Diretas R\$ 1.271,76

07.01 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0002.2.053 - Contribuições Financeiras a Assoc.Comunitarias

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (24) Transf a Inst Privadas R\$ 26.000,00

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 (28) Aplicações Diretas R\$ 3.701,16

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 (27) Aplicações Diretas R\$ 333,34

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.10 (7) Aplicações Diretas R\$ 3.841,66

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0043.63(4) Aplicações Diretas R\$ 2.500,20

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.16(12) Aplicações Diretas R\$ 2.182,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0092.0 (5) Aplicações Diretas R\$ 13.043,66

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de Dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Portaria Nº 086, de 13 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 086, de 13 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido a servidora PÂMELA PEREIRA, do cargo de Chefe de Divisão Esporte Amador, dos Cargos de Provisão em Comissão na Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal, nomeada pela Portaria Nº 069/2010, de 01 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Erval Velho**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto 1474/2010**

DECRETO 1474, de 01 de dezembro de 2010

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1215, de 13 de novembro de 2009, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV. 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0023-55 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Total de Suplementações R\$ 25.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na FONTE DE RECURSO - 01.023-55 - TRANSFERENCIA DO ESTADO - SAÚDE no valor de R\$ 25.000,00, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Forquilha**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº. 101, de 1º de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 101, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

NOMEIA VILMAR GONÇALVES MENDES PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS DE DESENVOLVIMENTO

URBANO, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado VILMAR GONÇALVES MENDES para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 1º de dezembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretária de Governo

Decreto Nº. 102, de 1º de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 102, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

NOMEIA ADENOR POLA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ADENOR POLA para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei Nº. 487/98 e contribuirá para o regime Próprio de Previdência do Município, pois é servidor do quadro efetivo deste município.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 1º de dezembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretária de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0363/2010

DECRETO Nº 0363, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL N. 2032, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009, PARA ESTABELECEER AS CONDIÇÕES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE FRAIBURGO "MORAR BEM" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial as previsões da Lei Orgânica Municipal, artigo 61, incisos III e VI; e as disposições da Lei Municipal 2032, de 02 de dezembro de 2009;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica regulamentada a Lei Municipal n. 2032, de 02 de dezembro de 2009, para estabelecer as condições do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo "MORAR BEM".

Art. 2º. O programa MORAR BEM tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção, aquisição e requalificação de unidades habitacionais de famílias com renda de até 10(dez) salários mínimos, que residam no Município de Fraiburgo.

§ 1º. Serão observadas as disposições deste Decreto, bem como as políticas Federal e Estadual de habitação, para definição dos beneficiários do programa.

§ 2º. Considera-se beneficiário o chefe de família e as pessoas que com ele convivem, formando uma entidade familiar.

§ 3º. O Programa MORAR BEM é gerido pelo Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS de Fraiburgo, SC., e acompanhado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS.

Art. 3º. No âmbito do programa MORAR BEM poderão ser subsidiadas a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais em áreas urbanas, para os seguimentos populacionais que preencherem os seguintes critérios:

I - Ser residente em Fraiburgo a mais de 05(cinco) anos;

II - Não ter sido beneficiário de outros programas municipais de habitação;

III - Não ser proprietário nem possuidor de imóvel;

IV - Residir em locais de risco ou em condições insalubres;

V - Possuir cadastramento no Cadastro Único dos Programas Sociais;

VI - Possuir no grupo familiar Portador de Necessidades Especiais ou pessoa com mais de 65(sessenta e cinco) anos.

§ 1º. Considera-se grupo familiar para fins deste artigo, o chefe da família e as pessoas que com ele convivem, com intuito de formar uma entidade familiar.

§ 2º. Consideram-se locais de risco ou em condições insalubres aquelas áreas consideradas como inapropriadas para a habitação, sujeitas a inundação, incêndios, desmoronamentos ou

deslizamentos de terras, bem como áreas contaminadas ou poluídas, desprovidas de infraestrutura urbana, que gerem riscos a vida e saúde das pessoas.

§ 3º. Em projetos habitacionais acima de 20(vinte) unidades, deverá ser garantida pelo menos 1(uma) unidade habitacional para beneficiário que possua portador de necessidades especiais em seu grupo ocupacional.

§ 4º. Em projetos habitacionais acima de 20(vinte) unidades, deverá ainda ser garantida 1(uma) unidade habitacional para beneficiário que possua em seu grupo familiar pessoa com mais de 65(sessenta e cinco) anos de idade.

CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º. Os beneficiários do programa MORAR BEM, com renda familiar de até 02(dois) salários mínimos, para aquisição de imóveis, serão selecionados através dos critérios definidos neste Decreto e terão acompanhamento técnico das Assistentes Sociais do município, para desenvolvimento de atividades relacionadas aos objetivos do programa.

§ 1º. Os nomes dos beneficiários do programa, com base nos critérios estabelecidos, deverão ser apresentados ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS do Município de Fraiburgo, para conhecimento, avaliação e aprovação.

§ 2º. As atividades desenvolvidas pelas Assistentes Sociais com os beneficiários deverão ser registradas em ata e demais meios legais para apresentação ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS do Município de Fraiburgo.

Art. 5º. Os beneficiários do programa MORAR BEM, com renda familiar de até 02(dois) salários mínimos, deverão observar as seguintes disposições:

I - pagamento de prestações mensais, em favor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, pelo prazo de 20(vinte) anos, correspondente a 10% (dez por cento) da renda do grupo familiar do beneficiário, com prestação mínima de R\$ 50,00 e máxima de R\$ 200,00, independente do valor do imóvel.

II - o valor previsto no inciso I deverá ser revisto anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo, utilizando-se dos mesmos índices legais de correção dos tributos municipais.

II - comprometimento pelo cumprimento de todas as normas e condições estabelecidas pelo programa, sob pena de responsabilização na forma da lei.

§ 1º. Os imóveis adquiridos nas condições previstas neste artigo não poderão ser alienados por um período mínimo de 10(dez) anos, contados a partir da celebração do contrato, devendo constar expressamente dos instrumentos legais celebrados com os beneficiários.

§ 2º. As situações de caso fortuito, força maior ou especiais serão avaliados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após requerimento fundamentado do interessado.

§ 3º. Os beneficiários não poderão realizar quaisquer obras ou benfeitorias nos imóveis adquiridos no âmbito do programa MORAR BEM, sem autorização expressa e escrita do Chefe do Poder Executivo, observadas também as autorizações administrativas próprias (projetos, alvarás, vistorias, habite-se, etc.).

§ 4º. Anualmente deverá ser realizado comprovação da renda do grupo familiar do beneficiário para definição dos valores das prestações mensais, respeitados os limites estabelecidos no inciso I, deste artigo.

Art. 6º. Os contratos efetivados no âmbito do Programa MORAR BEM, serão formalizados, preferencialmente, em nome da Mulher.

Art. 7º. Os beneficiários do programa MORAR BEM somente poderão ocupar as unidades habitacionais após assinatura do contrato e demais atos administrativos necessários a consecução do

programa e autorização expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. A não observância de qualquer norma legal ou regulamentar, bem como das condições do Programa MORAR BEM, além da responsabilização na forma lei, impedirá o beneficiário de ingressar em outros programas habitacionais municipais ou ser novamente beneficiado pelo programa MORAR BEM.

Art. 9º. O beneficiário que deixar injustificadamente de efetuar o pagamento de 03(três) prestações mensais, na forma do inciso I, do artigo 5º, deste Decreto, terá seu contrato rescindido e deverá desocupar o imóvel, sem direito a qualquer indenização, seja pelos valores pagos ou pelas benfeitorias úteis, necessárias ou voluptuárias.

Art. 10. O beneficiário que por qualquer motivo deixar de residir no imóvel adquirido pelo programa MORAR BEM terá rescindido seu contrato, sem direito a qualquer indenização, sujeitando-se as disposições do artigo 8º, deste Decreto.

Art. 11. Os beneficiários dos imóveis adquiridos nas condições do programa MORAR BEM que alienarem estes num prazo inferior a 10(dez) anos, contados a partir da celebração do contrato, perderão os direitos concedidos e terão o contrato rescindido, sujeitando-se as disposições do artigo 8º, deste Decreto.

Parágrafo único. O adquirente do imóvel alienado, que estiver ocupando o imóvel concedido pelo programa MORAR BEM, seja qual for o título aquisitivo deverá desocupar imediatamente o imóvel, sem direito a indenização pelos valores pagos ou por qualquer tipo de benfeitoria que tiver realizado.

Art. 12. Os imóveis que se encontrarem das condições previstas nos artigos 9º, 10 e 11, deste Decreto, deverão ser retomados pelo Município de Fraiburgo e serão concedidos as pessoas previamente cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais, observadas os critérios estabelecidos no artigo 3º, deste Decreto.

Art. 13. Os beneficiários do Programa MORAR BEM nos termos deste Decreto, terão somente a posse dos imóveis adquiridos, de acordo com os contratos administrativos celebrados, sendo que a propriedade somente será adquirida após o pagamento das parcelas mensais, pelo prazo estipulado no inciso I, do artigo 5º, deste Decreto, e observadas as demais condições do programa.

Parágrafo único. Todas as despesas decorrentes da transferência de propriedade dos imóveis adquiridos será de responsabilidade do beneficiário.

Art. 14. Para beneficiários com renda familiar entre 03(três) e 10(dez) salários mínimos poderão ser concedidas subvenções econômicas no ato da contratação de operações de crédito a fim de facilitar aquisição e melhoramento de imóvel residencial, auxiliar na contratação, administração, custos de alocação e assistência técnica.

§ 1º. A subvenção econômica será concedida 01(uma) única vez por beneficiário, podendo ser cumulativa em operações de financiamentos imobiliários.

§ 2º. A subvenção de que trata este artigo poderá ainda ser cumulativa com subsídios concedidos por programas habitacionais dos Estados e da União.

§ 3º. A utilização da subvenção econômica de que trata este artigo em desconformidade com a lei ou regulamento, obrigará o beneficiário a devolução total ao erário, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo da penalidades civis, administrativas e penais previsto em Lei.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS do Município de Fraiburgo, observadas as disposições legais e regulamentares do programa MORAR BEM:

I - a definição e divulgação dos beneficiários;

II - a edição de atos administrativos próprios para determinar a gestão operacional de cada projeto de habitação de interesse social implantado no município;

III - estabelecer as diretrizes e condições gerais para implantação de projetos habitacionais de interesse social;

IV - estabelecer critérios complementares específicos de acordo com a realidade do projeto de Habitação de Interesse Social implantado no município;

V - o acompanhamento da execução do programa MORAR BEM e o cumprimento de todas as suas condições por parte dos beneficiários.

Parágrafo único. As decisões do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS do Município de Fraiburgo deverão ser homologadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. Serão observadas as normas próprias dos recursos, programas ou convênios utilizados para desenvolvimento de Projetos Habitacionais de Interesse Social no Município de Fraiburgo, sejam oriundas do Município, do Estado ou da União.

Art. 17. A alienação, seja gratuita ou onerosa, o aforamento, a concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens públicos imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito do programa MORAR BEM, será dispensada licitação, nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC., 10 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELOI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0364/2010

DECRETO Nº 0364, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 14 da Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (38)

R\$ 110.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (42)

R\$ 110.000,00

Total R\$ 220.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 220.000,00

Total R\$ 220.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 10 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0365/2010

DECRETO Nº 0365, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 14 da Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 - Secretaria de finanças

06.02 - Encargos Gerais do Município

28.846.0000.0.300 - Contribuição ao PASEP

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (40)

R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 10 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2603/2010

PORTARIA Nº 2.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor LUCAS POMERENING, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 009.980.639-83, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 28 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0154/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0154/2010 - PMF

Objeto Aquisição de multifuncionais laser monocromáticas e cartuchos de cilindro e toner para uso do município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 04/01/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 09 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0155/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0155/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0077/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de expediente e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de janeiro a maio de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 04/01/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 09 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0156/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0156/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0078/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tubos e canaletas de concreto, para uso do Órgão

Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de janeiro a abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 06/01/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0157/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0157/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0079/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedras, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de Janeiro a Abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 12/01/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0158/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0158/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0080/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de transporte de máquinas pesadas para realização de trabalhos no interior deste Município e nos bairros afastados do perímetro urbano, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante os meses de janeiro a abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 12/01/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.481/2010

LEI N.º 1.481, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA PARA O EXERCÍCIO DE 2011.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Garopaba para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 26.832.706,00 (Vinte e seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e seis reais), sendo R\$ 18.478.146,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 5.354.560,00 do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO (PREFEITURA) E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 23.007.806,00 e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.400.000,00, em R\$ 17.597.646,00 para o Poder Executivo (Prefeitura), R\$ 67.300,00 como Transferências Financeiras para a Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Garopaba e R\$ 3.942.860,00 como Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	25.305.290,00
1.1. Receita Tributária	5.692.000,00
1.2. Receita de Contribuições	650.000,00
1.3. Receita Patrimonial	103.800,00
1.4. Receita de Serviços	1.000,00
1.5. Transferências Correntes	17.663.584,00
1.6. Outras Receitas Correntes	1.194.906,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	526.200,00
2.1. Operação de Crédito	31.000,00
2.2. Alienação de Bens	20.000,00
2.3. Transferências de Capital	475.200,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	2.823.684,00
TOTAL	23.007.806,00

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.400.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	604.000,00
03. GABINETE DO VICE-PREFEITO	107.500,00
04. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	896.884,00
05. SECRETARIA DA FAZENDA	711.000,00
06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	482.800,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7.071.120,00
09. SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE	1.018.300,00
10. SECRETARIA DE PLANEJ. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	1.995.542,00
12. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	627.200,00
13. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	3.233.300,00
14. ENCARGOS GERAIS	820.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	18.997.646,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - LEGISLATIVA	1.400.000,00

04 - ADMINISTRAÇÃO	2.273.384,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	46.000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	610.300,00
10 - SAÚDE	140.300,00
12 - EDUCAÇÃO	6.913.820,00
13 - CULTURA	105.500,00
15 - URBANISMO	2.494.700,00
16 - HABITAÇÃO	27.100,00
17 - SANEAMENTO	242.100,00
20 - AGRICULTURA	482.800,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	787.600,00
26 - TRANSPORTE	2.481.842,00
27 - DESPORTO E LAZER	142.600,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	820.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA	18.997.646,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	1.400.000,00
0006. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	711.500,00
0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO	896.884,00
0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA	711.000,00
0028. EDUCANDO COM QUALIDADE	7.071.120,00
0031. OBRAS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO	1.995.542,00
0035. MELHORAMENTO DE RUAS, AVENIDAS E RODOVIAS	3.233.300,00
0048. ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES	482.800,00
0051. GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES	1.018.300,00
0056. ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	627.200,00
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	820.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	18.997.646,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	16.223.824,00
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	2.052,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	8.148.420,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais	546.800,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	35.000,00
3.3.50.00 - Outras Despesas Correntes	394.300,00
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	1.368,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	7.095.084,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes	800,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	2.743.822,00
4.4.50.00 - Investimentos	5.100,00
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	180,00
4.4.90.00 - Investimentos	2.328.542,00
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	410.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	18.997.646,00

DO ORÇAMENTO DO IPREGOBA

Art. 3º - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 1.736.000,00, e fixa a Despesa em R\$ 331.000,00, proporcionando um superávit de R\$ 1.405.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

1. RECEITAS CORRENTES	1.112.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	312.000,00
1.2. Receita Patrimonial	800.000,00
2. RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	624.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	624.000,00
TOTAL	1.736.000,00

§ 2º - A Despesa do IPREGOBA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
28 - Encargos Especiais	331.000,00
99 - Reserva de Contingência	1.405.000,00
TOTAL	1.736.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	326.000,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	286.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	5.000,00
9.9.99.00 - Reserva de Contingência	1.405.000,00
TOTAL	1.736.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE GAROPABA

Art. 4º - O Orçamento da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Garopaba, para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 40.400,00, as transferências financeiras da Prefeitura Municipal em R\$ 67.300,00 e fixa a Despesa em R\$ 107.700,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	400,00
1.1. Transferências Correntes	400,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00
2.1. Transferências de Capital	40.000,00
TOTAL	40.400,00

§ 2º - A Despesa da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Garopaba será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13 - Cultura	106.500,00
23 - Comércio e Serviços	600,00
27 - Desporto e Lazer	600,00
TOTAL	107.700,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	65.500,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	61.400,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais	1.200,00
3.3.50.00 - Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	100,00

3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	2.700,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes	100,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	42.200,00
4.4.90.00 - Investimentos	42.200,00
TOTAL	107.700,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 2.048.500,00, as transferências financeiras da Prefeitura Municipal em R\$ 3.942.860,00 e fixa a Despesa em R\$ 5.991.360,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.007.400,00
1.1. Receita Patrimonial	6.300,00
1.2. Transferências Correntes	2.001.100,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	41.100,00
2.1. Alienação de Bens	10.000,00
2.2. Transferências de Capital	31.100,00
TOTAL	2.048.500,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 - Saúde	5.991.360,00
TOTAL	5.991.360,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	5.862.640,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	4.265.440,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
3.3.50.00 - Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	30.000,00
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	0,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	1.487.100,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes	100,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	128.720,00
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos	0,00
4.4.90.00 - Investimentos	128.720,00
TOTAL	5.991.360,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais	15.000,00
1. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	15.000,00
TOTAL	30.000,00

UNIDADE GESTORA: IPREGOBA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

1. Outros Riscos Fiscais	30.000,00
2. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	30.000,00
3. Superávit Orçamentário	1.345.000,00
TOTAL	1.405.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2012 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - o superávit financeiro do exercício anterior.

III - operações de crédito

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 11 - Durante o exercício de 2011 o Chefe do Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 12 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 13/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.482/2010

LEI N.º 1.482, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.120, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado, do artigo 20, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar como "Diretoria de Patrimônio".

Art. 2º. O artigo 20, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido de "Coordenadoria de Almoxarifado" e de "Secretária".

Art. 3º. Fica extinta a "Diretoria de Tributos", do artigo 22, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 4º. O artigo 26, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido de "Secretária".

Art. 5º. Fica extinta a "Diretoria Geral", do artigo 28, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 6º. O artigo 28, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido de "Secretária".

Art. 7º. Fica extinta a Divisão de Programas Habitacionais, do artigo 38, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 8º. O artigo 38, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido da Divisão de Proteção Social Básica.

Art. 9º. Fica criada a Secretaria Municipal Extraordinária de Regularização Fundiária, composta pela seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

I - Secretário Municipal Extraordinário de Regularização Fundiária;

II - Servidores efetivos designados.

§ 1º. A Secretaria Municipal Extraordinária de Regularização Fundiária compete:

I - Planejar, coordenar e executar a Política Municipal de Regularização Fundiária, visando à organização dos espaços urbanos, para atender ao interesse coletivo;

II - Promover a regularização fundiária, para fins de moradia, observando o estabelecido na Legislação Federal, mediante a utilização dos instrumentos jurídicos, inclusive com relação aos imóveis públicos;

III - Elaborar estudos e desenvolver projetos visando a implementação de medidas determinantes da destinação social, em

benefício da coletividade, que deve ter a propriedade imobiliária urbana;

IV - Promover a regularização dos parcelamentos de solo irregulares existentes, visando à melhora das condições de habitação das famílias e o fortalecimento da preservação do meio ambiente;

V - Coibir o surgimento de novos processos de parcelamento irregular, oferecendo alternativas para enquadramento legal e urbanização regular;

VI - Evitar a ocupação de áreas de risco e de preservação ambiental;

VII - Promover a regularização das construções irregulares existentes no Município;

VIII - Promover a regularização dos imóveis rurais, visando desenvolver conceitos de legalidade e sustentabilidade da produção agropecuária no Município.

IX - Promover e executar outras medidas compatíveis com a destinação institucional do órgão;

X - Incorporar aos planejamentos e execução dos serviços os avanços da técnica e da tecnologia pertinentes, de modo a atingir níveis cada vez maiores de qualidade, racionalidade, eficiência e eficácia;

XI - Executar outras tarefas ou atividades, necessárias para o desempenho de suas atribuições.

§2º. A Secretaria Municipal Extraordinária de Regularização Fundiária será extinta por Decreto do Poder Executivo, em 30/12/2012, sendo prorrogável mediante autorização do Legislativo.

§3º. As despesas previstas com a Secretaria Municipal Extraordinária de Regularização Fundiária somente serão realizadas após a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária para o Exercício de 2011.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 13/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.483/2010

LEI N.º 1.483, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, Item 1. Secretária, passa a vigorar com 07 (sete) vagas.

Art. 2º. O Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, passa a vigorar acrescido de Item 24. Coordenadoria de Almoxarifado, com 01 (uma) vaga.

Art. 3º. O item 7. Diretor, do Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, passa a vigorar com 13 (treze) vagas.

Art. 4º. Fica extinto o item 17. Diretor Geral da Saúde, do Quadro

II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999.

Art. 5º. O item 22. Secretário Municipal, do Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, passa a vigorar com 10 (dez) vagas.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 13/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Portaria N.º 823/2010

PORTARIA N.º 823, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DA CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20701003.1.00014/97-0, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA JOANA MARIA GONÇALVES DE JESUS, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 100 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ATENDENTE DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) JOANA MARIA GONÇALVES DE JESUS, detentora da matrícula nº. 100, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Saúde, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20701003.1.00014/97-0, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 13/12/2010

Portaria N.º 824/2010

PORTARIA N.º 824, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00020/09-4, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA HILARIO DE AMORIM DETENTOR DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 021 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) HILARIO DE AMORIM, detentora da matrícula nº.

021, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Conservação/ Manutenção, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00020/09-4, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 13/12/2010

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 103/2010

DECRETO N.º 103, de 08 de Dezembro de 2010.

"Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 298 de 09 de maio de 1983, nos termos do processo administrativo n. 1268/2010 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "\ESTEVA\"," com área total de 113.815,94 m², com 170 lotes, localizado à Avenida Celso Ramos, Centro, nesta Cidade e Comarca de Garuva, referente ao imóvel registrado sob a matrícula n. 335 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, de propriedade da Empresa ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, CRECI - 2622-J, inscrita no CNPJ: 01.709.218/0001-82, estabelecida a Avenida Celso Ramos, 1155 nesta Cidade, neste ato representada por Antonio Gilberto Estevam, brasileiro, casado, corretor de Imóveis - CRECI - 5683, portador da cédula de identidade nº 849.628 e inscrito no CPF: 457.581.409-10, distribuído da seguinte maneira: I - 66.580,94 m² (58,50%) de área de lotes; II - 23.885,80 m² (20,98%) de área de ruas; III - 7.657,04 m² (6,73%) de área destinada a Prefeitura Municipal IV - 6.791,00 m² (5,97%) de área verde; V - 8.901,16 m² (7,82%) de Área de Preservação Permanente.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento "\ESTEVA\"," são as constantes do memorial descritivo datado de 11/08/2009, anexado ao processo administrativo nº 1268/2010.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas verdes, bem como as áreas destinadas a arruamento e área institucional, constantes no projeto e referidas no art. 4º, I, da Lei Municipal n. 298 de 09 de maio de 1983, identificados no memorial descritivo, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos,

após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 86, de 14 de Outubro de 2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O MUNICÍPIO DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal João Romão, doravante denominado somente PREFEITURA e de outro lado ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, CRECI - 2622-J, inscrita no CNPJ: 01.709.218/0001-82, estabelecida a Av. Celso Ramos, 1155 centro na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina neste ato representada por Antonio Gilberto Estevam, brasileiro, casado, corretor de Imóveis - CRECI 5683, portador da carteira de identidade nº 849.628/SSP/SC e inscrito no CPF: 457.581.409-10, doravante denominada LOTEADORA, de conformidade com o artigo 10 da Lei Municipal n. 298 de 09 de maio de 1983, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Loteadora se compromete, nos termos do art. 10, II, da Lei Municipal n. 298 de 09/05/1983, a executar as obras de infra-estrutura no loteamento ESTEVAM, localizado à Avenida Celso Ramos, no quadro urbano do Município de Garuva-SC, matrícula nº 335 do cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Garuva, com área total loteada de 113.815,94 metros quadrados, cuja infraestrutura corresponde a implantação sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - À vista do disposto no art. 10, IV, da Lei Municipal n. 298 de 09/05/1983. no caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

- 1 - Abertura das vias de circulação, com o respectivo marcos de alinhamento;
- 2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;
- 3 - Escoamento das águas pluviais;
- 4 - Drenagem, aterros e bueiros que se fizerem necessário
- 5 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;
- 6 - Rede de distribuição de água potável;
- 7 - Ensaibramento das vias de circulação com material adequada para o tipo.

b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

- 1 - Área dos lotes: 66.580,94 m²;
- 2 - Área das Ruas: 23.885,80 m²;
- 3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 7.657,04 m²;
- 4 - Área verde: 6.791,00 m²;
- 5 - Área de Preservação Permanente - APP: 8.901,16 m²;

CLÁUSULA SEGUNDA - A LOTEADORA dará em caução 09 (nove) lotes, representados pelos lotes 01 a 09 da quadra 17 do Loteamento ESTEVAM.

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executada as obras, a pedido da LOTEADORA, a PREFEITURA



deverá emitir certidão de que a infra-estrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar da caução todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pela LOTEADORA, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados não poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - A LOTEADORA deverá formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

CLAUSULA TERCEIRA - A LOTEADORA poderá dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infra-estrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto a LOTEADORA requerer a PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - A LOTEADORA deverá facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica de responsabilidade de a PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, a LOTEADORA deverá identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - A Loteadora deverá, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais contidas na Lei Municipal nº 298 de 09 de maio de 1983, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

CLAUSULA QUARTA - Nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº. 298 de 09/05/1983, a LOTEADORA transferirá, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

CLÁUSULA QUINTA - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

Terraplanagem total - 60 dias

Drenagem pluvial - 120 dias

Ensaibramento - 730 dias

Rede de distribuição de água potável - 250 dias

Rede de distribuição de energia elétrica - 360 dias.

CLÁUSULA SEXTA - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (2 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infraestrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

CLÁUSULA SÉTIMA - A LOTEADORA obriga-se em executar todas as obras de infra-estrutura constante no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizer, sujeita-se, desde já a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes

caucionados em garantia a execução das obras de infra-estrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infra-estrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido a LOTEADORA.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infra-estrutura a LOTEADORA pagar a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infra-estrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas ficar como saldo remanescente devendo ainda, ser observadas as obras já executadas pela LOTEADORA no cálculo dos custos remanescentes.

CLÁUSULA OITAVA - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infra-Estrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte da LOTEADORA.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infra-estrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infra-estrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, a LOTEADORA será notificada formalmente para que dentro de 30 dias, complementem os serviços e, caso não o faça, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Municipal nº 298/83.

§ 3º - Verificando que a LOTEADORA executou as obras de infra-estrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando a LOTEADORA livre de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

CLÁUSULA NONA - Caso a PREFEITURA venha realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio a área caucionada, cobrar o valor referido na cláusula 4ª, na forma do art. 10, IV, da Lei Municipal n. 298 de 09/05/1983.

CLÁUSULA DÉCIMA - A LOTEADORA deverá submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, para serem, discutidas todas as dúvidas oriundas deste Instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 09 de dezembro de 2010

Prefeitura Municipal de Garuva

Prefeito Municipal

Loteadora

Antonio Gilberto Estevam

Paulo Afonso Pereira Rocha

Chefe do Setor de Cadastro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO "ESTEVAM"

JOAO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do loteamento "ESTEVAM", que está localizado à Avenida Celso Ramos, zona urbana deste Município e Comarca de Garuva, sob a matrícula n.º 335, livro 02 - Registro Geral do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição dessa Comarca de Garuva, de propriedade de ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, CRECI - 2622-J, inscrita no CNPJ: 01.709.218/0001-82, estabelecida a Avenida Celso Ramos, nº 1155 nesta Cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina, certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo decreto Municipal nº 86, publicado em 14 de outubro de 2010 com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

- 1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Garuva;
- 2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;
- 3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação das áreas verde com 6.791,00 m² (5,97%) da área da PMG com 7.657,04 m² (6,73%), e áreas das ruas com 23.885,80 m² (20,98%), ao Município de Garuva;
- 4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;
- 5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva (SC), 09 de dezembro de 2010
JOAO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº. 47, de 09 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 47, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.
ALTERA A LEI Nº. 1.330, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 266, da Lei nº 1.330, de 13 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 266. O serviço de coleta regular dos resíduos sólidos com características domiciliares será prestado em imóveis residenciais, desde que sejam acondicionados em sacos plásticos, na quantidade máxima de 100 (cem) litros por passada.

§ 1º A prestação do serviço referido no caput deste artigo, também será realizada em imóveis comerciais e industriais cuja produção de resíduos não exceda à quantidade de 100 (cem) quilogramas por mês.

§ 2º Os serviços de coleta dos resíduos sólidos com características domiciliares provenientes dos estabelecimentos comerciais e industriais que excederem a quantia de 100 (cem) quilogramas mensais, de obras e construções, hospitalar, de jardins e similares, não serão de responsabilidade do Poder Público, podendo este, em caráter facultativo, fornecer tais serviços, através da administração direta ou indireta, mediante cobrança de preço público ou

tarifa específica a ser fixado por Decreto."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 09 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.276, de 09 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.276, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

CRIA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL ZEIS - EM ÁREA LOCALIZADA NO BAIRRO BELA VISTA, PARA ATENDER AOS ATINGIDOS DA CATÁSTROFE DE NOVEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada Zona Especial de Interesse Social - Zeis, de que trata o artigo 43, inciso I, da Lei Municipal nº. 2.803, de 10 de outubro de 2006, caracterizada pela área territorial localizada na Rua Paraíso dos Pôneis, Bairro Bela Vista, contendo 3.022,50 m², fazendo frente em 79,50m (setenta e nove metros e cinquenta centímetro) com a Rua Paraíso dos Pôneis; fundos em 79,50m (setenta e nove metros e cinquenta centímetro) com Herdeiros de Bonifácio Schramm; lado direito em 39,00m (trinta e nove metros) com Manoel Carlos Schramm; e lado esquerdo em 39,00m (trinta e nove metros) confrontando com Márcia Schramm Schmitt.

Art. 2º A área descrita no artigo 1º desta Lei, definida como Zona Especial de Interesse Social - Zeis, fica destinada à implantação de loteamento de interesse social para os atingidos pela catástrofe de 2008 e classificadas na ZEIS I de acordo com o artigo 43, inciso I, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar.

Art. 3º Fica definido o lote mínimo de 300m² (trezentos metros quadrados) para a área discriminada no artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único. Os demais índices urbanísticos utilizarão os parâmetros constantes na Lei nº. 2.803, de 10 de outubro de 2006, considerando o zoneamento correspondente.

Art. 4º Não serão permitidos novos parcelamentos de solo que não respeitem os limites constantes no referido plano de urbanização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 09 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.277, de 09 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.277, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CONCEDER SUBVENÇÕES SOCIAIS AO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenções sociais ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº. 84.045.830/0001-25, com sede neste Município, a ser realizado até o quinto dia útil de cada mês, num total de até R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).

Parágrafo único. O recurso financeiro deverá ser utilizado conforme estipulado em convênio que pactuará acerca dos serviços a serem prestados pela entidade hospitalar.

Art. 2º O valor total especificado no caput do artigo 1º desta Lei será repassado à entidade beneficiária em até doze parcelas, a partir de janeiro de 2011.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º A entidade beneficiada com os recursos financeiros previstos nesta Lei, sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com o regulamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 09 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 4.110 de 09 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 4.110 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.
EXONERA A PEDIDO FABRICIA RAMPELOTTI DO CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EEB MARIO PEDERNEIRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 17 de dezembro, FABRICIA RAMPELOTTI, portadora do CPF nº 863.029.909-63, do cargo em comissão de Secretária Escolar da EEB Mário Pederneiras - Nível CC, Ref. 45, com 20 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.111, de 10 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 4.111, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.
EXONERA A PEDIDO O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDNEI DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, EDNEI DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº. 799.283.079-20, portador da CI nº. 1.921.523/SSP/SC, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social - Nível SEC, com 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.105 de 20 de Janeiro de 2010.

DECRETO Nº. 4.105 DE 20 DE JANEIRO DE 2010.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado à Diretora-Geral de Desenvolvimento Social, GIANA CRISTINE WAGNER, inscrita no CPF sob nº. 963.684.209-44 e ao e o Diretor de Tesouraria, ALCEU DE ALMEIDA TORRES JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº. 404.964.909-82, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Assistência Social de todas as contas bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, de eventuais contas a serem abertas em nome deste Fundo:

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os demais dispositivos em contrário.

Gaspar, 08 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.106, de 08 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.106, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.
SUPLEMENTA, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso V, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

13 SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE 00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO
2.200110 MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA AUTARQUIA
Dotação 1 - 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso do Convite Nº 130/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Convite nº 130/2010

O OBJETO é a reforma do CDI Ivan Carlos D. Duarte. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 20/12/2010, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 20/12/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 10 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução 55/10

RESOLUÇÃO Nº 55/2010
ESTABELECE PROCEDIMENTOS QUANTO AO TÉRMINO DOS TRABALHOS NESTE SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, com fundamento do art. 27, inciso I, e art. 45, incisos IV e V, ambos do Regimento Interno, e a Comissão Executiva da Edilidade, nos termos do art. 43, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município, fazem saber,

CONSIDERANDO que recesso legislativo significa ausência de sessões ordinárias;

CONSIDERANDO que o recesso legislativo deste 2º período inicia-se no dia 15 de dezembro e finda no 1º período de 2011, em 31 de janeiro; e

CONSIDERANDO que no Executivo Local haverá férias coletivas a partir do dia 21/12/2010,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica determinado o término dos trabalhos neste segundo período legislativo de 2010 para o dia 21/12/2010, expediente este que poderá ser realizado das 07h às 13h.

Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no período de 22 a 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º A Mesa Diretora manterá plantão no recesso parlamentar até dia 31/12/2010, haja vista que a Mesa Diretora eleita para a sessão legislativa de 2011 assume automaticamente a direção da Casa em 1º de janeiro de 2011.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação

Câmara de Vereadores de Gaspar, 07 de dezembro de 2010.

Comissão Executiva e Mesa Diretora

Kleber Edson Wan-Dall
Presidente

Claudionor da Cruz Souza
Vice-Presidente

Luis Carlos Spengler
1º Secretário

Jorge Luis Wiltuschnig
2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Termo aditivo Nº. 001-2010 Ao Contrato 059-2010 - PORTOLAB

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2010 AO CONTRATO Nº. 059/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: PORTOLAB DISTR. DE MEDICAMENTOS IMP. E EXP. LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento aos munícipes. CLÁUSULA TERCEIRA - PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL - Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de janeiro de 2011, em consonância com disposto no art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 14.443,23 (Catorze mil e quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos) passando o valor global do contrato a ser de R\$ 73.896,73 (Setenta e três mil e oitocentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos) em consonância com disposto no art. 65 § 1º. Da lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 09 de dezembro de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato 1 Termo Aditivo Contrato 107/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Processo 65/2010

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 107/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
Contratada: GREIDE ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Fica aditivado o Contrato nº. 107/2010 do processo licitatório nº. 65/2010(Serviço de Topografia e Projetos de Pavimentação), no valor de R\$ 35.962,50 (trinta e cinco mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Irone Aldo Maurisenz

Guaramirim-SC, 15 Setembro de 2010
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato Aditivo do Contrato 69/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Processo 78/2010

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 69/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
Contratada: INSTITUTO CONFIANCCE
Objeto: Fica aditivado o Contrato nº. 69/2010 do processo

licitatório nº. 78/2010(Formação de Vínculo de Cooperação, por meio de termo de parceiro, com vistas a realização de atividades de interesse público, para os programas de governo na área social).

Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Cláudia Aparecida Gali

Guaramirim-SC, 03 de Setembro de 2010

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.849/2010.

Decreto nº 2849/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 152.581,38(Cento e cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos)

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 2764 de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.010 por conta de anulação de créditos orçamentários:

0100	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
0101	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
0101.010310001-2001	Manutenção, Encargos e Atividades do Poder Legislativo	
31900000	0100	Pessoal e Encargos Sociais
R\$	65.000,00	
0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
0301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
0301.041220003-2003	Manutenção, Encargos e Atividades da Procuradoria Geral	
33900000	0100	Outras Despesas Correntes
R\$	28.000,00	
0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
0604.27.812.0017.2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes	
33900000	0100	49 Outras Despesas Correntes
R\$	4.000,00	
44900000	0100	50 Investimentos R \$
3.000,00		

Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste Decreto:

0100	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
0101	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
0101.010310001-2001	Manutenção, Encargos e Atividades do Poder Legislativo	
44900000	0100	Investimentos R\$ 65.000,00
0300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
0301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
0301.041220003-2003	Manutenção, Encargos e Atividades da Procuradoria Geral	
31900000	0100	10 Pessoal e Encargos Sociais

R\$	28.000,00	
0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
0604.27.812.0017.2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes	
33500000	0100	51 Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 4.000,00
31900000	0100	48 Pessoal e Encargos Sociais
R\$	3.000,00	

Art. 3º - Ficam abertos Créditos Suplementares as seguintes contas por conta do provável excesso de arrecadação:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
0602.123610012-2016	Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental	
33900000	0161	38 Outras Despesas Correntes
R\$	20.000,00	
0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS	
0801.267820022-2027	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Obras	
33900000	0116	70 Outras Despesas Correntes
R\$	15.037,94	
0801.267820021-2026	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Obras	
33900000	0156	100 Outras Despesas Correntes
R\$	4.100,00	
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS URBANOS	
0802.175120026-1008	Saneamento Básico	
33900000	0142	83 Outras Despesas Correntes
R\$	13.443,44	

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 13 de outubro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.857/2010.

Decreto nº 2857/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 115.450,00(Cento e quinze mil quatrocentos e cinquenta reais)

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 2764 de 17 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.010 por conta de anulação de créditos orçamentários:

200	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
0301.041220003-2003	Manutenção, Encargos e Atividades da Procuradoria	
31900000	100 10	Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.000,00
400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
0401.041220004-2004	Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo	
33500000	100 1	4

Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$	3.500,00		
500	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO		
501	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO		
0501.041210009-2009	Manutenção, Encargos e Atividades da Secretaria de Planejamento e Coordenação		
33900000	100	26	Outras Despesas CorrentesR\$ 5.000,00
600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
0602.123610012-2016	Manutenção, Encargos e Atividades d Ensino Fundamental		
33900000	101	38	Outras Despesas CorrentesR\$ 65.000,00
33900000	122	38	Outras Despesas CorrentesR\$ 30.000,00
604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
0604.278120017-2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes		
33900000	100	49	Outras Despesas CorrentesR\$ 3.450,00

Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste Decreto:

200	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		
300	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
301	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
0301.041220003-2003	Manutenção, Encargos e Atividades da Procuradoria		
33900000	100	11	Outras Despesas CorrentesR\$ 1.000,00
400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
401	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
0401.041220004-2004	Manutenção, Encargos e Atividades de Apoio Administrativo		
33710000	100	114	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 3.500,00
500	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO		
501	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO		
0501.041210009-2009	Manutenção, Encargos e Atividades da Secretaria de Planejamento e Coordenação		
44900000	100	27	Investimentos R\$ 5.000,00
600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
0602.123610012-2016	Manutenção, Encargos e Atividades d Ensino Fundamental		
31900000	101	37	Pessoal e Encargos Sociais R\$ 65.000,00
44900000	122	39	Investimentos R\$ 30.000,00
604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
0604.278120017-2021	Manutenção e Obras em Ginásios de Esportes		
31900000	100	48	Pessoal e Encargos Sociais R\$ 3.450,00

Art. 3º - Ficam abertos Créditos Suplementares as seguintes contas por conta do provável excesso de arrecadação:

800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS		
0802.175120026-1008	Saneamento Básico		
33900000	142	83	Outras Despesas CorrentesR\$ 7.500,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste, SC, 03 de novembro de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Convocação CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora Eliete Aparecida Lira, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 006.557.699-35, portadora do RG nº 3.928.564, aprovada em 9º (nono) lugar no Processo Seletivo nº 002/2010 - SMS, homologado pelo Decreto Municipal 2.834/2010 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste (SC) em 13 de dezembro de 2010.

ADAIR JOSÉ CERON
Secretário de Saúde

Instrução Normativa CCI Nº 001/2010

Instrução Normativa CCI nº 01/2010

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna do Sistema de Controle Interno do Município de Herval d'Oeste para o exercício de 2011.

Considerando o cumprimento ao disposto no artigo 61, incisos I e II da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);

Considerando as atribuições que lhe confere o artigo 12, § 3º da Lei Complementar nº 0192/2005, de 26 de dezembro de 2005;

Considerando o Decreto nº 2359/2007, que regulamenta a Lei Complementar nº 0192/2005, a Controladoria Municipal resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna do município de Herval d'Oeste que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Parágrafo Único - A auditoria interna será executada pelo responsável pelo Controle Interno e servidores requisitados de outros órgãos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 2º – O Plano Anual de Auditoria Interna, em 2011, será realizado nos períodos de 11 a 15 de abril e de 03 a 07 de outubro de 2011, de acordo com a programação constante do anexo I desta instrução normativa.

Art. 3º - Neste plano devem constar os órgãos ou setores que

serão auditados, a finalidade, o tipo de auditoria, o período estimado, a quantidade de auditores e as demais informações que se fizerem necessárias.

Art. 4º - O Plano Anual de Auditoria poderá sofrer alterações, por conveniência administrativa, previamente discutida com a Coordenadoria de Controle Interno.

Art. 5º - A Auditoria Interna poderá utilizar-se da técnica de amostragem ou por análise integral do objeto auditado.

Art. 6º – A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 08 de dezembro de 2010.

PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ
Coordenador de Controle Interno

FRANCISCO ASSIS DE LIMA
Assessor Jurídico – OAB nº 8.376

De acordo, homologo em: 08 de dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito

ANEXO I PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Unidade	Procedimentos	Período de realização	Equipe
Secretaria de Administração Controle de Veículos	O que e como será realizado o trabalho, documentos que serão examinados. Controle de combustível: Verificação abastecimentos, médias de consumo, abastecimento em viagens. Verificação da documentação dos veículos: Verificação dos documentos de licenciamentos; Verificação da documentação junto ao DETER dos veículos de transporte de passageiros; Verificação da documentação junto ao DETRAN dos veículos de transporte escolar.	De 11 a 15/04/2011.	Controladoria/ Servidores
Secretaria de Administração Controle de Patrimônio	O que e como será realizado o trabalho, documentos que serão examinados. Verificação do cadastro dos bens: Conferência da localização dos bens; Verificação da reavaliação e depreciação dos bens; Identificação dos responsáveis pelos bens por Setor, Departamento, Unidade Gestora, etc. Verificação de possibilidade de baixa de bens inservíveis, irrecuperáveis, anti-econômico, etc. Levantamento de bens passíveis de baixa. Bens Imóveis: Conferência da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.	De 03 a 07/10/2011.	Controladoria/ Servidores

ANEXO II

PROGRAMA DE AUDITORIA Nº 01/2010 Identificação

Órgão/Entidade	Secretaria de Administração e Finanças – Controle de Veículos
Auditor	Paulo César Dolejal Berté

Caracterização

Tipo de Auditoria

1 – Auditoria Ordinária	de Gestão			2 - Auditoria Especial
	de Programas			
	Operacional	X		
	Contábil			
	de Sistemas			
Objetivo da Auditoria				
Verificação do cumprimento das normas e legislações pertinentes.				
Período de Exame				
Exercício de 2.011				
Documentos Fontes				
Relatórios do Sistema de Controle de Veículos, Autorizações de Abastecimento; Cupons Fiscais de Abastecimentos;				
Legislação				
Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000; Lei Complementar (Municipal) nº 0192/2005; Decreto nº 2359/2007.				
Procedimentos de Auditoria				
Verificação dos abastecimentos, médias de consumo, abastecimento em viagens;				
Verificação dos documentos de licenciamento;				
Verificação da documentação junto ao DETER dos veículos de transporte de passageiros;				
Verificação da documentação junto ao DETRAN dos veículos de transporte escolar.				
Cronograma				
Início	11/04/2011			
Fim	15/04/2011			Herval d'Oeste, 08 de dezembro de 2010.

De acordo.	De acordo.
Nelson Guindani	Paulo César Dolejal Berté
Prefeito	Coordenador de Controle Interno

ANEXO II

PROGRAMA DE AUDITORIA Nº 02/2010

Identificação

Órgão/Entidade	Secretaria de Administração e Finanças – Controle de Patrimônio
Auditor	Paulo César Dolejal Berté

Caracterização

Tipo de Auditoria				
1 – Auditoria Ordinária	de Gestão			2 - Auditoria Especial
	de Programas			
	Operacional	X		
	Contábil			
	de Sistemas			
Objetivo da Auditoria				
Verificação do cumprimento das normas e legislações pertinente.				

Período de Exame	Exercício de 2011.		
Documentos Fontes			
Relatórios do Sistema de Patrimônio; Consulta ao Cadastro de Bens Patrimoniais.			
Legislação			
Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000; Lei Complementar (Municipal) nº 0192/2005; Decreto nº 2359/2007.			
Procedimentos de Auditoria			
Verificação dos itens cadastrados;			
Conferência da localização dos bens;			
Identificação dos responsáveis;			
Verificação da possibilidade de baixa de bens inservíveis, irre recuperáveis e/ou anti-econômicos.			
Cronograma			
Início	03/10/2011		
Fim	07/10/2011		Herval d'Oeste, 08 de dezembro de 2010..

De acordo.	De acordo.
Nelson Guindani	Paulo César Dolejal Berté
Prefeito	Coordenador de Controle Interno

ANEXO III

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Processo:	
Órgão Auditado:	
Síntese do Objetivo:	
Período analisado:	
Identificação das pessoas envolvidas no objeto da auditoria	
Ordenadores de Despesas, à época (se for o caso):	

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº xxxx/2011

1 - INTRODUÇÃO

2 - OBJETIVO

3 - RESULTADOS DOS EXAMES ESPECÍFICOS

3.1 –

3.1.1 -

4 - CONCLUSÃO

Este é o Relatório.

Herval d'Oeste (SC), dd de mm de 2011.
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ
 Coordenador de Controle Interno

1 - INTRODUÇÃO
 2 - OBJETIVO
 3 - RESULTADOS DOS EXAMES ESPECÍFICOS
 4 – CONCLUSÃO
 Parecer sem ressalva
 Parecer com ressalvas
 Parecer de irregularidade
 Parecer com abstenção de opinião

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	MATRIZ DE PROCEDIMENTOS
---	-------------------------

Ques- tão de Audito- ria	Procedi- mentos	Detalhamento do Procedimento	Técnicas	Membro Respon- sável	Período	Achados

Câmara Municipal de Vereadores, em 09 de dezembro de 2010.
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ
Presidente

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 3.798.2010

Lei Complementar nº 3.798, de 09 de dezembro de 2010.

MINHA CASA MINHA VIDA. Estabelece a adesão ao Município de Imbituba ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida - PMCMV - e dá diretrizes à desoneração fiscal.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica estabelecida a adesão, por parte do Município de Imbituba, ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Art. 2º Para a consecução do objetivo do PMCMV, qual seja, viabilizar a construção do maior número possível de unidades habitacionais populares dentro dos seus limites, o Município adotará as medidas estabelecidas nesta Lei Complementar, de forma estratificada e de acordo com a necessidade de viabilização de cada empreendimento.

Parágrafo único. Os empreendimentos serão classificados em dois estratos, conforme segue:

- I - Estrato 1 - Empreendimentos para famílias com renda de até 03 (três) salários mínimos;
- II - Estrato 2 - Empreendimentos para famílias com renda de 03 (três) a 10 (dez) salários mínimos.

Art. 3º Os empreendimentos designados no inciso I do parágrafo único do artigo anterior terão isenções nos tributos especificados abaixo até o percentual de 100% (cem por cento):

- I - ITBI - sobre as aquisições de imóveis pelo construtor, sobre a aquisição pela Caixa Econômica Federal, bem como sobre a aquisição pelo mutuário final;
- II - ISS - incidente sobre os serviços prestados na consecução das edificações;
- III - taxas referentes ao empreendimento tais como: taxas de fiscalização de obras, fiscalização sanitária e de serviços gerais.

Art. 4º Os empreendimentos designados no inciso II do parágrafo único do artigo 2º terão isenções nos tributos especificados abaixo até o percentual de 60% (sessenta por cento):

- I - ITBI - sobre as aquisições de imóveis pelo construtor, sobre a aquisição pela Caixa Econômica Federal, bem como sobre a aquisição pelo mutuário final;
- II - ISS - incidente sobre os serviços prestados na consecução das edificações;
- III - taxas referentes ao empreendimento tais como: taxas de fiscalização de obras, fiscalização sanitária e de serviços gerais.

Art. 5º Somente poderão usufruir das isenções da presente lei, os empreendedores que desonerarem a Municipalidade e responsabilizarem-se a realizar, à suas próprias custas, a implantação e/ou implementação dos equipamentos urbanos e comunitários indispensáveis à bem estruturação dos empreendimentos:

§ 1º Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, pavimentação, rede telefônica, e outros que venham a ser criados e como tal classificados.

§ 2º Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de saúde, educação, cultura, administração, recreação e equivalentes, bem como outros que venham a ser criados e como tal considerados.

Art. 6º O empreendedor deverá apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

Art. 7º Para fins concessão da isenção da presente Lei, o empreendedor deverá acostar ao requerimento de licenciamento, documento oficial emitido pela Caixa Econômica Federal comprovando: I - a efetiva participação no PMCMV; e II - especificação de qual faixa de renda encontra-se inserido o referido empreendimento.

Art. 8º Esta Lei Complementar deverá ser regulamentada no prazo de 90 dias mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Os recursos para cumprimento da presente Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 10. Fica acrescido o parágrafo único no artigo 21, da Lei nº 377, de 16 de dezembro de 1974, que instituiu o Código de Obras do Município, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21 ().

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo as construções integrantes do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, de que trata a lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.795.2010

Lei nº 3.795, de 09 de dezembro de 2010.

Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Imbituba, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II

Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º A Secretaria Municipal da Fazenda definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e. Parágrafo único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irrevogável.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.imbituba.sc.gov.br.

Art. 5º Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo à Secretaria da Fazenda, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 6º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria da Fazenda, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterá as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;
II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II

Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11. A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Tributos ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

I - habilitar e desabilitar usuários;

II - criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12. Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da

Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da

Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 267, § 5º da Lei Complementar nº 3.019/2006;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Imbituba, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal;

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Imbituba", "Secretaria Municipal da Fazenda" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem

crescente seqüencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 14. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.imbituba.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Imbituba, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria da Fazenda.

Art. 16. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17. Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa Física

Art. 18. É facultado às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria da Fazenda, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 19. A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Parágrafo único. A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e, referente ao pagamento do imposto devido.

Seção II

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 20. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

Seção III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 21. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico <http://www.imbituba.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 3.019/2006.

Seção IV

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 23. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Seção I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 24. Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail).

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail).

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;

e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 24 desta Lei.

§ 1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§ 3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda, a critério do contribuinte.

§ 6º Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Fazenda disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico www.imbituba.sc.gov.br.

Art. 27. A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF será definida mediante Decreto.

Sessão II

Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 28. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS.

§ 2º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 43 do Capítulo VI desta Lei.

§ 3º Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 4º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

Art. 29. Fica esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal da Fazenda ("on-line").

Seção III

Do Sistema de "Emissão de Cupom Fiscal - ECF"

Art. 30. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte: I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 31. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Seção IV

Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 32. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem:

"A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A SUA EMISSÃO."

§ 2º As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Seção V

Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 33. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 34. É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único. Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 35. No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: \ "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A SUA EMISSÃO\".

CAPÍTULO V

Seção I

Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido

"Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC".

Art. 36. Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 37. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta Lei.

Art. 38. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 42 desta Lei.

Art. 39. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I - CPF/CNPJ do prestador;

II - endereço do prestador e do tomador;

III - CPF/CNPJ do tomador;

IV - e-mail do tomador;

V - o valor dos serviços prestados;

VI - o enquadramento na lista de serviços; e

VII - número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Seção II

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 40. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 41. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 40 UFM's para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II - 165 UFM's para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III - 85 UFM's para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 42. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 40 UFM's para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II - 40 UFM's para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

§ 1º A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 28 da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Art. 43. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 1.650 UFM's.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria da Fazenda pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 45. A partir da vigência desta Lei, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal - ECF" ou recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 46. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

I - mudança de endereço; e

II - mudança de ramo de atividade.

Art. 47. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos em Decreto.

§ 1º Nos primeiros trinta dias do uso obrigatório da NFS-e, não se aplica o disposto no art. 5º desta Lei.

§ 2º Durante o prazo previsto no § 1º os cadastros efetuados e respectivas senhas informadas serão habilitadas automaticamente, devendo o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e demais documentos descritos no Capítulo II desta Lei, serem entregues à Secretaria da Fazenda num prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após esgotado o prazo previsto naquele parágrafo.

§ 3º Os contribuintes que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior terão seu acesso suspenso enquanto não regularizarem sua situação.

Art. 48. Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.796.2010

Lei nº 3.796, de 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.018

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0164) Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL 250.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Construção da Sede do Poder Executivo

04.122.0003-1.003

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0090) Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.797.2010

Lei nº 3.796, de 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.018

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0164) Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL 250.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Construção da Sede do Poder Executivo

04.122.0003-1.003

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0090) Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE IMBITUBA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Anexo da Lei nº 3.797.2010

Página: 1/1

Data: 06/12/2010

R\$ 1,00

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

Setor / Programa Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista				Compensação
	Tributo / Contribuição	2011	2012	2013	
Imbituba	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	215.000,00	230.000,00	246.000,00	
Incentivos Fiscais/Imbituba	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	90.000,00	94.500,00	99.225,00	
Imbituba	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.100.000,00	2.205.000,00	2.359.000,00	
Imbituba	Rec. Div. Ativ. do IPTU	630.000,00	661.500,00	694.000,00	
Imbituba	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	35.500,00	37.500,00	39.500,00	
Total		3.070.500,00	3.228.500,00	3.437.725,00	

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito MunicipalFrancisco Duarte de Oliveira
Secretário Municipal da FazendaGeorge William dos Santos
Contador - CRC/SC 020478

Decreto PMI Nº 181.2010

DECRETO PMI 181, de 09 de dezembro de 2010.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a gleba de terra que especifica abaixo, situada no bairro de Ibiraquera, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VI do artigo 93, da Lei Orgânica Municipal e considerando o interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel situado no bairro de Ibiraquera, neste município, constituído de um terreno urbano medindo 1.100,00m² (um mil cem metros quadrados), sobre o qual está edificado uma construção de alvenaria com 146,05m² (cento e quarenta e seis virgula zero cinco metros quadrados), conforme Termo de Desapropriação e planta em anexo.

Art. 2º A área descrita no artigo anterior destina-se à instalação de um Centro Municipal de Educação Infantil.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, poderá proceder, se alegar urgência, para efeito na prévia imissão na posse, de conformidade com o Artigo 15 do Decreto Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 182.2010

DECRETO PMI 182, de 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.796, de 09 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.018

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0164) Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL 250.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional suplementar de

que trata o artigo 1º correrão por conta da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Construção da Sede do Poder Executivo

04.122.0003-1.003

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0090) Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 392/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 392, de 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/1992, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em 20/05/1992 para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosangela Espesim Vieira	Professora III	647.083.819-72	01/12/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de dezembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria PMI Nº 146.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 146, de 06 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor V e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº. 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. JANAINA MACHADO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 039.684.229-10, do cargo de Assessor V, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP nº 167, de 31 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 147.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 147, de 07 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº. 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. JANAINA MACHADO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 039.684.229-10, para exercer o cargo/função de Assessora IV, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 07 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 148.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 148, de 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor IV e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. EDI TORRES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 036.575.419-69, do cargo/função de Assessor IV, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP nº 163, de 31 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de dezembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 033/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	09/12/2010	Horário: 11h:00m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 33/2010
		PROC. Nº 116/2010

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para reformar a Quadra Poliesportiva da EMEF Frei Valentim, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 01/12/2010 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, OLIVEIRA & POZER LTDA-ME, CMNPJ/MF: 02.607.573/0001-03, CONSTRUTORA VOGEL, CNPJ/MF: 04.007.730/0001-75. Exatamente às 10h:30m encerraram-se os prazos para entrega de envelopes e propostas, conforme edital. Protocolou envelope a empresa: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09 - Protocolo nº 210, às 08h:05m nesta de 09/12/2010. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante e analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, que após análise destas habilitações foi constatado foi achada conforme, portanto considerada HABILITADA. Passando a fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA que foi achada conforme, com o seguinte valor cotado R\$ 58.088,52 (cinquenta e oito mil oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) sendo o que o valor máximo era de R\$ 58.834,45 (cinquenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ISABELA R. DUTRA POHL

MEMBRO

FERNANDA CRISTINA ROSA
MEMBRO

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
MEMBRO

LICITANTE:
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME
OSMAR MEYER RIBEIRO

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 16/2010
ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 09/12/2010 Horário: 14h:00m
Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 16/2010
PROC. Nº 111/2010

OBJETO:

Contratação de empresa provedora de softwares de gestão pública e serviços de informática, para a Prefeitura Municipal de Itapoá, com sistema gerenciador de banco de dados incluso (SGBD), em conformidade com o Projeto Básico e as especificações técnicas descritos nos Anexos I e II deste Edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. A fim de dar continuidade ao julgamento da licitação em tela conforme Ata de Sessão Pública de Abertura de envelopes de habilitação do dia 01/12/2010 às 09h:30m, tendo como única HABILITADA a Empresa IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, CNPJ/MF: 01.258.027/0001-41. Iniciada a sessão os membros da CPL e o representante da licitante presente TIAGO ARLINDO DA ROSA constataram que o envelopes se encontravam devidamente lacrados. Em seguida iniciou-se a abertura e pós análise do envelope da Proposta técnica (envelope nº 02), neste ato constatou-se que a empresa IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, CNPJ/MF: 01.258.027/0001-41 estava de acordo com edital, portanto apta e aprovada nesta fase quanta a documentação apresentada. Mas em cumprimento a clausula nº 9.6 - Os softwares ofertados serão avaliados pela Comissão de Licitação (Avaliação de Conformidade), que poderá contar com ajuda de equipe técnica de informática da Prefeitura, ou ainda pessoa jurídica especializada a ser contratada, devendo os proponentes trazer na data e hora a ser comunicada, o sistema (softwares) para comprovação do atendimento dos itens exigidos no Anexo II-A (obrigatórios) e II-B (pontuáveis) deste edital, tendo cada proponente o prazo máximo de até 80 (oitenta) horas para cumprimento da exigência; Fica agendada a data de 13/12/2010 às 08h:00m para iniciar a explanação do que se trata a clausula supra o qual será emitido a "avaliação de conformidade", conforme clausula nº 9.7 - Após a abertura, conferência, aposição de rubricas e avaliação de conformidade, as Proponentes que atenderem, rigorosamente, a todas as exigências deste Edital para a Proposta Técnica, será considerado tecnicamente classificado pela comissão;

Solicitado pela CPL manifestação do licitante quanto ao explanado e quanto à data agendada, que foi aceito pelo licitante. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes aptos ao certame.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
MEMBRO

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
MEMBRO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

LICITANTE:

IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA
TIAGO ARLINDO DA ROSA

Errata do Edital de Licitação PÚBLICA CONVITE Nº 35/2010.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONVITE Nº 35/2010.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 15 de dezembro de 2010. HORÁRIO: 10h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: CONVITE.

OBJETO: Aquisição de um ventilador pulmonar portátil para uso no Pronto Atendimento 24Hrs, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário acima citado, aonde lê-se:

Quadro de Resumo:

5. PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL E ENTREGA DO OBJETO:
O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2010. A disponibilidade e entrega dos produtos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde devendo ser entregues no prédio sede da Secretaria de Saúde de Itapoá/SC, em até 30 (trinta) dias após a solicitação e ordem de entrega. (pág. 03).

Anexo IV:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total dos objetos, ou até 31/12/2010. A disponibilidade e entrega dos produtos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde devendo ser entregues no prédio sede da Secretaria de Saúde de Itapoá/SC, em até 30 (trinta) dias após a solicitação e ordem de entrega. (pág. 14).

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

Quadro de Resumo:

5. PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL E ENTREGA DO OBJETO:
O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2010. A disponibilidade e entrega dos produtos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde devendo ser entregues no prédio sede da Secretaria de Saúde de Itapoá/SC, em até 10 (dez) dias após a solicitação e ordem de entrega. (pág. 03).

Anexo IV:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total dos objetos, ou até 31/12/2010. A disponibilidade e entrega dos produtos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde devendo

ser entregues no prédio sede da secretaria de Saúde de Itapoá/SC, em até 10 (dez) dias após a solicitação e ordem de entrega. (pág. 14).

Conforme o Art. 21  4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES se manterá o exposto, pois esta alteração não fere os princípios deste artigo e parágrafo.

Itapoá, 09 de dezembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

CRISTIANE MOTTA
Secretária de Saúde

Errata do Edital de Licitação PÚBLICA CONVITE Nº 36/2010.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONVITE Nº 36/2010.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 15 de dezembro de 2010. HORÁRIO: 09h:30m

LICITAÇÃO/MODALIDADE: CONVITE.

OBJETO: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para a reforma do piso da EMEF Ayrton Senna, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante deste edital.

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário acima citado, aonde lê-se:

Edital:

12.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.3 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta:

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Educação Fundamental-Ação: 2.085 - aplicação direta: 226 - desdobramento da despesa: 1737 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219 - transferência do FUNDEB.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 85 - aplicação direta: 227 - desdobramento da despesa: 506 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219.

Anexo III:

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS 7.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta:

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Educação Fundamental-Ação: 2.085 - aplicação direta: 226 - desdobramento da despesa: 1737 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219 - transferência do FUNDEB.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 85 - aplicação direta: 227 - desdobramento da despesa: 506 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219.

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

Edital:

12.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.3 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta:

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Educação Fundamental-Ação: 2.085 - aplicação direta: 226 - desdobramento da despesa:

1737 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219 - transferência do FUNDEB.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 85 - aplicação direta: 227 - desdobramento da despesa: 506 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 2.084 - aplicação direta: 223 -Fonte: 101 - Receitas de impostos e transferências.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 2.095 - aplicação direta: 238 -Fonte: 258 - Salário Educação.

Anexo III:

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS 7.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta:

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Educação Fundamental-Ação: 2.085 - aplicação direta: 226 - desdobramento da despesa: 1737 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219 - transferência do FUNDEB.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 85 - aplicação direta: 227 - desdobramento da despesa: 506 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - Fonte: 219.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 2.084 - aplicação direta: 223 -Fonte: 101 - Receitas de impostos e transferências.

- (13) - Fundo Municipal de Educação - Ação: 2.095 - aplicação direta: 238 -Fonte: 258 - Salário Educação.

Conforme o Art. 21  4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES se manterá o exposto, pois esta alteração não fere os princípios deste artigo e parágrafo.

Itapoá, 10 de dezembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

VALCI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária de Educação

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato PP 44/2010/PMJ - PL 98/2010/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2010/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2010

Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor preço Global. Data da abertura: Dia 27/12/2010, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 27/12/2010. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joaçaba, 09 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE

Portaria JHL 120/2010

PORTARIA SIMAE - JHL - Nº 120/2010
Retifica Portaria n. 118/10 de 08/12/2010

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, nomeada pela Portaria FNS-114/99, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. Único. É retificada a Portaria 118/10 de 08/12/2010, que passa ter a seguinte redação:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Adão Luiz Cardoso, do cargo de Vigilante, Padrão-2, Nível-2, Referência B-4, Matrícula 13, Lotado na Diretoria Técnica, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193/2010 de 06 de setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31.12.2010, de acordo com o requerido pelo servidor exonerado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

Joaçaba-SC, 10 de dezembro de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Publicação Pregão 0048/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0058/2010
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2010
PROTOCOLO JHL 3041/2010

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0048/2010 - Licitação 0058/2010, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 27/12/2010 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 27/12/2010 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 13/12/2010 a 27/12/2010.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 13 de Dezembro de 2010.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 16/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX - SC
CONTRATO N.º 016/2010

O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua 16 de Junho, 13, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JOSÉLIO DA SILVA, que este subscreve, denominado simplesmente CONTRATANTE, a empresa JANKE TERRAPLENAGENS LTDA ME, com sede na cidade de Presidente Getúlio, na rua Gustavo Henning, nº 190, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.322.497/0001-38, neste ato representada pelo Sr.(a). HELIOMAR JANKE, pactuam o presente contrato pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, constitui objeto do presente contrato, À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTES DE 528M³ DE SAIBRO DA CIDADE DE IBIRAMA/SC (BR-470) ATÉ A CIDADE DE JOSÉ BOITEUX/SC (DEPÓSITO EM FRENTE AO E.C. INDEPENDENTE), PERFAZENDO UMA QUILOMETRAGEM APROXIMADA DE 38 KM POR VIAGEM, as condições fixadas no Contrato 016/2010 da PMJB e tem como valor total a quantia de R\$ 5.723,52 (cinco mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos).

José Boiteux/SC, em 10 de dezembro 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

JANKE TERRAPLENAGENS LTDA ME

Prefeito Municipal em exercício

Contratada

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Leilão 004.2010

EDITAL DE LEILÃO Nº 004/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2010.

Norival Fiorin, Prefeito de Luzerna (SC), autorizado pelas leis nº. 892/2010, 937/2010 e 941/2010 e de conformidade da Lei Federal nº 8.666 e alterações, faz saber aos interessados que fará realizar, alienação de bens móveis, na modalidade de LEILÃO, mediante as seguintes condições:

I - DATA: 29 de dezembro de 2010, às 10 horas.

II-LOCAL: Praça em frente à Prefeitura Municipal de Luzerna, situado à Av. 16 de Fevereiro, 151, nesta Cidade .

01. Um microônibus marca/modelo I/KIA BESTA GS GRAND 2, ano e modelo 2005, chassi KNHTS732257195117, diesel, placa COM 9323, cor branca R\$ 25.000,00

02. Um microônibus marca/modelo MARCOPOLO/VOLARE A5 MO, ano e modelo 2004, chassi 93PB10C1S4C011908, diesel, placa MHA 7930, cor branca R\$ 45.000,00

03. Aproximadamente 600m² de madeira de assoalho R\$ 6.000,00 III. Os interessados poderão visitar e/ou vistoriar os objetos a serem leiloados nos seguintes locais:

01. os veículos a serem leiloados se encontram no Centro de Eventos São João Batista, na Rua Frei João, Centro, Luzerna;

02. o assoalho em madeira se encontra no Ginásio de Esporte Altair Moro, na Rua São Francisco, Bairro São Francisco, Luzerna.

IV. O preço de lance inicial é o que consta neste Edital, e será considerado vencedor aquele que oferecer maior lance, por objeto alienado, no estado que se encontram.

V. O pagamento dos objetos deverá ser feito em até 30 (trinta) dias a partir do Termo de Arrematação, e a entrega se dará

mediante a comprovação do pagamento do preço respectivo.
VI. O leiloeiro será um servidor designado por ato do Prefeito Municipal.

Luzerna (SC), 10 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010

LEI Nº. 1256 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA PARA O EXERCÍCIO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Massaranduba para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 25.100.000,00(Vinte e cinco milhões e cem mil reais)

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, convênios e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 26.033.000,00
1.1 Receita Tributária.....	R\$ 2.836.000,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$ 420.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 413.000,00
1.4 Receita de Serviços.....	R\$ 320.000,00
1.5 Transferências Correntes	R\$ 21.453.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 591.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	R\$ 902.000,00
2.1 Operações de Créditos	R\$ 500.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$ 42.000,00
2.3 Transferências de Capital.....	R\$ 360.000,00
3. Deduções Receita Transferência FUNDEB	R\$ 3.455.000,00
TOTAL	R\$ 23.480.000,00

§ 2º A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 575.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.....	R\$ 1.590.000,00
04 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SER.URB.....	R\$ 4.980.000,00
05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULT.ESP.E TURISMO	
.....	R\$ 7.345.000,00
08- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	R\$ 350.000,00
09- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE AMBBIEN-TE.....	R\$ 720.000,00
00- ENCARGOS ESPECIAIS.....	R\$ 1.820.000,00
99- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 350.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	R\$ 5.750.000,00

TOTAL R\$ 23.480.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 2.465.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA.....	R\$ 230.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 6.690.000,00
13 - CULTURA	R\$ 285.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 2.300.000,00
16 - HABITAÇÃO	R\$ 50.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 5.000,00
20 - AGRICULTURA.....	R\$ 715.000,00
22 - INDÚSTRIA.....	R\$ 50.000,00
25 - ENERGIA	R\$ 500.000,00
26 - TRANSPORTE.....	R\$ 1.900.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 370.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS.....	R\$ 1.820.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	R\$ 350.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	R\$ 5.750.000,00
TOTAL	R\$ 23.480.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 13.146.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 7.484.000,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 200.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 5.462.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	R\$ 4.234.000,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$ 3.051.000,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	R\$ 183.000,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	R\$ 1.000.000,00
9.9.99.99 - Reserva de Contingência.....	R\$ 350.000,00
Transferências Financeiras	R\$ 5.750.000,00
TOTAL	R\$ 23.480.000,00

Art 2º. O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.160.000,00 (Hum milhão cento e sessenta mil reais).

§ 1º. - A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	R\$ 1.160.000,00
1.1 - Transferências Financeiras.....	R\$ 1.160.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 1.160.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.105.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 765.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 340.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	R\$ 55.000,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$ 55.000,00
TOTAL	R\$ 1.160.000,00

Art 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 5.840.000,00(Cinco milhões oitocentos e quarenta mil reais)

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.464.000,00
1.1 Receita Tributária.....	R\$ 28.000,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$ 212.000,00
1.3 Receitas de Serviços	R\$ 180.000,00
1.4 Transferências Correntes	R\$ 1.009.400,00

1.5 Outras Receitas Correntes	R\$ 34.600,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	R\$ 120.000,00
2.1 Transferências de Capital.....	R\$ 120.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 1.584.000,00
Transferências Financeiras	R\$ 4.256.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 5.840.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes e da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.997.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 3.770.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 1.227.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	R\$ 843.000,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$ 813.000,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$ 5.840.000,00

Art 4º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais).

§ 1º A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 30.000,00
1.1 Receita Patrimonial	R\$ 5.000,00
1.2 Transferências Correntes	R\$ 22.000,00
1.3 Outras Receitas Correntes	
orrentes	R\$ 3.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	R\$ 6.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 6.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 36.000,00
Transferências Financeiras	R\$ 334.000,00

TOTAL GERAL

R\$..... 370.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$ 332.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 110.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 222.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	R\$ 38.000,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$ 38.000,00
TOTAL	R\$ 370.000,00

Art 5º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de Riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO.....	VALOR
1. Processos de Desapropriação	R\$ 10.000,00
2. Ações Trabalhistas	R\$ 30.000,00
3. Intempéries	R\$ 280.000,00
4. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	R\$ 10.000,00
5. Ocorrência de Fatos não Previstos em Obras	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 350.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será

feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais relacionados aos eventos previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2011 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para Abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art 7º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º. da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, desde que não comprometidos.
II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art 8º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fonte oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art 10. Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art 11. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a

partir de 1º. de Janeiro.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 075/2010.

DECRETO n.º 075/2010.
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

CLAUDIO JOSE TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1468/2010, de 08 de Dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), a ser distribuídos nas seguintes contas:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO
040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (56) R\$ 20.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
130110301.2022 - Manutenção da Ações Básica de Saúde
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (11) R\$ 5.000,00
130110301.2023 - Manutenção do Programa ESF/PACS
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (22) R\$ 20.000,00
Total R\$ 45.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações totais das seguintes Dotações Orçamentárias.

01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01010131.1001 - Aquis. Área, Constr, Ampl. Da Sede Administrativa
4.4.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (01) R\$ 25.000,00

01010131.1002 - Aquisição de Veículo e Equipamentos Funcionais
4.4.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (02) R\$ 20.000,00

Total R\$ 45.000,00

Art. 3º Fica ajustado nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº 1378/09, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010 - Lei Municipal nº 1393/09 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2010 - Lei Municipal nº 1.394/09, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2010.
CLAUDIO JOSE TOMAZI

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Portaria n.º 373/2010

PORTARIA n.º 373/2010
TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

CLAUDIO JOSE TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e Lei Municipal n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CHAIANE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 dezembro de 2010.
CLAUDIO JOSE TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Justificativa de Dispensa de Licitação n.º 061/2010

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 061/2010

CREDOR: SANTOS DE FREITAS MOTA
ENDEREÇO: RUA SERVIDÃO 01 - Nº. 65 - CENTRO-MELEIRO/SC.
CPF: 290.481.259-87

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TERRENO RURAL COM AREA DE 515,00 m2 (QUINHENTOS E QUINZE METROS QUADRADOS), DE PROPRIEDADE DE SANTOS DE FREITAS MOTA, DEVIDAMENTE MATRICULADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVÉIS DA COMARCA DE TURVO/SC SOB A MATRICULA Nº. 7.862, LOCALIZADO NESTE MUNICÍPIO PARA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA.

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
BASE LEGAL: Inciso X do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: ESTA ÁREA DE TERRENO RURAL LOCALIZA-SE EM UM PONTO ESTRATÉGICO PARA A AMPLIAÇÃO DA AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA, A AQUISIÇÃO SE DARA ATRAVÉS DA LEI Nº. 1462/2010, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.
O PREÇO DE COMERCIALIZAÇÃO É COMPATÍVEL COM OS PRATICADOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO LOCAL, DEFINIDOS MEDIANTE AVALIAÇÃO PRÉVIA POR UMA COMISSÃO PRÓPRIA.

Meleiro, 08 de dezembro de 2010.
JAQUELINE MARTINS WALNIER
Presidente da Comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório na data supra.
ASSINADO EM / /

CLAUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Errata ERRATA

A Lei n.º 1468/2010 publicadas no DOM/SC no dia 09 de dezembro de 2010, na edição Nº. 632, onde se lê no Art. 1º - 13- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - Aplicações Diretas (22) R\$ 15.000,00, passa a ser lida como : Art. 1º -13-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - Aplicações Diretas (22) R\$ 20.000,00.

Meleiro, 10 de dezembro de 2010.
CLAUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1417/2010

LEI Nº 1417/2010

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA DO EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado a suplementar o total de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais), no orçamento do Exercício de 2010 do Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, na dotação orçamentária do elemento de despesa abaixo discriminado:

1200 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
1201- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0011 - Saúde para Todos	
2.040 - Manutenção dos Serviços de Saúde Municipal	
3.1.90.00.00.00.0.0112.0 (07) - Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00
Soma	R\$ 450.000,00
TOTAL	R\$ 450.000,00
T O T A L G E R A L.....	R\$ 450.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulações totais, das dotações orçamentárias dos elementos de despesa abaixo discriminados:

1200 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
1201- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0011 - Saúde para Todos	
1.040 - Aquisição de Veículos e Ambulâncias	
4.4.90.00.00.00.0.0188.0 (02) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.0.0189.0 (03) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Soma	R\$ 100.000,00
1.041 - Aquisição de Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.0.0188.0 (05) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.0.0189.0 (06) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

SomaR\$ 100.000,00

10.301.0011 - Saúde para Todos	
2.042 - Manutenção do CAPS	
3.3.90.00.00.00.0.0184.0 (26) - Aplicações Diretas	R\$ 230.000,00
4.4.90.00.00.00.0.0184.0 (27) - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Soma	R\$ 250.000,00
TOTAL	R\$ 450.000,00

T O T A L G E R A L.....R\$ 450.000,00

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010 - Lei Municipal nº. 1.337/2009 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2010 - Lei nº. 1.345/2009, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1418/2010

LEI Nº 1418/2010

DENOMINA RUA GISSELA MACCARI SACHET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Gissela Maccari Sachet, a via pública situada no Desmembramento de Janete Terezinha Sachet Vieira, deste Município, atualmente denominada Rua Projetada, que tem seu início na Rua José Cechinel, seguindo daí até encontrar-se com o Picadão Dom Pedro II, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1419/2010

LEI Nº 1419/2010

DENOMINA RUA IRIA CORAL CORRÊA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Iria Coral Corrêa, a via pública situada no Loteamento Eugênio Pagnan (Cohab), Bairro Maccari, deste Município, atualmente denominada Rua Aberta "C", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1420/2010

LEI Nº 1420/2010

DENOMINA RUA MARIA AVELINA D. JACINTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Maria Avelina D. Jacinto, a via pública situada no Loteamento Eugênio Pagnan (Cohab), Bairro Maccari, deste Município, atualmente denominada Rua Aberta "B", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1421/2010

LEI Nº 1421/2010

DENOMINA RUA JOÃO SILVIO MANOEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua João Silvio Manoel, a via pública situada no Loteamento Eugênio Pagnan (Cohab), Bairro Maccari, deste Município, atualmente denominada Rua Aberta "A", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1422/2010

LEI Nº 1422/2010

DENOMINA RUA ANTÔNIO BERTAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Antônio Bertan, a via pública situada no Loteamento Idalina Polla Bertan, deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "B", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1423/2010

LEI Nº 1423/2010

DENOMINA RUA MÁRIO BERTAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Mário Bertan, a via pública situada no Loteamento Idalina Polla Bertan, deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "C", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1424/2010

LEI Nº 1424/2010
DENOMINA RUA SILVINO POLLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Silvino Polla, a via pública situada no Loteamento Idalina Polla Bertan, deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "D", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1425/2010

LEI Nº 1425/2010
DENOMINA RUA LINO QUINTINO POLLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Lino Quintino Polla, a via pública situada no Loteamento Idalina Polla Bertan, deste Município,

atualmente denominada Rua Projetada "A", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1426/2010

LEI Nº 1426/2010
DENOMINA RUA PEDRO JOSÉ PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Rua Pedro José Pereira, a via pública situada no Loteamento Idalina Polla Bertan, deste Município, atualmente denominada Rua Projetada "E", conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1427/2010

LEI Nº 1427/2010

Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de contrapartida municipal para implementar o Programa Carta de Crédito - Recursos FGTS na modalidade produção de unidades habitacionais, Operações Coletivas, regulamentado pela Resolução do Conselho Curador do FGTS, número 291/98 com as alterações da Resolução nº. 460/2004, de 14 DEZ 04, publicada no D.O.U. em 20 DEZ 04 e Instruções normativas do Magistério das Cidades e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a aquisição, construção ou reforma de unidades habitacionais para atendimento aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio do Programa Carta de Crédito - Recursos FGTS - Operações Coletivas, regulamentado pela Resolução nº 291/98 com as alterações promovidas pela Resolução 460/04 do Conselho Curador do FGTS e Instruções Normativas do Ministério das Cidades.

Artigo 2º - Para a implementação do Programa, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Parceria e cooperação com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, nos termos da minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá celebrar aditamentos ao Termo de Cooperação de que trata este artigo, os quais deverão ter por objetivo ajustes e adequações direcionadas para a consecução das finalidades do programa.

Artigo 3º - O Poder Público Municipal fica autorizado a disponibilizar áreas pertencentes ao patrimônio público municipal para neles construir moradias para a população a ser beneficiada no Programa e a aliená-las previamente, a qualquer título, quando da concessão dos financiamentos habitacionais de que tratam os dispositivos legais mencionados no artigo 1º desta Lei, ou após a construção das unidades residenciais, aos Beneficiários do programa.

§1º - As áreas a serem utilizadas no Programa deverão fazer frente para a via pública existente, contar com a infra-estrutura básica necessária, de acordo com as posturas municipais.

§2º - O Poder Público municipal também poderá desenvolver todas as ações para estimular o programa nas áreas rurais.

§3º - Os projetos de habitação popular serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Estaduais ou Municipais de Habitação, Serviços Sociais, Obras, Planejamento, Fazenda e Desenvolvimento, além de autarquias e/ou companhias Municipais de Habitação.

§4º - Poderão ser integradas ao projeto outras entidades, mediante convênio, desde que tragam ganhos para a produção, condução e gestão deste processo, o qual tem por finalidade a produção imediata de unidades habitacionais, regularizando, sempre que possível, as áreas invadidas e ocupações irregulares, propiciando o atendimento às famílias mais carentes do Município.

§5º - Os custos relativos a cada unidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título de contrapartida, necessários para a viabilização e produção das unidades habitacionais, poderão ou não ser ressarcidos pelos Beneficiários, mediante pagamentos de encargos mensais, de forma análoga às parcelas e prazos já definidos pela Resolução CCFGTS 460/04, permitindo a viabilização para a produção de novas unidades habitacionais.

§6º - Os Beneficiários do Programa, eleitos por critérios sociais e sob inteira responsabilidade municipal ficarão isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, durante o período de construção das unidades e também durante o período dos encargos por estes pagos, se o município exigir o ressarcimento dos Beneficiários.

§7º - Os beneficiários, atendendo as normas do programa, não poderão ser proprietários de imóveis residenciais no município e nem detentores de financiamento ativo no SFH em qualquer parte do país, bem como não terem sido beneficiados com desconto pelo FGTS a partir de 01 de maio de 2005.

Artigo 4º - A participação do Município dar-se-á mediante a concessão de contrapartida consistente em destinação de recursos financeiros, sendo que o valor do desconto, a que têm direito os Beneficiários, somente será liberado após o aporte pelo município,

na obra, de valor equivalente à caução de sua responsabilidade.

Artigo 5º - Fica o Poder Público autorizado a conceder garantia do pagamento das prestações relativas aos financiamentos contratados pelos beneficiários do programa consistente em caução dos recursos recebidos daqueles Beneficiários, em pagamento de terrenos, obras e/ou serviços fornecidos pelo Município.

§1º - O valor relativo à garantia dos financiamentos ficará depositado em conta gráfica caução em nome da CAIXA, remunerada mensalmente com base na taxa SELIC ou na taxa que vier a ser pactuada em aditamento ao Termo de Parceria e Cooperação e será utilizado para pagamento das prestações não pagas pelos devedores.

§2º - Ao final do prazo de vigência do contrato de financiamento o remanescente do valor relativo à garantia dos financiamentos, depois de deduzidas as parcelas não pagas pelos devedores, os impostos devidos e os custos devidos ao Banco credor pela administração dos recursos, se houver, será devolvido ao Município.

Artigo 6º - As despesas com execução da presente lei, de responsabilidade do Município, correrão por conta da dotação orçamentária n.º 64 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0109.0 (aplicações diretas).

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1428/2010

LEI Nº 1428/2010

INSTITUI O PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA NAS EDIFICAÇÕES DE QUE TRATA ESTA LEI NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído a obrigatoriedade dos proprietários particulares ou públicos de edificações com mais 07 pavimentos, bem como em todas as edificações públicas situados no município de Morro da Fumaça, independentemente do tamanho, a implantar um sistema de captação de água de chuva para armanejamento em recipiente adequado, a fim de que a mesma possa ser utilizada pelos mesmos para serviços cotidianos no próprio prédio ou congêneres, contribuindo, desta forma, com a racionalização deste precioso bem comum da humanidade.

Parágrafo Único - O prazo para implantação total do projeto de que trata este artigo é de 09 meses, a contar da publicação da presente Lei.

Artigo 2º - A Administração Municipal, através da Fundação Municipal do Meio Ambiente e demais órgãos competentes, elaborarão projeto modelo a ser disponibilizado aos interessados, a título inteiramente gratuito, facultando-os a implantar tal projeto de forma

independente, desde que devidamente respeitadas as normas pertinentes em vigor.

Artigo 3º - Tal projeto poderá ser aplicado também em residências e estabelecimentos comerciais, agrícolas e industriais, a critério de cada proprietário.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1429/2010

LEI Nº 1429/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR AO ESTADO DE SANTA CATARINA O IMÓVEL DE MATRÍCULA N. 6.697 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, o imóvel de matrícula n. 6.697, com área de 572,81 m² (quinhentos e setenta e dois vírgula oitenta e um metros quadrados).

Artigo 2º - A doação do imóvel referido no artigo anterior tem como único objetivo a edificação do quartel da Polícia Militar de Santa Catarina.

Artigo 3º - Fica expressamente vedado ao Estado de Santa Catarina:

- I- Alienar o imóvel;
- II- Gravar o imóvel com ônus real de garantia;
- III- Dar destinação diversa da prevista na doação.

Artigo 4º - Reverterá ao Poder Público Municipal o terreno doado, quando:

- I- Não iniciada a construção do Quartel da Polícia Militar no prazo de 03 (três anos) a contar da publicação desta lei;
- II- Não mais for utilizado para abrigar o Quartel da Polícia Militar de Santa Catarina, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal;

Parágrafo Único- É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário à transação.

Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se às disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1430/2010

LEI Nº 1430/2010

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE BEM PÚBLICO LOCALIZADO NO LOTEAMENTO NONA ANGELINA, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica desafetado o imóvel da categoria Bem Público, localizado na Quadra C, à Rua Projetada A, esquina com a Rua Projetada B, no Loteamento Nona Angelina, com a área de 817,50 m² (oitocentos e dezessete metros e cinquenta decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:

Pela frente, ao NORTE, na extensão de 30m (trinta metros), com a Rua Projetada A; fundos, ao SUL, na extensão de 30,00 m (trinta metros) com as terras de Narciso Maccari; um lado, ao LESTE, na extensão de 27,25 m (vinte e sete vírgula vinte e cinco metros) com a área verde; e outro lado, ao OESTE, na extensão de 27,25m (vinte e sete metros e vinte e cinco centímetros) com a Rua Projetada B.

Parágrafo Único - A desafetação do imóvel pertencente ao Poder Público Municipal de que trata este artigo se justifica pela disponibilização do dito imóvel para construção de casas populares.

Artigo 2º - O imóvel acima caracterizado tem sua matrícula sob o nº 26.495, no livro nº 2, às fls. 001, data 21/10/2010, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1431/2010

LEI Nº 1431/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS-CNME DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS-CNM, entidade nacional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Artigo 2º - A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Morro da Fumaça junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

I- Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II- Participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública municipal;

III- Representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;

IV- Desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Artigo 3º - Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a entidade em valores mensais a serem estabelecidos na Assembléia Geral anual da mesma.

Parágrafo Único- as entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembléias Gerais.

Artigo 4º - Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1432/2010

LEI Nº 1432/2010

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA A CONSORCIAR-SE AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC (CISAMREC) E RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO RESPECTIVO CONSÓRCIO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o consorciamento do Município de Morro da Fumaça, no Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC (CISAMREC), instituído sob a forma de associação pública de direito público, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Artigo 2º - Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Artigo 3º - A alteração ou extinção do CISAMREC dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1433/2010

LEI Nº 1433/2010

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.234 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE CRIOU O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTITUIU A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

O Excelentíssimo Senhor ADEMAR BERTAN, Prefeito Municipal em Exercício de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a Tabela do Anexo I, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I
Tabela Progressiva da COSIP

Faixa de Consumo				Valor COSIP
RESIDENCIAL				
0	à	50	Kwh	R\$ 2,80
51	à	150	Kwh	R\$ 5,80
151	à	200	Kwh	R\$ 9,20
201	à	400	Kwh	R\$ 13,30
Acima de		400	Kwh	R\$ 14,60
RURAL				
0	à	200	Kwh	R\$ 3,80
201	à	500	Kwh	R\$ 8,20
501	à	1000	Kwh	R\$ 11,60
Acima de		1000	Kwh	R\$ 12,80
COMERCIAL				
0	à	200	Kwh	R\$ 9,20
201	à	500	Kwh	R\$ 13,30
501	à	1.000	Kwh	R\$ 24,20

1.001	à	2.000	Kwh	R\$ 39,80
Acima de		2.000	Kwh	R\$ 53,20
INDUSTRIAL				
0	à	500	Kwh	R\$ 12,80
501	à	1.000	Kwh	R\$ 24,20
1.001	à	2.000	Kwh	R\$ 39,80
2.001	à	3.000	Kwh	R\$ 53,20
3.001	à	4.000	Kwh	R\$ 79,60
4.001	à	5.000	Kwh	R\$ 84,80
5.001	à	10.000	Kwh	R\$ 112,60
Acima de		10.000	Kwh	R\$ 154,00
CONSUMO PRÓPRIO				
0	À	500	Kwh	R\$ 24,20
501	À	1.000	Kwh	R\$ 35,70
1.001	À	2.000	Kwh	R\$ 52,20
Acima de		2.000	Kwh	R\$ 70,50
BAIXA RENDA				ISENTO
PODERES PÚBLICOS				ISENTO
SERVIÇOS PÚBLICOS				ISENTO

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Dezembro de 2010.
ADEMAR BERTAN
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 460/2010

Lei Complementar nº 460/2010

Abre Crédito Suplementar e Anula Dotação, dentro do Orçamento Vigente do Município e dá outras Providências.

Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal em Exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), para reforço das dotações abaixo descritas, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação
Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação
Proj./Ativ. 2.006 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil

(78) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas...R\$ 90.000,00
(72) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas...R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação parcial dos elementos abaixo, dentro do

orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação
Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação
Proj./Ativ. 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

(88) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas de Operações entre Órgãos IntergovernamentaisR\$ 98.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de dezembro de 2010.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Complementar Nº 461/2010

Lei Complementar nº 461/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E ANULA DOTAÇÃO DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar especial no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para reforço das dotações abaixo descritas dentro do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Proj./Ativ.: 2.003 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
(63)Elemento: 3.1.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ...R\$ 90.000,00
(62)Elemento: 3.3.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ...R\$ 50.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv.Urb. e Planejamento
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv.Urb. e Planejamento
Proj/Ativ.: 2.011 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras
(44) Elemento: 3.1.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ..R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico, conforme identificação abaixo:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico
Proj/Ativ.: 2.015 - Funcionamento e Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico
(33) Elemento: 3.3.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ...R\$ 190.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de dezembro de 2010.
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Decreto MUNICIPAL Nº 118/2010

DECRETO Nº 118/2010

Abre Crédito Suplementar e Anula Dotação, dentro do Orçamento Vigente do Município e dá outras Providências.

Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal em Exercício, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma autoriza pela Lei Complementar nº 460 de 09/12/2010, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar especial no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), para reforço das dotações abaixo descritas, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Proj./Ativ. 2.006 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil

(78) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas...R\$ 90.000,00

(72) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas...R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação parcial dos elementos abaixo, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Proj./Ativ. 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

(88) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas de Operações entre Órgãos IntergovernamentaisR\$ 98.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de dezembro de 2010.

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Decreto MUNICIPAL Nº 119/2010

DECRETO Nº 119/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E ANULA DOTAÇÃO DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 461, de 09/12/2010, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar especial no valor de R\$

190.000,00 (cento e noventa mil reais), para reforço das dotações abaixo descritas dentro do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Proj/Ativ.: 2.003 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(63)Elemento: 3.1.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ...R\$ 90.000,00

(62)Elemento: 3.3.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ...R\$ 50.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv.Urb. e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv.Urb. e Planejamento

Proj/Ativ.: 2.011 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

(44) Elemento: 3.1.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ..R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico, conforme identificação abaixo:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico

Proj/Ativ.: 2.015 - Funcionamento e Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico

(33) Elemento: 3.3.90.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas ...R\$ 190.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de dezembro de 2010.

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1838/2010

DECRETO Nº 1.838/2010 de 10 de Dezembro de 2010.

Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotação e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e amparado pelas disposições dos arts. 41, I, 42 e 43, III, da Lei Federal 4.320;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, em favor da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

10.00 - CAMARA DE VEREADORES

10.01 - CAMARA DE VEREADORES

Atividade 2.001 - Manutenção da Câmara Vereadores
Elemento de Despesa 4.4.90-01-0004-000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 2.250,00

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 2.250,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

10.00 - CAMARA DE VEREADORES

10.01 - CAMARA DE VEREADORES

Atividade 2.001 - Manutenção da Câmara Vereadores

Elemento de Despesa 3.1.90-01-0001-000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 2.250,00

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 2.250,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Novo Horizonte/ SC, 10 de dezembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação 56/2010 - Tomada de Preços 05/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo TÉCNICA E PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Tomada de Preços 05/2010.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 56/2010 - Tomada de Preços 05/2010.

Objeto:

Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de Sistemas de Ensino, com material e cursos, para alunos e professores da Educação Infantil e Fundamental, do 1º ao 5º ano do Ensino, no ano letivo de 2011, Formação Continuada de Gestores/Professores e Avaliação Institucional, para a Rede Municipal

Data e hora da Abertura: 13/01/2011 às 09 horas

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 13/01/2011 às 08h45min

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 09 de dezembro de 2010

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 002/2010 de 10/12/2010. O Município de Paulo Lopes torna Público a quem interessar, que estarão abertas de 13 a 22 de dezembro de 2010, as inscrições ao processo seletivo para contratação de professores a serem admitidos em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal (podendo atuar tanto como regente de classe e/ou Professor dois), para o ano letivo de 2011. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição na Secretaria de Educação, no horário das 13:00 às 19:00 horas, e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 32530452.

Paulo Lopes, 13 de dezembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Nº 004/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 004/2010 de 10/12/2010. O Município de Paulo Lopes torna Público a quem interessar, que estarão abertas de 13 a 22 de dezembro de 2010, as inscrições para o Processo Seletivo para contratação/admissão, de motorista, operador de máquinas e auxiliar de serviços gerais (merendeiras), por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no ano de 2011. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição na Secretaria de Educação, nos horários das 13:00 às 19:00 horas e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 32530452.

Paulo Lopes, 13 de dezembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.292, de 07 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 3.292, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme artigo 16º da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de Novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizando a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais) para atender a seguinte programação:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 319000000 Aplicações Diretas..... R\$ 52.000,00
 Fonte de Recursos 00

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 319100000 Aplicações Diretas..... R\$ 8.000,00
 Fonte de Recursos 00

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 339000000 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 00

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2071 Aplicação dos Recursos Saúde da Família
 319000000 Aplicações Diretas..... R\$ 8.000,00
 Fonte de Recursos 00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 88.000,00(Oitenta e oito mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria de Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.361 Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008 Educação Básica
 0202.12.361.0008.2026 Manutenção da Educação Básica
 339000000 Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria de Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.361 Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008 Educação Básica
 0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar
 319100000 Aplicações Diretas..... R\$ 8.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0203 Secretaria de Agricultura
 0203.20 Agricultura
 0203.20.606 Extensão Rural
 0203.20.606.0015 Promoção e Extensão Rural
 0203.20.606.0015.2047 Manutenção da Secretaria de Agricultura
 319000000 Aplicações Diretas..... R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE DEZEMBRO DE 2010.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.293, de 07 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 3.293, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.
 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme artigo 16º da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de Novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) do Fundo Municipal de Saúde abaixo discriminado;

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 319000000 Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0112.10

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) conforme abaixo discriminado;

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901 Fundo Municipal de Saúde
 0901.10 Saúde
 0901.10.301 Atenção Básica
 0901.10.301.0021 Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 319100000 Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE DEZEMBRO DE 2010.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Portaria N.º 248, de 22 de Setembro de 2010.

PORTARIA N.º 248, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
 NOMEIA MEMBRO INTERINAMENTE COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a concessão de afastamento por motivo de casamento do servidor Hadriel Dalmolin, membro da comissão de licitações;

CONSIDERANDO a licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 012/2010, na data de 23 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Máira Mattana Mariani, membro interina da comissão de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 22 de setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 250, de 22 de Setembro de 2010.

PORTARIA N.º 250, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
NOMEIA MEMBRO INTERINAMENTE COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o membro da comissão de licitações, Sr. Nilson Zanella encontram-se na cidade de Videira;

CONSIDERANDO a licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 010/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maíra Mattana Mariani, membro interina da comissão de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 22 de setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 255, de 29 de Setembro de 2010.

PORTARIA N.º 255, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010.
NOMEIA MEMBRO INTERINAMENTE COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que os membros da comissão de licitações, Sr. Nilson Zanella e Hadriel Dalmolin, encontraram-se na cidade de Videira,

CONSIDERANDO a licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maíra Mattana Mariani, ocupante do cargo de Auxiliar de Cadastro Geral, e Adriana Franschina, enfermeira PSF, como membros interinas da comissão de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 29 de setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 256, de 04 de Outubro de 2010.

PORTARIA N.º 256, DE 04 DE OUTUBRO DE 2010.
NOMEIA PRESIDENTE INTERINA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o membro da comissão de Licitações, Sr. Nilson Zanella, encontra-se na cidade de Videira,

CONSIDERANDO a licitação na Modalidade Tomada de Preços

015/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maíra Mattana Mariani, presidente interina da comissão de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 04 de outubro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N.º 266, de 25 de Outubro de 2010.

PORTARIA N.º 266, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.
NOMEIA PRESIDENTE INTERINA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o membro da comissão de Licitações, Sr. Nilson Zanella, encontra-se na cidade de Videira,

CONSIDERANDO a licitação na Modalidade Concorrência Pública nº 001/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maíra Mattana Mariani, presidente interina da comissão de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 25 de outubro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 274, de 08 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 274, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010
APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

Considerando o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico de engenharia referente obra de adequação banheiros do centro Educacional Pe. Trudo Plessers, forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO I: Projeto: Reforma - Planta baixa, estatística e situação - Prancha 1;

II - ANEXO II: Projeto: Planta Baixa elétrico e hidrosanitário - Prancha 2;

III - ANEXO III: Memorial Descritivo;

IV -ANEXO IV: Orçamento;

V - ANEXO V: Cronograma de Execução Físico-Financeiro;

VI- ANEXO VI: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

Art. 3º Determina à Secretaria de Administração e ao setor de

licitações que disponibilizem o projeto de que trata este processo para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

Art. 4º Determina à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 08 de novembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 275, de 09 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 275, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o § 1º do item 6.2, do edital de licitação nº 001/2010, modalidade Concorrência Pública, a qual determina a nomeação de comissão técnica, para proceder análise técnica e avaliação de imóvel,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Aldir Rech, Secretário Municipal de Agricultura;

II - Alexandre Padilha, topógrafo AMARP;

III - Ronaldo Regalin, engenheiro civil.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 09 de novembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 284, de 16 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 284, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

REVOGA A LICITAÇÃO Nº 003/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou fracassado, RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 003/2010, modalidade leilão, em razão do certame ter sido declarado fracassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE NOVEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 285, de 18 de Novembro de 2010

PORTARIA Nº 285, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 047/2010 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 047/2010, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.316.804/0001-55, pelo preço de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), por hora/máquina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2010

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 292, de 08 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 292, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

Considerando o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico de engenharia referente obra de pavimentação em pedras irregulares, localizada na Linha Boa Esperança, interior do Município, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO I: Levantamento Planialtimétrico: pavimentação - Prancha 1;

II - ANEXO II: Memorial Descritivo;

III - ANEXO III: Orçamento;

IV - ANEXO IV: Cronograma de Execução Físico-Financeiro;

V - ANEXO V: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

Art. 3º Determina à Secretaria de Administração e ao setor de licitações que disponibilizem o projeto de que trata este processo para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

Art. 4º Determina à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 08 de dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 293, de 08 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 293, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 016/2010 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 016/2010, modalidade TOMADA

DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa CONSTRUTO-RA VIDEIRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 11.585.449/0001-85, referente Construção/adequação de duas salas destinadas ao órgão da vigilância sanitária municipal e vigilância em saúde, pelo valor global de R\$ 15.010,67 (quinze mil e dez reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 294, de 08 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 294, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 017/2010 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 017/2010, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa CONSTRUTO-RA VIDEIRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 11.585.449/0001-85, referente reforma dos banheiros do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers, pelo valor global de R\$ 31.572,79 (trinta e um mil e quinhentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 297, de 08 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 297, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

ESTABELECE FIM DO ANO LETIVO E ENCERRA OS CONTRATOS DOS PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, os ofícios nº. 84/2010, da Secretaria Municipal da Educação;

RESOLVE:

ESTABELECER, fim do ano letivo e encerramento dos contratos dos professores e Atendente de Biblioteca admitidos em caráter temporário, no dia 17 de dezembro de 2010, conforme relação abaixo:

Jefferson da Silva - Portaria de Nomeação nº 102/2010; - professor
Iara apª Dusquesne - Portaria de Nomeação nº 087/2010- professor
Carolina zipp Zardo - Portaria de Nomeação nº 089/2010- professor
Juliana Passold Guzzi - Portaria de Nomeação nº 071/2010; - professor
Evandro Rabuske - Portaria de Nomeação nº 074/2010; - professor
Terezinha Slongo Comachio - Portaria de Nomeação nº 073/2010; - professor
Vera Luci de Oliveira Zanella - Portaria de Nomeação nº 070/2010; - professor
Olivete Dall'Osco - Portaria de Nomeação nº 194/2010; - professor
Salette Lurdes G. Bender - Portaria de Nomeação nº 164/2010- professor
Aline Pinheiro - Portaria de Nomeação nº 195/2010- professor

Fabiana Kopp Benque - Portaria de Nomeação nº 280/2010- Atendente Biblioteca

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 272 de 03 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 272 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

CONTRATA SOLANGE DE FATIMA SCARABOTO BONADIMAN PARA EXERCER A FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, e art. 198, § 4º, ambos da Constituição Federal de 1988, no art. 17, § 8º, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município; e no disposto na Lei Municipal nº. 795, de 09 de janeiro de 1997, que regulamenta a contratação de servidores em caráter temporário, regulamentada pelo Decreto 2.673/06; de acordo com o processo seletivo 002/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, SOLANGE DE FATIMA SCARABOTO BONADIMAN, brasileira, casada, do lar, para exercer a função em caráter temporário de Servente, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com início em 03 de novembro e término em 02 de dezembro de 2011. Em substituição a titular que encontra-se em gozo de Férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 288 de 30 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 288 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

EXONERA NEUSA PEREIRA BOGONI DA FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário,

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a partir desta data, NEUSA PEREIRA BOGONI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 518.245.079-68, da função em caráter temporário de PROFESSORA ACT-IV, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir desta data.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria 281 de 12 de novembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 30 de novembro de 2010

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 289 de 30 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 289 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

EXONERA MARLEI MARIA PANCERI DA FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACI BERTONCELLO, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a classificação em processo seletivo nº. 007/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir desta data, MARLEI MARIA PANCERI, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob nº. 425.720.029-49, residente e domiciliada a Linha União, Pinheiro Preto-SC, da função em caráter temporário de Professora ACT-IV, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20hs semanais, com vencimento previsto em lei.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria 282 de 12 de novembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 30 de novembro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 290 de 30 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 290 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

EXONERA ROSANA DOS SANTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA DE ATENDENTE DE SALA DE AULA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário,

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a partir desta data, ROSANA DOS SANTOS, brasileira, solteira inscrita no CPF sob nº. 019.443.139-82, da função em caráter temporário de Atendente de Sala de Aula, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Centro Administrativo Municipal, 30 de novembro de 2010
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 268 de 26 de Outubro de 2010.

PORTARIA Nº. 268 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PAULO EURICO LOAT OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE VIGIA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor PAULO EURICO LOAT ocupante do cargo efetivo de Vigia gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o período de gozo de 01 a 30 de novembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 26 de outubro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 270 de 26 de Outubro de 2010.

PORTARIA Nº. 270 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA MADALENA APARECIDA DE BRITO OCUPANTE DO CARGO OPERÁRIA BRAÇAL.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MADALENA APARECIDA DE BRITO ocupante do cargo de Operária Braçal, gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o gozo 03 de novembro a 02 de dezembro de 2010

Centro Administrativo Municipal, 26 de outubro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 271 de 26 de Outubro de 2010.

PORTARIA Nº. 271 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA MARIA DE LOURDES RICHETTI PIEREZAN OCUPANTE DO CARGO ODONTÓLOGA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA DE LOURDES RICHETTI PIEREZAN ocupante do cargo Odontólogo, gozo de 30 dias de Licença premio, referente ao período aquisitivo de 01.04.2003 a 01.04.2008, sendo o gozo 03 de novembro a 02 de dezembro de 2010

Centro Administrativo Municipal, 26 de outubro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 277 de 12 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 277 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ENFERMEIRA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, a lei complementar 016/92, e ainda a Lei Complementar 155 de 11 de agosto de 2009;

RESOLVE:

CONCEDER à servidora SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde e Bem estar social, 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE, sendo o gozo de 18 de novembro de 2010 a 16 de maio de 2011.

Centro Administrativo Municipal, 12 de novembro de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 295 de 08 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 295 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR AMILTON CIVIDINI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor AMILTON CIVIDINI ocupante do cargo efetivo de Operador de Rolo Compactador gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o período de gozo de 01 a 30 de dezembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal, 08 de dezembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 296 de 08 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 296 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MANOEL TENÓRIO DA SILVA FILHO OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE BRITAGEM.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MANOEL TENÓRIO DA SILVA FILHO ocupante do cargo efetivo de Operador de Britagem gozo de 30 dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 2009/2010 sendo o período de gozo de 20 de dezembro de 2010 a 19 de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal, 08 de dezembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 1.869/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.869/2010

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Unidade: 01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente

Funcional-Programática: 08.243.0016

Atividade: 2.054 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 56.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas, na mesma importância:

Órgão: 11 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Unidade: 01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Funcional-Programática: 08.243.0016

Atividade: 2.054 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgão e fundo

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 12.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.870/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.870/2010

"Estabelece Reposição Salarial aos Servidores do Poder Legislativo Municipal".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a concessão aos funcionários do Poder Legislativo de Porto Belo, integrante do Anexo I-A e Anexo I-B da Resolução de 7/04, reposição salarial com base na variação do IPCA (IBGE), compreendido no período de novembro de 2009 a outubro de 2010, estabelecido no percentual de 4,79% (quatro e setenta e nove por cento) a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.871/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.871/2010

"Estabelece Reposição Salarial aos Subsídios dos Vereadores do Município de Porto Belo".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a concessão aos Vereadores do Poder Legislativo de Porto Belo, reposição salarial com base na variação do IPCA (IBGE), compreendido no período de novembro de 2009 a outubro de 2010, estabelecido no percentual de 4,79% (quatro e setenta e nove por cento) a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.872/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.872/2010

"Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 970, de 22 de agosto de 1997, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o art. 4º da Lei Municipal nº 970, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 4º O COMTUR será constituído por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) Representantes Governamentais e 10 (dez) Representantes Não Governamentais".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.873/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.873/2010

"Dispõe sobre as sepulturas em abandono e em ruína, autoriza a criação de ossuário e cemitério vertical no Município de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Atendendo as diretrizes nacionais de saneamento básico e a política municipal de saneamento básico e meio ambiente, as

sepulturas dos cemitérios do Município deverão estar identificadas e em bom estado de conservação, considerando-se em abandono ou em ruína as que se encontrarem nas seguintes situações:

I - As que não estiverem identificadas, ou que não forem identificadas após decorridos os prazos de notificação previstos no art. 2º desta lei;

II - As que estiverem mal conservadas, necessitando reparos, a fim de garantir a segurança e a salubridade do cemitério.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

Parágrafo Primeiro. Se não for conhecido ou encontrado o responsável pela sepultura ou o seu representante, a notificação será feita por meio de Edital publicado por três vezes no órgão de imprensa oficial do Município, em intervalos de sete dias e, uma vez em órgão de imprensa oficial do Estado, para que os serviços ou obras indicadas na vistoria sejam realizados no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Segundo. Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Parágrafo Terceiro. As obras e os serviços de que trata este artigo poderão ser realizadas diretamente pelo Município, às suas expensas, se o proprietário ou responsável pela sepultura não dispuser de condições para fazê-lo e o interesse público dessa interferência for relevante.

Art. 3º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal criar o ossuário, a fim de alojar os restos mortais das sepulturas abandonadas ou em ruína, bem como criar sepulturas verticais, nos termos do que dispõe a legislação ambiental e as diretrizes de saneamento nacional.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar, no que couber, a presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.874/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2010

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
Valor: R\$ 7.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 45.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.875/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.875/2010

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder a máquina que especifica e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a Escavadeira Hidráulica PC-160, bem como servidor para auxiliar no serviço prestado, pelo período de 10 (dez) horas trabalhadas, para a Empresa KDN Indústria e Comércio de Pescados Ltda., localizada na Servidão Maria Tomazi Stein, nº 200, Bairro Alto Perequê, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 02.175.381/0001-75.

Art. 2º As despesas com o abastecimento da referida Escavadeira é de competência da Empresa KDN Indústria e Comércio de Pescados Ltda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.876/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.876/2010

"Dá denominação à Rua". Autor: Vereador João Paulo Serpa.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Argemiro", a antiga Rua "A" do Jardim Regina, Código de Logradouro 0036, no qual tem seu início na Av. Heronildo Conceição dos Santos, e tem seu término na Av. Governador Celso Ramos (antiga SC-412), no Bairro de Perequê.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.877/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.877/2010

"Dá denominação à Rua". Autor: Vereadores Emerson Luciano Stein e Aílto Neckel de Souza.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Bernardino Matias Batista", (conhecido como Dino), a Rua 05 do Jardim Dilo Silva - Código de Logradouro 169, que tem seu início na Avenida Almirante Fonseca Neves, e seu término no final da Rua Iara de Araújo Miranda, no Bairro de Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.878/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.878/2010

"Declara de Utilidade Pública o Grupo de Escoteiros do Mar Nova Ericeira". Autor: Vereador Emerson Luciano Stein.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica Reconhecida de Utilidade Pública o Grupo de Escoteiros do Mar Nova Ericeira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ 12.872.091/0001-34, com sede na Rua Francisco Severiano dos Santos s/n Município de Porto Belo, Registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Porto Belo - Livro 1ªA - Registro 104 - Folha 104.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de dezembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Extrato do Contrato Nº 051/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 051/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: O presente Contrato tem por objeto, a prestação de serviços de aplicação de Processo Seletivo ACT 2011 para a Secretaria de Educação do Município, inclusos as despesas de material, pessoal, divulgação, aplicação, correção e relatórios de todo o processo.

Contratado: CLICK SOLUÇÕES TECNICAS, ADM. E PEDAGOGICAS LTDA

Prazo de vigência: O prazo de vigência do Contrato será a partir da data de assinatura do presente até a efetiva conclusão do Processo Seletivo ora contratado.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Data e assinatura do contrato: 7 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 087/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 087/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Convite nº 069/2010

Objeto: SERVIÇOS DE RETIFICAÇÃO COMPLETA DE BOMBA, BICO E MOTOR, COM APLICAÇÃO DE COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DUCATO PLACAS MFI 4334 DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, de até 05 dias corridos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais).

Data e assinatura do contrato: 6 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 088/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 088/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Convite nº 068/2010

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL: MAURILIO MANOEL DA SILVA COM 477,59 M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

Contratado: WA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 03 (três) meses a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 117.119,83 (Cento e dezessete mil, cento e dezenove reais e oitenta e três centavos).

Data e assinatura do contrato: 6 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 514/2010

DECRETO Nº 514, de 06 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre nomeação de membro da Junta de Recursos Fiscais do Município.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA CASSIA NALON CONTE como membro da Junta de Recursos Fiscais do Município em substituição a Drielly Nayara Olekszyssen, nomeada pelo Decreto nº 340, de 19 de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2010.

Porto União (SC), 06 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

Decreto Nº 515/2010

DECRETO Nº 515, de 08 de dezembro de 2010.

Revoga o Decreto nº 166, de 16 de julho de 2009, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º REVOGA o Decreto nº 166, de 16 de julho de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

Decreto Nº 516/2010

DECRETO Nº 516, de 08 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e

- considerando o relatório final da comissão nomeada pela Portaria nº 008, de 26 de janeiro de 2010;
- considerando que no processo administrativo instaurado pela Portaria acima mencionada foram observados todos os princípios constitucionais, em especial o da ampla defesa e do contraditório;
- considerando o parecer jurídico final exarado no processo administrativo em epígrafe;
- considerando a decisão final do Prefeito Municipal no processo administrativo em epígrafe; e
- considerando o indeferimento da tutela antecipada pleiteada nos autos de nº 052.10.004098-7, em trâmite perante a 2ª Vara do Fórum da Comarca de Porto União-SC,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA NELY ARAÚJO BOSTELMANN do cargo de Administradora Escolar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

Decreto Nº 518/2010

DECRETO Nº 518, de 09 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lança, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 09 de dezembro de 2010 à 31 de dezembro de 2011, à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.527.621/0001-53, com sede na Localidade de Lança - Porto União-SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta agrícola marca TADEU, nova, 05 toneladas, com freio automático, rodado duplo, pneus ressolados novos, aro 16, chassi retangular, com assoalho de madeira macho e fêmea.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto a Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.527.621/0001-53, com sede na Localidade de Lança - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 09 de dezembro de 2010 à 31 de dezembro de 2011, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta agrícola marca TADEU, nova, 05 toneladas, com freio automático, rodado duplo, pneus ressolados novos, aro 16, chassi retangular, com assoalho de madeira macho e fêmea.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2011.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: JUAREZ FRANCISCO DE LARA

RG nº 1.453.490-SC

CPF nº 580.070.249-72

Decreto Nº 519/2010

DECRETO Nº 519, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 9.506.710.000,00 (nove milhões, quinhentos e seis mil, setecentos e dez reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 523/2010

DECRETO Nº 523, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 525/2010

DECRETO Nº 525, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 517/2010

DECRETO Nº 517, de 08 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.805, de 16 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA NELY ARAÚJO BOSTELMANN a partir de 09 de dezembro de 2010, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Itinerante para o Ensino Fundamental, Símbolo CO, previsto no anexo IV da Lei Municipal nº 3.805, de 16 de setembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 520/2010

DECRETO Nº 520, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DecretoNº 522/2010

DECRETO Nº 522, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 4.739.000,00 (quatro milhões setecentos trinta e nove mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DecretoNº 524/2010

DECRETO Nº 524, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do

artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DecretoNº 526/2010

DECRETO Nº 526, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE RE-EQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 365.000,00 (trezentos sessenta e cinco mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decrto Nº 521/2010

DECRETO Nº 521, de 09 de dezembro de 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2011, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.218.000,00 (um milhão duzentos e dezoito mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria Nº 946/2010 - RH

PORTARIA Nº 946, de 01 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO DE CONFIANÇA, como Responsável pela Contabilidade, da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, à servidora efetiva Drielly Nayara Olekszyzen, conforme previsto na Lei Municipal nº 3.726, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 947/2010 - RH

PORTARIA Nº 947, de 01 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, no período de 01 a 30 de dezembro de 2010, a carga horária de José Carlos Baldini, ocupante do cargo de Médico (Urologista) de cinco (05:00) horas semanais, para vinte e cinco (25:00) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, para atender demanda atípica de urgência na área urológica.

Art. 2º O servidor mencionado no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Centro.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK	ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 007/2010
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

APADAF - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE AUDITIVO E DA FALA

CONVÊNIO Nº 007/10

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a APADAF - Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala, com sede no Município de Porto União.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Padre Anchietta, 126, Centro, Porto União-SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ANÍZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323/SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado MUNICÍPIO e a APADAF - Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala, com sede à Av. General Bormann, 532, Centro, Porto União-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.477/0001-62, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representada pelo seu Presidente EUFRAZIO XAVIER DE BARROS, brasileiro, portador do RG nº 3.991.167 e CPF nº 253.465.639-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.738, de 03 de maio de 2010, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ENTIDADE CONVENIADA, a título de subvenção, para auxiliar na continuidade e melhoramento do atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor total do presente convênio é de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), a ser desembolsado em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas à conta de Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE CONVENIADA, mensalmente, o valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	1700	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	1701	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ATIVIDADE 123610172010 Manutenção Secretaria de Educação
ELEMENTO 335041-104 Contribuições

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados visam auxiliar na continuidade e melhoramento do atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações**I - Do MUNICÍPIO:**

O MUNICÍPIO obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da ENTIDADE CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência e da prorrogação

O período de vigência do Convênio será de 08 (oito) meses contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 03 de maio de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA Presidente da APADAF
Prefeito Municipal em Exercício

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 008/2010

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 008/10

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 008/10, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União-SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Stasiak, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União-SC, na rua Sete de Setembro - Nº 570, portador do RG nº 581.440 - SC e CPF 216.709.009-91 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.601/0001-15, com sede na Avenida João Pessoa- Nº 619 - Centro - Porto União-SC, doravante denominada CONVENIENTE, representada pelo seu Presidente Sr. Luiz Alfredo Stoeberl, brasileiro, portador do RG nº 768.966-7 do CPF nº 061.051.229-34, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.740, de 03 de maio de 2010, resolvem alterar a Cláusula Décima do Convênio, que tem como objeto o repasse de recursos financeiros, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não especificamente alteradas neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 1º de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK Associação de Pais e Amigos dos
Prefeito Municipal Excepcionais - APAE

Testemunhas:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Segundo Termo Aditivo ao Convênio Nº 011/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

COMUNIDADE TERAPÊUTICA FUNDAÇÃO HERMON

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 011/09

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 011/09, celebrado entre o Município de Porto União e a Comunidade Terapêutica Fundação Hermon.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União-SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito municipal Sr. Renato Stasiak, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União-SC, na rua Sete de Setembro - Nº 570, portador do RG nº 581.440 - SC e CPF 216.709.009-91 e a Comunidade Terapêutica Fundação Hermon, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, sediada na BR 280- Km 05- Pintado - no Município de Porto União - SC, mantida pela FUNDAÇÃO HERMON, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, instituída por escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Florianópolis - SC, às fls. 051/074v do Livro nº 254 e registrada sob o nº 6.893, às fls. 295 do Livro A-35 do Cartório de Registro Civil das pessoas jurídicas da Comarca de Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0001-10, estabelecida em Florianópolis - SC, doravante denominada CONVENIENTE, representada pelo seu Presidente Sr. Mário Renato Erzinger, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Nilo Peçanha - Nº 1425 - Porto União-SC, portador do RG nº 1.452.422-8 e do CPF nº 534.404.479-87, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.569, de 31 de março de 2009, resolvem alterar a Cláusula Décima Terceira do Convênio, que tem como objeto a Prestação de Serviços de Internamento, Assistência e Tratamento Terapêutico, para atendimento a dependentes químicos e alcoolistas, já desintoxicados, residentes no Município, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima Terceira do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não especificamente alteradas neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 1º de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK Presidente da Comunidade
Prefeito Municipal Terapêutica Fundação Hermon

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde

Testemunhas:

1.Nome: Roberto Bonfleur 2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.444.999-91 CPF nº 420.445.539-53

Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 034/2009

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 034/09

Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 034/09, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº

83.102.541/0001-58, com sede na rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União-SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Stasiak, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União-SC, na rua Sete de Setembro - Nº 570, portador do RG nº 581.440 - SC e CPF 216.709.009-91 e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.477/0001-62, com sede na Avenida General Bormann - Nº 532 - Centro - Porto União-SC, doravante denominada CONVENIENTE, representada pelo seu Presidente Sr. Eufrazio Xavier de Barros, brasileiro, portador do RG nº 3.991.167 e do CPF nº 253.465.639-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.655, de 13 de outubro de 2009, resolvem alterar a Cláusula Nona do Convênio, que tem como objeto a Prestação de Serviços de Média Complexidade na Área de Saúde e Diagnóstico em Especialidades, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Nona do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não especificamente alteradas neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 1º de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK Associação de Pais e Amigos do
Prefeito Municipal Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde

Testemunhas:

1.Nome: Roberto Bonfleur 2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.444.999-91 CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N.º 1449/RH

PORTARIA N.º 1449/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Rodrigo Brandl, matrícula n. 25895/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação Especialização em Periodontia, no processo n. 123420/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente

de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1450/RH

PORTARIA N.º 1450/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Ronaldo da Rocha, matrícula n. 28738/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do Curso de Graduação em Direito, no processo n. 123292/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1451/RH

PORTARIA N.º 1451/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Rosane Gandin da Rosa, matrícula n. 4111/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de especialização em Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde, no processo n. 123133/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1452/RH

PORTARIA N.º 1452/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Roseli Tenfen, matrícula n. 30511/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123367/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1453/RH

PORTARIA N.º 1453/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Roselita Sebold, matrícula n. 16187/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Gerencial de Unidade Básicas do SUS, no processo n. 123144/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1454/RH

PORTARIA N.º 1454/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Rosicler Rocha Kluppell Odorizzi, matrícula n. 32484/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123427/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1455/RH

PORTARIA N.º 1455/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Rubens Augusto Schwarz Menslin, matrícula n. 3980/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, no processo n. 123348/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1456/RH

PORTARIA N.º 1456/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Salete Cardoso, matrícula n. 17108/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Formação

Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123222/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1457/RH

PORTARIA N.º 1457/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Sandra Aparecida Dela Justina, matrícula n. 31895/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do Curso de Graduação em Administração, no processo n. 123220/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1458/RH

PORTARIA N.º 1458/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Sandra Denise Fachini Sedrez, matrícula n. 25917/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação Especialização em Odontopediatria, no processo n. 123163/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N.º 1461/RH

PORTARIA N.º 1461/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º O servidor Horsti Rolf Zemke, matrícula n. 7404/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Serviços Públicos, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 1462/RH

PORTARIA N.º 1462/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º O servidor Valdenir Borges Ribeiro, matrícula n. 1104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 1463/RH

PORTARIA N.º 1463/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º O servidor Geomar Finardi Nascimento, matrícula n. 29130/01, ocupante do cargo de provimento efetivo fiscal do PRO-CON, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 1464/RH

PORTARIA N.º 1464/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Marilea Batista, matrícula n. 14249/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 1465/RH

PORTARIA N.º 1465/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Myrian Holler Knaesel, matrícula n. 6300/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Atendente de Educação Infantil, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1466/RH
PORTARIA N.º 1466/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Nadir Marchi, matrícula n. 62186/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1467/RH
PORTARIA N.º 1467/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Maria Lúcia André, matrícula n. 7595/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Almoxarife, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1468/RH
PORTARIA N.º 1468/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º O servidor Valdemiro Gilz, matrícula n. 4243/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Carpinteiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1469/RH
PORTARIA N.º 1469/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º O servidor José Carlos de Moraes, matrícula n. 14885/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1470/RH
PORTARIA N.º 1470/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º As servidoras Liliane Seraphim, matrícula n. 29254/01 e Silvania Della Justina de Godoi, matrícula n.29262/01, ambas ocupantes do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional das servidoras identificadas no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1476/RH
PORTARIA N.º 1476/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º O servidor Sebastião do Amaral, matrícula n. 2143/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1477/RH
PORTARIA N.º 1477/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Sônia Brito, matrícula n. 14389/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1478/RH
PORTARIA N.º 1478/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Inês Isabel Muller, matrícula n. 23540/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1479/RH
PORTARIA N.º 1479/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Izabel Maria de Espíndola, matrícula n. 28991/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 1480/RH
PORTARIA N.º 1480/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Shanna Wolff Sieves, matrícula n. 32069/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123176/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1481/RH
PORTARIA N.º 1481/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Silvana Regina Dalmarco, matrícula n. 35261/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123407/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1482/RH
PORTARIA N.º 1482/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Sylvania Della Justina de Godoi, matrícula n. 29262/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123172/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1483/RH
PORTARIA N.º 1483/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Simone Gauche, matrícula n. 16233/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123400/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1484/RH
PORTARIA N.º 1484/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Simone Vargas, matrícula n. 11576/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123204/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1485/RH
PORTARIA N.º 1485/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Sônia Pasqualini Vota, matrícula n. 31909/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Administrador, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação "Lato Sensu" em Gestão dos Serviços na Saúde,

no processo n. 123067/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1486/RH
PORTARIA N.º 1486/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Sueli Aparecida Ribeiro Kummer, matrícula n. 9709/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação Especialização (nível Lato Sensu) em Ortopedia Funcional dos Maxilares, no processo n. 123626/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1487/RH
PORTARIA N.º 1487/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Teresinha Moretti Noveletto, matrícula n. 8753/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123253/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1488/RH
PORTARIA N.º 1488/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Valdenir Borges Ribeiro, matrícula n. 1104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, no processo n. 123665/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1489/RH
PORTARIA N.º 1489/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Valeska Amorim, matrícula n. 28860/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação Especialização (Lato Sensu) em Enfermagem em Emergência, no processo n. 123224/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1490/RH

PORTARIA N.º 1490/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Valmir de Souza, matrícula n. 31577/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 123181/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N.º 1491/RH

PORTARIA N.º 1491/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Veneriana Bardt de Souza, matrícula n. 35282/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, no processo n. 123179/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N.º 1492/RH

PORTARIA N.º 1492/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208

de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Zilá Schneider Claudino dos Santos, matrícula n. 1899/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia, no processo n. 123146/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N.º 1459/RH

PORTARIA N.º 1459/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-graduação "lato sensu" em Educação Especial, à servidora municipal ROSILENE MIGUEL, matrícula n. 28606/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 11/11/2010, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 1460/RH

PORTARIA N.º 1460/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-graduação "lato sensu" em Metadisciplinaridade em Educação Infantil, Inclusiva e Anos Iniciais, à servidora municipal NILVA WESSNER, matrícula n. 206201, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 12/11/2010, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Pregão Presencial para Registro de Preço 143/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 143/2010

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gasolina comum e óleo diesel para manutenção dos veículos da frota rodoviária da Prefeitura Municipal, da Fundação Cultural e Fundação de Desportos de Rio do Sul
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/12/2010, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões..

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 23/12/2010, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 09 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resultado Final Processo Seletivo 011/2010**RESULTADO FINAL**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, no uso de suas atribuições legais, na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital de Processo Seletivo nº 011/2010 e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo citado:

FARMACÊUTICO

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Total	Classificação
			Especialização	Cursos	Experiência		
DANIEL STREY	4.431.190-7	8,20	0,00	3,00	3,00	14,20	1º
LOUISE RUBIA PROBST PURNHAGEN	1899852	7,00	3,00	1,00	3,00	14,00	2º
FERNANDA REGINA KUHL	4403101	7,60	0,00	1,00	3,00	11,60	3º
LISÂNGELA MACIEL BORGES	5888549	8,40	0,00	0,00	3,00	11,40	4º
CRISTINE SCHAEFER	4431174	8,20	0,00	3,00	0,00	11,20	5º
THIAGO ALVES DIAS	M8968993	8,40	0,00	0,00	1,00	9,40	6º
ANNA LICE NARDELLI MENGARDA	4085885	7,20	0,00	1,00	0,00	8,20	7º
CARINA ELI HUVE	3855761	N.C.	-	-	-	#VALOR!	Desclassificado

FONOAUDIÓLOGO

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Total	Classificação	De-sempate
			Especialização	Cursos	Experiência			
LETICIA MORAES LANGE	5348254	8,40	0,00	3,00	0,00	11,40	1º	161 horas curso
LORENA ZIMMERMANN BENINCA	4298022	8,40	0,00	3,00	0,00	11,40	2º	148 horas curso
CAMILA GARDINI	4.689.042-4	8,40	0,00	3,00	0,00	11,40	3º	119 horas curso
LETÍCIA KORB DA SILVA	6075699915	8,20	0,00	3,00	0,00	11,20	4º	
FRANCIELLY VIANA TRAMONTINI	2928791	6,20	0,00	1,00	3,00	10,20	5º	
ELAINE MONIZE LESSA	52912256	6,80	0,00	3,00	0,00	9,80	6º	
NANDEJARA PEREIRA SOUTO	5014502	6,80	3,00	0,00	0,00	9,80	7º	
VANESSA SOUZA DE LIMA	4.331.134-2	6,20	0,00	3,00	0,00	9,20	8º	
CRISTIANE BUENO BASTOS	4342111	5,20	-	-	-	#VALOR!	Desclassificado	
EDSON FERNANDES SCHEFFER	3560747	N.C.	-	-	-	#VALOR!	Desclassificado	

NUTRICIONISTA

Nome	RG	Prova Escrita	Prova de Títulos			Total	Classificação	De-sempate
			Especialização	Cursos	Experiência			
SUSANA LAGO	9077194638	7,00	3,00	3,00	3,00	16,00	1º	
ANA CAROLINA HARDT	4154285	8,80	0,00	3,00	3,00	14,80	2º	
LETÍCIA COGO DA SILVA	8081839411	8,20	0,00	3,00	3,00	14,20	3º	112 horas curso
AYGARA CRISTINA VIEIRA	4.290.344-0	8,20	0,00	3,00	3,00	14,20	4º	51,5 horas curso
CAROLINE BERGEN-THAL	4233984	7,80	0,00	3,00	3,00	13,80	5º	
GABRIELA CHRISTINA KUHL	4.403.053-3	7,40	0,00	3,00	3,00	13,40	6º	
HEIDI KESKE	4.725.808-0	7,60	0,00	3,00	0,00	10,60	7º	
ADRIANA NARDELLI SIEBERT	2914831	5,40	-	-	-	#VALOR!	Desclassificado	

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais de Notificação de Contribuição de Melhoria EDCM N.º 001/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EDCM N.º 001/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de contribuintes, principalmente aposentados e pensionistas, com dificuldades financeiras para efetivar o pagamento da Contribuição de Melhoria, torna público o seguinte:

1. O Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 001/2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“VI - Prazo e forma de pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

- a) em parcela única ou em até 6 (seis) vezes, com vencimento em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$10,00 (dez reais) por metro quadrado.
- b) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$12,00 (doze reais) por metro quadrado.
- c) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 18 (dezoito) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$14,00 (quatorze reais) por metro quadrado.”

2. Esta Alteração ao Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 001/2010 passa a vigorar na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), em 09 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

O Presente Edital foi registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Editais de Notificação de Contribuição de Melhoria EDCM N.º 002/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EDCM N.º 002/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de contribuintes, principalmente aposentados e pensionistas, com dificuldades financeiras para efetivar o pagamento da Contribuição de Melhoria, torna público o seguinte:

1. O Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 002/2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“VI - Prazo e forma de pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

- a) em parcela única ou em até 6 (seis) vezes, com vencimento em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$10,00 (dez reais) por metro quadrado.
- b) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$12,00 (doze reais) por metro quadrado.
- c) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 18 (dezoito) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$14,00 (quatorze reais) por metro quadrado.”

2. Esta Alteração ao Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 002/2010 passa a vigorar na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), em 09 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

O Presente Edital foi registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Editais de Notificação de Contribuição de Melhoria EDCM N.º 003/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
EDCM N.º 003/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de contribuintes, principalmente aposentados e pensionistas, com dificuldades financeiras para efetivar o pagamento da Contribuição de Melhoria, torna público o seguinte:

1. O Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 003/2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“VI - Prazo e forma de pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

- a) em parcela única ou em até 6 (seis) vezes, com vencimento em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$10,00 (dez reais) por metro quadrado.
- b) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$12,00 (doze reais) por metro quadrado.
- c) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 18 (dezoito) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$14,00 (quatorze reais) por metro quadrado.”

2. Esta Alteração ao Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 003/2010 passa a vigorar na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), em 09 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

O Presente Edital foi registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Editais de Notificação de Contribuição de Melhoria EDCM N.º 004/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EDCM N.º 004/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de contribuintes, principalmente aposentados e pensionistas, com dificuldades financeiras para efetivar o pagamento da Contribuição de Melhoria, torna público o seguinte:

1. O Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 004/2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“VI - Prazo e forma de pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

a) em parcela única ou em até 6 (seis) vezes, com vencimento em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$10,00 (dez reais) por metro quadrado.

b) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$12,00 (doze reais) por metro quadrado.

c) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 18 (dezoito) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$14,00 (quatorze reais) por metro quadrado.”

2. Esta Alteração ao Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 004/2010 passa a vigorar na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), em 09 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

O Presente Edital foi registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Editais de Notificação de Contribuição de Melhoria EDCM N.º 005/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EDCM N.º 005/2010 - ALTERAÇÃO Nº 1

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de contribuintes, principalmente aposentados e pensionistas, com dificuldades financeiras para efetivar o pagamento da Contribuição de Melhoria, torna público o seguinte:

1. O Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 005/2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“VI - Prazo e forma de pagamento:

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

a) em parcela única ou em até 6 (seis) vezes, com vencimento em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$10,00 (dez reais) por metro quadrado.

b) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$12,00 (doze reais) por metro quadrado.

c) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 18 (dezoito) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 29 (vinte e nove) de dezembro de 2010, no valor de R\$14,00 (quatorze reais) por metro quadrado.”

2. Esta Alteração ao Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 005/2010 passa a vigorar na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), em 09 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

O Presente Edital foi registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de ANULAÇÃO 27/2010 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, torna público para conhecimento dos interessados, ANULAÇÃO da publicação, Aviso de Licitação Processo 27/2010 -FMS, publicado no dia 06/12/2010 (pág 150 edição N 629), por objeto: MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO CRUZEIRO. INFORMAÇÕES www.licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de INEXIGIBILIDADE 08/2010

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 08/2010

Contratada a seguinte empresa: SOL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

CNPJ: 11.516.751/0001-81

Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 25, inciso III.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "SERGIO E SERGINHO", A SE REALIZAR NO DIA 31 DE DEZEMBRO, EM COMEMORAÇÃO DO REVEILON.

Valor Total: R\$ 18.000,00.

Vigência: de 31 de Dezembro de 2010 a 01 Janeiro de 2011.

São Lourenço Do Oeste - SC

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 404/2010

DECRETO n.º 404/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde ao funcionário SÍLVIO CESAR DITTER, ocupante do Cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde ao funcionário SÍLVIO CESAR DITTER, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 29/11/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29/11/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 405/2010

DECRETO n.º 405/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde ao funcionário JONAS JOÃO HOFFMANN, ocupante do Cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao funcionário JONAS JOÃO HOFFMANN, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de 08/12/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Avisa da abertura do Processo Nº 59/2010**AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 59/2010. MODALIDADE: Pregão Presencial. Registro de Preços OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios para merenda escolar do 1º semestre de 2011 a ser distribuída nas Escolas Municipais de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificações e quantitativos do ANEXO I, do Edital.

Data e Hora da Abertura: 23 de dezembro de 2010 às 14:30h, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal

TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00 às 19:00 , ou no site www.pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 08/12/2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Schroeder**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Contrato Nº. 261/2010-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 261/2010-PMS

Processo Licitatório nº. 182/2010-PMS - Pregão Presencial nº. 99/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FREITAG ANÁLISES AMBIENTAIS E ALIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 10.743.183/0001-99, estabelecida na Avenida Nereu Ramos, nº 95, 1º andar, Centro, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89120-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análise de água, bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	COLETA E ANÁLISE PARA DETERMINAÇÃO DE COLIFORMES TOTAIS 01 COLETAS POR SEMANA EM 08 PONTOS DIFERENTES. TOTAL 09 ANÁLISES POR SEMANA .	432	Unidade	20,10	8.683,20
02	COLETA E ANÁLISE PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO RESIDUAL LIVRE 01 COLETA POR SEMANA EM 10 PONTOS DIFERENTES.	432	Unidade	12,60	5.443,20
03	COLETA E ANÁLISE PARA DETERMINAÇÃO DE CIANOBACTÉRIAS NA SAÍDA DO MANANCIAL 01 COLETAS POR MÊS EM 02 PONTOS DIFERENTES.	24	Unidade	132,59	3.182,16
04	COLETA E ANÁLISE PARA CONTAGEM TOTAL DE BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS 01 COLETAS POR SEMANA. 1ª E 3ª SEMANA EM 02 PONTOS DIFERENTES E 2ª E 4ª SEMANA EM 01 ÚNICO PONTO.	72	Unidade	19,81	1.426,32
05	COLETA E ANÁLISE PARA DETERMINAÇÃO DE TRIHALOMETANOS TRIMESTRALMENTE	08	Unidade	211,07	1.688,56

06	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA TRATADA PORTARIA 518 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (COMPLETA) SEMESTRAL	02	Unidade	1.334,48	2.668,96
07	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA BRUTA CONAMA 357 (COMPLETA)	04	Unidade	1.801,90	7.207,60
TOTAL R\$					30.300,00

Valor do contrato: R\$ 30.300,00 (trinta mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 10/12/2010 – Vigência: 10/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A65/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A65/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: DEPRO JARDINAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.688.713/0001-40, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 6471, Centro Norte, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Valdir Krutsch, inscrito no CPF sob o nº. 584.878.409-49, portador da Carteira de Identidade no 1.580.914-5, expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 8/2010 - PMS, celebrado em 26 de janeiro de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 4/2010-PMS, na Modalidade Carta Convite nº. 2/2010-PMS, tendo por objeto contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das áreas verdes sob competência do Município de Schroeder (SC).

Considerando o disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como expressa disposição contratual cláusula 14.3, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Os recursos para atender as despesas do objeto do presente aditivo provirão da dotação orçamentária do exercício do ano de 2011, Fonte 30.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - O Contrato Administrativo nº. 08/2010-PMS, passa a vigor de 1º. de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 08/2010-PMS, para o novo período de vigência, de 01/01/2011 a 31/12/2011, ficando o valor mensal de R\$ 4.455,00 (Quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 53.460,00 (Cinquenta e três mil quatrocentos e sessenta reais),

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo

Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2010.

CONTRATADA:

DEPRO JARDINAGENS LTDA - ME

Valdir Krutsch

CPF nº. 584.878.409-49

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A66/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A66/2010 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: DEPRO JARDINAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.688.713/0001-40, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 6471, Centro Norte, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Valdir Krutsch, inscrito no CPF sob o nº. 584.878.409-49, portador da Carteira de Identidade no 1.580.914-5, expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 8/2010 - PMS, celebrado em 26 de janeiro de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 4/2010-PMS, na Modalidade Carta Convite nº. 2/2010-PMS, tendo por objeto contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das áreas verdes sob competência do Município de Schroeder (SC).

Considerando o disposto no Artigo 65, I, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, e artigo 65, § 1º do mesmo diploma legal, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Os recursos para atender as despesas do objeto do presente aditivo provirão da dotação orçamentária do exercício do ano de 2011, Fonte 30.

Considerando a ampliação de área na prestação de serviço de jardinagem com a criação de nova academia de ar livre, junto ao Posto de Saúde I, localizada em Schroeder I, sendo que a mesma necessita de conservação e manutenção.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica aditivado ao Contrato Administrativo nº. 08/2010-PMS, o valor mensal de R\$ 222,75 (Duzentos e vinte e dois reais e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 2.673,00 (Dois mil

seiscentos e setenta e três reais), para o período de 1º. de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011;

Cláusula 2ª - Fica acrescida da cláusula primeira nos locais para realização destes serviços, a ACADEMIA AO AR LIVRE, montada ao lado do Posto de Saúde I;

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2010.

CONTRATADA:

DEPRO JARDINAGENS LTDA - ME

Valdir Krutsch

CPF nº. 584.878.409-49

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A67/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A67/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor José Roberto Gomes, inscrito no CPF sob o nº. 862.889.899-91, e portador da carteira de Identidade nº. 037.915-9.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 150/2010 - PMS, celebrado 26 de julho de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 110/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o Parecer nº 057/2010-PROJUR, da Procuradoria Municipal anexado ao processo.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo da vigência do contrato e execução da obra em 60 (sessenta) dias corridos, devido às

chuvas ocorridas no período de execução da obra e também para execução dos serviços adicionais propostos, impedindo assim a execução dos serviços dentro do prazo estabelecido em licitação.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato administrativo nº 150/2010-PMS até a data de 1º de março de 2011.

Cláusula 2ª - O prazo de conclusão/execução da obra fica prorrogado em 60 (sessenta) dias corridos.

Cláusula 3ª - Fica aditivado ao contrato administrativo nº 150/2010-PMS, o valor de R\$ 128.447,56 (Cento e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha em anexo ao processo.

Cláusula 4ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de Dezembro de 2010.

CONTRATADA:

CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA

José Roberto Gomes

CPF no 862.889.899-91

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A68/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A68/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 163/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Noernberg, inscrito no CPF sob o nº. 093.085.809-30, portador da carteira de identidade nº. 374.825.1-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 163/2010 - PMS, celebrado em 18 de agosto de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 134/2010 - PMS, Modalidade Carta Convite nº. 13/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de reforma na cobertura da cantina e repintura externa

do galpão em anexo ao Ginásio de Esporte Alfredo Passold, localizado na Avenida dos Imigrantes, Centro, no Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 65, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, e Parecer nº 044/2010-PROJUR, conforme parecer da Procuradoria Municipal em anexo ao processo.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente necessidade de serviços adicionais não previstos inicialmente.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA - SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo ao processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica ao contrato administrativo nº 163/2010-PMS a supressão do valor contratado de R\$ 4.587,84 (quatro mil quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme parecer em anexo ao processo.

Cláusula 2ª - Fica aditivado ao contrato administrativo nº 163/2010-PMS, o valor total de R\$ 9.615,81 (Nove mil seiscentos e quinze reais e oitenta e um centavos), anexo ao processo.

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2010.

CONTRATADA:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Ademir Augusto Noernberg

CPF nº. 093.085.809-30

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A69/2010 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A69/2010 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 144/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Noernberg, inscrito no CPF sob o nº. 093.085.809-30, portador da carteira de identidade nº. 374.825.1-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 144/2010 - PMS, celebrado em 14 de julho de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 144/2010 - PMS, Modalidade Carta Convite nº. 11/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da reforma na Escola Leonete Bauer Walz, com área total de 385,00m², localizada no Bracinho, Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico - financeiro em anexos, parte integrante no instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 65, I, □a' e artigo 65, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, e Parecer nº 044/2010-PROJUR, conforme parecer da Procuradoria Municipal em anexo ao processo.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente necessidade de serviços adicionais não previstos inicialmente.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA - SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo ao processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica ao contrato administrativo nº 144/2010-PMS a supressão do valor contratado de R\$ 11.220,74 (Onze mil duzentos e vinte reais e setenta e quatro centavos), conforme parecer em anexo ao processo.

Cláusula 2ª - Fica aditivado ao contrato administrativo nº 144/2010-PMS, o valor total de R\$ 29.236,69 (Vinte e nove mil duzentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), anexo ao processo.

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2010.

CONTRATADA:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Ademir Augusto Noernberg

CPF nº. 093.085.809-30

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 47/2010 - DL**Processo Nr.: 188/2010**
Data: 10/12/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Código: 9274

Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 353 SL01

Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC

CNPJ: 00.257.322/0001-10

Inscrição Estadual: 252.958.454

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em locação de central telefônica para a prefeitura Municipal de Schroeder/SC, para o período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	locação de central telefônica, modelo Corp. 16064, marca intelbras, configurada com 12 linhas e 48 ramais, 02 terminais inteligente TI 630I e 02 Interface PlugCell GT111 GSM. Bem como a cessão de uso da programação nele instalada e prestação de serviços de assistência técnica.	MÊS	420,00	5.040,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com pedido feito pela Diretoria de Informática, a contratação é devido a central telefônica da empresa já esta instalada e configurada e não haverá custos de implantação/configuração, optou-se por continuar a contratar a mesma empresa para continuidade do serviço.

SCHROEDER, 10 de Dezembro de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 47/2010 - DL****Processo Nr.: 188/2010****Data: 10/12/2010**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 8 de Dezembro de 2010

Valor da Despesa: 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 19/2010-PMS**

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2010**Número do Registro de Preços: 13/2010****Data do Registro: 12/03/2010****Válido até: 12/03/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção e lâmpadas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Tijolos 23 furos 11,5 X 11,5 X 24	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	MAFFEZZOLLI	0,7500	1
2	Areia fina reboco branca	M3	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	AGUAS DO PIRAI	47,0000	1
3	Areia fina reboco normal	M3	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	AGUAS DO PIRAI	47,0000	1
4	Telhã germânica p/ pontos de ônibus	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FISCHER	0,8200	1
5	Telhão liso p/ ponto de ônibus	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FISCHER	1,2000	1
6	Telhão liso com encaixe p/ ponto de ônibus	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FISCHER	1,2000	1
7	Tela p/ laje 4,2 (metro quadrado)	M²	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	GERDAU	6,8500	1
8	BLOCOS DE CONCRETO 15 X 20 X 40	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	SANTANTONIO	1,1500	1
11	PO DE BRITA	M3	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	RIO BRANCO	48,0000	1

SCHROEDER, 12 de Março de 2010.

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2490, de 13 de Dezembro de 2010

LEI Nº 2490, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Denomina via pública "Professor Igínio Mengarda" e define seu gabarito.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada via pública "Professor Igínio Mengarda" com extensão de 991,00 metros e largura de 14,00 metros, o trecho com início no entroncamento da TBO-425 com a TBO-424 e término na TBO-080, da Rodovia Municipal, de sigla TBO-425, constante na Lei nº 709, de 29 de maio de 1978.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Lei Nº 2491, de 13 de Dezembro de 2010

LEI Nº 2491, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Timbó, para o exercício financeiro de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Consolidado do Município de Timbó, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, órgãos da Administração Direta e Indireta e a Seguridade Social, para o exercício de 2011, discriminado nos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 102.796.000,00 (cento e dois milhões setecentos e noventa e seis mil reais).

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 74.790.700,00
Receitas Tributárias	R\$ 13.101.050,00
Receitas de Contribuições	R\$ 3.258.600,00
Receitas Patrimoniais	R\$ 2.992.300,00
Receitas Industriais	R\$ 210.000,00
Receitas de Serviços	R\$ 4.472.400,00
Transferências Correntes	R\$ 47.015.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 3.741.350,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTARIAS	R\$ 3.810.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 24.195.300,00
Alienação de Bens	R\$ 100.000,00

Amortização de Empréstimos	R\$ 5.300,00
Operações de Crédito	R\$ 6.100.000,00
Transferências de Capital	R\$ 17.990.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(R\$ 6.996.000,00)
TOTAL	R\$ 95.800.000,00

§ 1º As Receitas do Município de Timbó serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto nos Anexos, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

§ 2º As Receitas do Regime Próprio de Previdência e de Assistência a Saúde do Servidor serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto no Anexo I, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

Art. 3º A despesa fixada consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 – Secretaria da Articulação Política e Institucional	1.312.000,00
03 – Secretaria da Fazenda e Administração Municipal	5.055.000,00
04 – Secretaria de Educação	15.930.000,00
06 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	2.330.000,00
07 – Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente	1.993.000,00
08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	19.513.000,00
09 – Procuradoria Geral do Município	644.000,00
10 – Fundo de Habitação de Timbó	20.000,00
99 – Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL DA DESPESA (PMT)	47.097.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	19.403.000,00
TOTAL GERAL (PMT)	66.500.000,00
01- Câmara de Vereadores	2.941.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde – FMS	14.955.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	930.000,00
17 – Fundo Municipal de Previdência Social – FUN-PREV	7.410.000,00
18 – Fundo Municipal de Assistência à Saúde – FAS	1.030.000,00
19 – Fundação Municipal de Esportes – FME	1.580.000,00
20 – Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente – FIA	250.000,00
21 – Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR	765.000,00
22 – Fundação Cultural de Timbó – FCT	3.020.000,00
23 – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e de Melhoria da Polícia Militar – FUNRE-BOMPOM	512.000,00
24 – Fundo Municipal de Trânsito – FUMTRAN	1.310.000,00
25 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE	14.000.000,00
TOTAL DA DESPESA (CONSOLIDADO)	95.800.000,00
TOTAL DA DESPESA (EXECUTIVO)	92.859.000,00
TOTAL DA DESPESA (LEGISLATIVO)	2.941.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	R\$ 2.940.000,00
04 – Administração	R\$ 5.533.000,00
06 – Segurança Pública	R\$ 697.000,00
08 – Assistência Social	R\$ 1.170.000,00
09 – Previdência Social	R\$ 4.734.000,00
10 – Saúde	R\$ 14.885.000,00
11 – Trabalho	R\$ 75.000,00

12 - Educação	R\$ 15.930.000,00
13 - Cultura	R\$ 3.003.000,00
14 - Direitos da Cidadania	R\$ 0,00
15 - Urbanismo	R\$ 8.379.000,00
16 - Habitação	R\$ 20.000,00
17 - Saneamento	R\$ 13.895.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 242.000,00
20 - Agricultura	R\$ 1.055.000,00
22 - Indústria	R\$ 1.200.000,00
23 - Comércio e Serviços	R\$ 763.500,00
26 - Transporte	R\$ 14.000.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 1.564.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 1.611.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 4.103.500,00
TOTAL	R\$ 95.800.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0.001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.940.000,00
0.005	OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS	964.000,00
0.006	ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP	647.000,00
0.010	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	706.000,00
0.011	ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	30.000,00
0.012	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL	561.000,00
0.013	DEFESA CIVIL	15.000,00
0.015	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL	2.231.000,00
0.016	GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO	876.000,00
0.017	QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR	182.000,00
0.018	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	303.000,00
0.020	EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE	8.344.000,00
0.022	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE	7.586.000,00
0.025	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	1.024.000,00
0.027	FUNPREV - FUNDO DE PREV. DOS SERV. PUBL. MUN.	3.710.000,00
0.030	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.200.000,00
0.032	PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA	75.000,00
0.034	APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR	1.055.000,00
0.036	TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO	763.500,00
0.040	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	1.751.000,00
0.044	GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	242.000,00
0.046	SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE	1.295.000,00

0.048	GESTÕES DO FUMREBOMPOM	502.000,00
0.050	REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.368.000,00
0.052	OBRAS PÚBLICAS	16.135.000,00
0.054	PASSEIO PÚBLICO	10.000,00
0.060	GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	644.000,00
0.062	ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	248.000,00
0.066	HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT	20.000,00
0.070	GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	6.650.000,00
0.072	GESTÃO DA ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.860.000,00
0.074	GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	665.000,00
0.076	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO	500.000,00
0.078	GESTÃO DO SUS	1.210.000,00
0.086	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEP. E EQUIP. SOCIAIS	522.000,00
0.087	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	231.600,00
0.088	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	168.400,00
0.090	MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	964.000,00
0.091	APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	600.000,00
0.094	INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	2.423.000,00
0.096	PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL	580.000,00
0.100	ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS	4.000.000,00
0.102	ESGOTAMENTO SANITARIO - VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL	6.895.000,00
0.104	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	3.000.000,00
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.103.500,00
	TOTAL DOS PROGRAMAS	95.800.000,00

IV- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	60,98%	R\$ 58.427.628,00
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais	35,06%	R\$ 33.590.096,00
320000.00 - Juros e Encargos da Dívida	0,32%	R\$ 306.000,00
330000.00 - Outras Despesas Correntes	25,60%	R\$ 24.531.532,00
DESPESAS DE CAPITAL	34,72%	R\$ 33.268.872,00
440000.00 - Investimentos	34,15%	R\$ 32.715.872,00
460000.00 - Amortização da Dívida	0,57%	R\$ 553.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4,28%	R\$ 4.103.500,00
DESPESA LÍQUIDA	93,19%	R\$ 95.800.000,00
DEDUÇÕES DO FUNDEB	6,81%	R\$ 6.996.000,00
TOTAL DESPESA	100,00%	R\$ 102.796.000,00

V - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DE RENUNCIA DE RECEITAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2011

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRA- MAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2011	2012	2013	
IPTU	Isenção		300.708,66	309.729,92	319.021,82	<div>A renúncia foi contemplada na projeção da receita, se ultrapassar o demonstrado aplicarse-a o art. 9º da LDO/2010</div>
IPTU e taxas	Descontos		486.874,22	501.480,45	516.524,86	
ISS e taxas	Descontos		69.254,47	71.332,11	73.472,07	
ISS	Isenção		288.452,68	297.106,26	306.019,45	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		102.115,34	105.178,80	108.334,16	
TOTAL			1.247.405,37	1.284.827,54	1.323.372,36	
FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2010						

VI – DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

0.001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.940.000,00
0.005	OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS	964.000,00
0.006	ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP	647.000,00
0.010	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	706.000,00
0.011	ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	30.000,00
0.012	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL	561.000,00
0.013	DEFESA CIVIL	15.000,00
0.015	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL	2.231.000,00
0.016	GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO	876.000,00
0.017	QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR	182.000,00
0.018	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	303.000,00
0.020	EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE	8.344.000,00
0.022	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE	7.586.000,00
0.025	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	1.024.000,00
0.027	FUNPREV - FUNDO DE PREV. DOS SERV. PUBL. MUN.	3.710.000,00
0.030	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.200.000,00
0.032	PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA	75.000,00
0.034	APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR	1.055.000,00
0.036	TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO	763.500,00
0.040	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	1.751.000,00
0.044	GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	242.000,00
0.046	SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE	1.295.000,00
0.048	GESTÕES DO FUMREBOMPOM	502.000,00
0.050	REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.368.000,00
0.052	OBRAS PÚBLICAS	16.135.000,00
0.054	PASSEIO PÚBLICO	10.000,00
0.060	GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	644.000,00
0.062	ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	248.000,00
0.066	HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT	20.000,00
0.070	GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	6.650.000,00
0.072	GESTÃO DA ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.860.000,00
0.074	GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	665.000,00
0.076	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO	500.000,00
0.078	GESTÃO DO SUS	1.210.000,00
0.086	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEP. E EQUIP. SOCIAIS	522.000,00
0.087	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	231.600,00
0.088	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	168.400,00
0.090	MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	964.000,00
0.091	APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	600.000,00

0.094	INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	2.423.000,00
0.096	PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL	580.000,00
0.100	ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS	4.000.000,00
0.102	ESGOTAMENTO SANITARIO – VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL	6.895.000,00
0.104	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	3.000.000,00
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.103.500,00
	TOTALDOS PROGRAMAS	95.800.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência consolidada são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme segue:

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2011 (ART. 4ª, PARAGRAFO 3º, DA LRF)

ARF (LRF, art 4o, § 3o)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva Matemática	90,17%	Atender as demandas do FUNPREV	3.700.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	5,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	205.175,00
SUBTOTAL	95,17%	SUBTOTAL	3.905.175,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1,71%	Atender as demandas conf. Necessidade.	70.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	3,12%	Atender as demandas conf. Necessidade.	128.199,05
SUBTOTAL	4,83%	SUBTOTAL	198.199,05
TOTAL	100,00%	TOTAL	4.103.500,00

Art. 5º O orçamento da Seguridade Social do Município de Timbó apresenta-se consolidado ao Orçamento fiscal e pode ser demonstrado da seguinte forma:

I – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ - FMS

FMS

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2011

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	3.355.000,00
Receitas Tributárias	155.000,00
Receitas Patrimoniais	50.000,00



Transferências Correntes	3.120.000,00
Outras Receitas Correntes	30.000,00
Total das Receitas	3.355.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA	11.600.000,00
TOTAL	14.955.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	14.073.000,00
Pessoal e Encargos	9.548.000,00
Outras Despesas Correntes	4.525.000,00
Despesas de Capital	847.000,00
Investimentos	847.000,00
Reserva de Contingência	35.000,00
TOTAL	14.955.000,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ - FMAS

FMAS

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2011

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	230.000,00
Receitas Patrimoniais	25.000,00
Transferências Correntes	200.000,00
Outras Receitas Correntes	5.000,00
Total das Receitas	230.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA	700.000,00
TOTAL	930.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	920.000,00
Pessoal e Encargos	480.000,00
Outras Despesas Correntes	440.000,00
Despesas de Capital	7.000,00
Investimentos	7.000,00
Reserva de Contingência	3.000,00
TOTAL	930.000,00

III - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE TIMBÓ - FASS

FASS

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2011

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	470.000,00
Receitas de Contribuições	280.000,00
Receitas Patrimoniais	20.000,00
Outras Receitas Correntes	170.000,00
Receita Intra-Orçamentária	560.000,00
Total das Receitas	1.030.000,00
TOTAL	1.030.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	1.024.000,00
Outras Despesas Correntes	1.024.000,00
Reserva de Contingência	6.000,00
TOTAL	1.030.000,00

IV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE TIMBÓ - FUNPREV

FUNPREV

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2011

RECEITAS/DESPESAS	R\$
-------------------	-----

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	4.230.000,00
Receitas de Contribuições	1.918.600,00
Receitas Patrimoniais	2.120.000,00
Outras Receitas Correntes	191.400,00
Receita Intra-Orçamentária	3.180.000,00
Total das Receitas	1.030.000,00
TOTAL	7.410.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	3.710.000,00
Pessoal e Encargos	300.000,00
Outras Despesas Correntes	3.410.000,00
Reserva de Contingência	3.700.000,00
TOTAL	7.410.000,00

Art. 6º O orçamento para 2011 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Artigos 1º, §§ 1º e 4º, I, "a", e 48 da LRF). Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive de uma Unidade Administrativa/Orçamentária para outra, bem como, desvincular as receitas e despesas para melhor aproveitamento dos recursos do município na captação de Convênios.

Parágrafo único. Aplica-se, ainda, o disposto no "caput" deste artigo, relativamente às dotações do Orçamento Consolidado do Executivo e Legislativo.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2011 autoriza o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação o saldo das dotações que o compõem.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação será feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro. Os Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmara de Vereadores, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmara de Vereadores deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação por vínculo e fonte de recursos, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. No Orçamento-Programa das Fundações, da Autarquia e dos Fundos Municipais, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares, à conta do excesso de arrecadação, sem prejuízo do disposto nos incisos II, III e IV do “caput” deste artigo, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 11. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como destacará o órgão ou unidade responsável pelo controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas, conforme artigos 10 e 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.481 de 22 de outubro de 2.010.

Parágrafo único. Fica vedada a ocorrência de déficit de execução orçamentária, excetuando-se quando o déficit for resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior, não implicando no comprometimento da execução orçamentária do exercício subsequente.

Art. 12. De acordo com o artigo 10 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.481 de 22 de outubro de 2.010, nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal, no âmbito dos respectivos poderes, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, com centralização do ordenamento de despesas e autorização de pagamentos, observando-se o seguinte:

I – a limitação de empenho deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II – durante o prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III – a limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção

dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV – o ato expedido deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 13. O Poder Executivo e Legislativo emitirão semestralmente os relatórios de gestão fiscal e os demonstrativos que acompanham os relatórios resumidos da execução orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 14. Esta lei entra em vigor no dia 1º de Janeiro de 2011.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

ANEXOS

(arts. 2º, 3º e 5º da LOA/2011 Lei Orçamentária Anual e art. 5º e 6º da Lei nº 2.481 de 22 de outubro de 2.010, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011).

Lei Nº 2492, de 13 de Dezembro de 2010

LEI Nº 2492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação dos Servidores Públicos Municipais de Timbó para aquisição e doação de prêmio natalino aos servidores públicos do município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito autorizado a conceder auxílio financeiro de até R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), à Associação dos Servidores Públicos Municipais, com CNPJ n.º 83.794.545/0001-44, entidade civil sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública pela Lei n.º 2.369, de 18 de dezembro de 2007.

§ 1º O auxílio financeiro de que trata este artigo, será destinado a atender despesas com a aquisição de brinde de natal para doação aos servidores públicos do município de Timbó.

§ 2º Para o fim de doação dos produtos concernentes ao brinde de natal de que trata este artigo, será considerado Servidor Público Municipal os servidores estatutários ativos, inativos e pensionistas, os comissionados, os empregados públicos, os contratados temporariamente, os agentes políticos e estagiários, seja da administração direta, indireta ou do poder legislativo do Município de Timbó, desde que, com exceção dos inativos, estejam no mês de dezembro do corrente ano vinculados à administração pública municipal.

Art. 2º O presidente da Associação dos Servidores Públicos Municipais, fica responsável pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei, prestando contas no prazo de 30 (trinta) dias, após a entrega dos referidos

brindes.

Art. 3º A despesa com a execução do repasse previsto no art. 1º desta lei, correrá, por conta da Secretaria de Articulação Política e Institucional, Orçamento-Programa 2010, com a seguinte classificação:

02.001.04.0122.0010.2004	Secretaria de Articulação Política / Assessoria de Gabinete / Manutenção dos Gabinetes e Assessorias
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Inst. Priv. S/ Fins Lucrativos
10.000	Recursos Ordinários
TOTAL	R\$ 46.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 13 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2.171 de 30 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2.171 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "RUBENS SCHMIDT", situado no lado ímpar da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 79,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Egito, nesta Cidade, com a área de 11.087,56m² (Onze mil e oitenta e sete metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), processo D-007/2010 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RUBENS SCHMIDT, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 7.322, datado de 05 de março de 2010.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 18.413, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.032.0656.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 02 (dois) lotes, numerados de 01 (um) à 02 (dois) e mais uma área remanescente;

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 927,22m² (Novecentos e vinte e sete metros e vinte e dois decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 79,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Egito; estremando na frente em 27,39 metros com o lado ímpar da Rua Áustria; fundos estrema em 30,91 metros com a área remanescente; lado direito estrema em linha curva em 6,58 metros e em 30,03 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 33,77 metros com terras de Antonio Regis, matrícula nº 18.644, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 902,69m² (Novecentos e dois metros e sessenta e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 135,59 metros da esquina formada com o lado par da Rua Egito; estremando na frente em 21,09 metros com o lado ímpar da Rua Áustria; fundos estrema em 30,75 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 33,63 metros com o lote nº 01, de propriedade de Vilfrid Leitzke, matrícula nº 3.639, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha curva em 12,26 metros e em 23,89 metros com a área remanescente;

03 - Área Remanescente - com área de 9.257,65m² (Nove mil, duzentos e cinquenta e sete metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado ímpar da

continuação do Decreto n.º 2.171/2010, fls. 02.

Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 106,39 metros da esquina formada com o lado par da Rua Egito; estremando na frente em 29,20 metros com o lado ímpar da Rua Áustria; fundos estrema em 68,91 metros com terras de Rubens Schmidt, matrícula nº 6.799, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada em segmentos de 12,26 metros em linha curva com o lote nº 02, em 23,89 metros e em 30,75 metros com o lote nº 02, em 116,44 metros com o lote nº 01, de propriedade de Vilfrid Leitzke, matrícula nº 3.639, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada em segmentos de 6,58 metros em linha curva com o lote nº 01, em 30,03 metros e em 30,91 metros com o lote nº 01, e em 139,83 metros sendo, em 49,58 metros com terras de Antonio Regis, matrícula nº 18.644, livro 2, e em 90,25 metros com terras de Alinor Andreazza, matrícula nº 5.811, livro 2. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "Non Aedificandi", de 5,62 metros de largura, por 163,15 metros de comprimento.

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, 30 de novembro de 2010.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.171/2010, foi publicado na forma da lei.
Timbó/SC, 30 de novembro de 2010.
SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Aviso de julgamento da licitação TP116-2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA LICITAÇÃO 116/2010

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que foram classificadas as propostas das empresas, INSTALADORA ELÉTRICA INDAIAL LTDA, M. J. MEDEIROS MONTAGEM E ELETROTÉCNICA LTDA, INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA E ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA. Foi declarada vencedora

a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA com o valor de R\$ 156.262,93 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e três centavos).

Data: 10/12/2010.

WALDEMAR GEBAUER

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso retificação ao Processo de Licitação 121/2010

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, cujo extrato foi publicado no DOM dia 10/12/2010, onde se lê : "Pregão Presencial 55/2010, para seleção de propostas visando a aquisição de SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC, com abertura para o dia 28/12/2010 às 14h:00 min

leia -se: " Pregão Presencial 55/2010, que tem por objeto a seleção de propostas visando a aquisição de SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC,

com abertura para dia 03/01/2011 as 14:00 min

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 10 de dezembro de 2010

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Retificação Termo aditivo ao contrato n º 082/2010

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, cujo extrato foi

publicado no DOM dia 07/12/2010, onde se lê :

Segundo termo aditivo ao contrato de nº 82/2010, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Tunápolis e a empresa Adriano Pelin e Cia Ltda-ME, cujo o valor é de R\$ 15.978,44 (Quinze mil, novecentos setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)

leia -se: Segundo termo aditivo ao contrato de nº 82/2010, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Tunápolis e a empresa Adriano Pelin e Cia Ltda-ME, cujo o valor é de R\$ 14.750, 87 (catorze mil setecentos e cinquenta sete reais e oitenta e sete centavos)

Tunápolis, SC, 09 de dezembro de 2010

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2041/2010

LEI nº 2.041/10, de 07 de dezembro de 2010

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.426/00, DE 09 DE MAIO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Mesa Diretora do Poder Legislativo apresentou, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os anexos II e IV da Lei nº 1.426/00, de 09 de maio de 2000 e suas alterações, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO II

Cargos de Provimento em Comissão (PC)

Art.5º § 2º da Lei 1.426/00

Nº DE CARGOS	CARGOS	SIMBOLO
01	Diretor Geral	CC1
01	Chefe de Gabinete	CC2
04	Assessor Parlamentar	CC3
01	Assessor de Imprensa	CC4

ANEXO IV

Tabela de Remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão (PC) Art.15 da Lei 1.426/00

CARGOS	REMUNERAÇÃO MENSAL
Diretor Geral	R\$ 1.630,00
Chefe de Gabinete	R\$ 1.000,00
Assessor Parlamentar	R\$ 850,00
Assessor de Imprensa	R\$ 850,00"

Art. 2º. O anexo VIII da Lei nº 1.426/00, de 09 de maio de 2000 e suas alterações, passa a vigorar com a exclusão do Auxiliar Legislativo e inclusão do Chefe de Gabinete, com as seguintes descrições do cargo:

CHEFE DE GABINETE.

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais.

Período de Trabalho: Diurno. O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

Horário: conforme quadro de horário de trabalho.

Sexo: ambos

Atribuições:

- controlar o recebimento, a expedição, numeração, distribuição de papéis e documentos em andamento na câmara, bem como, organizar e manter o protocolo geral;
 - chefiar os serviços de recepção de expediente;
 - atender ao público, prestando informações corretas, com o encaminhamento dos interessados aos setores competentes;
 - anunciar ao superior a presença de visitantes ou de pessoas que pretendam contato ou audiências;
 - responsabilizar-se por todas as atribuições inerentes ao cargo ou outras que lhe forem delegadas, ainda que omissas nesta lei.
- Requisitos: portador de certificado de conclusão do ensino médio e/ou comprovada experiência na área legislativa (demonstrada por contrato de trabalho ou ato de nomeação para o exercício dessas ou da função assemelhada).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com



efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Turvo(SC), 07 de dezembro de 2010
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2042/2010

LEI nº 2.042/10, de 07 de dezembro de 2010
CONCEDE VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Mesa Diretora do Poder Legislativo apresentou, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido Vale Alimentação, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2011 aos Servidores Efetivos, Comissionados e ACT, ativos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Parágrafo Único. O Vale Alimentação de que trata esta Lei será concedido até 28 de fevereiro de 2011 e não incorporará aos vencimentos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 07 de dezembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2043/2010

LEI nº 2.043/10, de 07 de dezembro de 2010
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a conceder subvenção social ao Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 07 de dezembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2044/2010

LEI nº 2.044/10, de 07 de dezembro de 2010
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.154/95, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1995

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam incluídos os Agentes Políticos nas indenizações de despesas, diárias e prêmios, previstos nos arts. 77 a 82, da Lei Municipal nº 1.154/95, de 11 de dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 07 de dezembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2045/2010

LEI Nº 2.045/10, de 07 de dezembro de 2010.
AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo autorizado a alienar os bens imóveis abaixo especificados, mediante leilão, por preço não inferior ao da avaliação, de conformidade com a Lei 8.666/93 a alterações posteriores:

1) Um terreno com área de um mil e duzentos e cinquenta metros quadrados (1.250,00 m²), sito em Rio Cachorrinho, deste distrito, com (25,00) metros de frente por (50,00) metros de fundos, confrontando: frente na estrada e fundos com Abel Nicoletti; Sul com Abel Nicoletti e Norte com o rio Cachorrinho, conforme matrícula nº 1.411 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

2) Um terreno rural com área de um mil e duzentos e sessenta e cinco metros quadrados (1.265,00 m²), sito em Turvo-Baixo, deste distrito, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte com a estrada municipal que vai de Turvo a Turvo-Baixo, com (33,50) metros; ao Sul com terras de Silvino Tomazi, medindo (24,00) metros; ao Leste com terras ainda Silvino Tomazi, medindo (44,00) metros e ao Oeste com terras da Mitra Diocesana de Tubarão, medindo (44,00) metros, conforme matrícula nº 5.829 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

3) Um terreno com área de oitocentos e setenta e cinco metros quadrados (875,00 m²), sito em Rodeio de Areia, deste distrito, com as seguintes confrontações: ao Oeste com Vinício Dandolini, medindo (25,00) metros; ao Leste com terras do estado de Santa Catarina-Secretaria de Educação e Cultura, medindo (25,00) metros; ao Sul, com Vinício Dandolini, medindo (35,00) metros e ao Norte também com Vinício Dandolini, medindo (35,00) metros, conforme matrícula nº 10.282 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

4) Um terreno com área de setecentos metros quadrados (700,00 m²), sito em Livramento, deste distrito, medindo (20,00) metros de frente por (35,00) metros de fundos, com as seguintes

confrontações: frente ao Norte, com a Rodovia SC-448; fundos ao Sul com José Marcon e Pacífico Reco; extrema ao Leste com uma Servidão particular e ao Oeste com distas de José Marcon e Pacífico Reco, conforme matrícula nº 10.283 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

5) Um terreno rural com área de setecentos e setenta metros quadrados (770,00 m²), sito em Boa Vista, deste distrito, medindo (22,00) metros de frente por (35,00) metros de fundos, com as seguintes confrontações: frente ao Sul com a Rodovia Municipal TVO-358, ao Norte com Renato, Olivio e Antoninho Scarabelot; Leste com uma Servidão particular e ao Oeste com Renato, Olivio e Antoninho Scarabelot, conforme matrícula nº 10.284 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

6) Um terreno com área de nove mil metros quadrados (9.000,00 m²), sito em Rodeio de Areia, deste distrito, confrontando: ao Norte com (120,00) metros com Ivo Feltrin; ao Sul com (125,00) metros com Doralina Vieira de Bettio; ao Leste com (75,00) metros com Doralina Vieira de Bettio e Oeste com (75,00) metros com a estrada estadual, conforme matrícula nº 14.365 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

7) Um terreno com área de um mil metros quadrados (1.000,00 m²), sito em Boa Vistinha, deste distrito, com (25,00) metros de frente por (40,00) metros de fundos, confrontando: frente ao Sul na estrada municipal e fundos ao norte; extremado ao Leste e ao Oeste com João Fortulino Filho, conforme matrícula nº 14.392 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

8) Um terreno com área de seiscentos e vinte e cinco metros quadrados (625,00 m²), sito em Rio Turvo, deste distrito, tendo (25,00) metros de frente por (25,00) metros de fundos, confrontando: Sul com Romeu Rovaris e Norte com a estrada municipal, ao Leste e ao Oeste com Romeu Rovaris, conforme matrícula nº 14.404 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

9) Um terreno com área de um mil e novecentos e oitenta metros quadrados (1.980,00 m²), sito em Morro Azul II, deste distrito, com (44,00) metros de frente por (45,00) metros de fundos, confrontando: frente ao Sul na estrada municipal e fundos ao Norte com Jose Monteiro Pinto; Leste com Pascoal Cadorin e Oeste ainda com José Monteiro Pinto, conforme matrícula nº 14.405 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

10) Um terreno com área de um mil metros quadrados (1.000,00 m²), sito em Morro do Meio, deste distrito, com (20,00) metros de frente por (50,00) metros de fundos, confrontando: frente ao Leste, na estrada municipal; fundos ao Oeste, com terras de Avelino Lucietti; Sul, com terras de Serafim Tomaz Borges e ao Norte, com Avelino Lucietti, conforme matrícula nº 17.645 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

11) Um terreno rural com área de um mil e quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta e quatro centímetros quadrados (1.462,74 m²), sito em Ponte Alta, deste distrito, confrontando: Norte com (34,15) metros com Manoel Estevão Patrício; Sul com (40,25) metros no alinhamento da estrada municipal TVO-364; Leste com (33,00) metros com uma estrada particular em terras de Ademir Daros e Oeste com (51,55) metros com Manoel Estevão Patrício, conforme matrícula nº 21.524 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

12) Um terreno urbano com área de seiscentos e cinquenta e nove metros e quarenta e quatro centímetros quadrados (659,44 m²), sito nesta cidade, sendo o lote 176, da quadra 61, setor 01, com formato irregular, confrontando: frente ao Sul com a Rua Romulo Pescador com (41,70) metros; fundos ao Norte com terras do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com (17,00) metros

e Ornilde Angelina Búrigo Olivo, com (24,70) metros; extrema ao Leste com a Rua do expedicionário com (17,20) metros e ao Oeste, parte do alinhamento da Rua Romulo Pescador seguindo em direção ao Norte por (13,80) metros extremado com Nelson Ceconi, rumando deste ponto em direção ao Leste por (17,00) metros e novamente em direção ao Norte por mais (3,40) metros, extremado com terras do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, conforme matrícula nº 22.695 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo(SC), 07 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2046/2010

LEI Nº 2.046/10, de 07 de dezembro de 2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TURVO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Turvo para o exercício financeiro de 2011, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 26.332.510,80 (vinte e seis milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e dez reais e oitenta centavos).

Art. 2º. As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

1 – CORRENTES	R\$ 21.111.960,80
Receita tributária	R\$ 2.409.593,00
Receitas de Contribuições	R\$ 226.087,00
Receita Patrimonial	R\$ 194.969,00
Receita Industrial	R\$ 40.000,00
Receita de Serviços	R\$ 26.500,44
Transferências Correntes	R\$ 20.781.702,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 737.809,64
Deduções da Receita (Fundeb)	R\$ -3.304.700,28
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.220.550,00
Alienação de Bens	R\$ 175.550,00
Transferências de Capital	R\$ 5.045.000,00
TOTAL	R\$ 26.332.510,80

Art. 3º. A despesa fixada, detalhada em anexos a esta Lei conforme determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos, Funções e Grupo de Natureza da Despesa:

I – DESPESAS POR ÓRGÃOS	
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 1.100.000,00
Gabinete do Prefeito	R\$ 500.000,00
Gabinete do Vice Prefeito	R\$ 80.000,00
Secret. de Adm. e Finanças	R\$ 2.143.000,00
Secret. Ind.Agroind.Com.Trab. e Des.Comunitário	R\$ 595.000,00
Secret. de Educação Cultura e Esportes	R\$ 8.310.500,00
Secret. Transp.Obras e Serv.Urbanos	R\$ 7.888.320,00
Secret. de Saúde e Ação Social	R\$ 815.000,00
Secret. de Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 1.215.000,00
Reserva de Contigência	R\$ 20.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 3.460.690,80
Fundo Munic. de Assistência.- Plamas	R\$ 205.000,00
TOTAL	R\$ 26.332.510,80
II – DESPESAS POR FUNÇÕES	
01 – Legislativa	R\$ 1.100.000,00
04 – Administração	R\$ 1.811.000,00
06 – Segurança Pública	R\$ 22.000,00
08 – Assistência Social	R\$ 695.000,00
10 – Saúde	R\$ 3.665.690,80
12 – Educação	R\$ 7.118.500,00
13 – Cultura	R\$ 319.000,00
15 – Urbanismo	R\$ 4.400.000,00
16 – Habitação	R\$ 120.000,00
20 – Agricultura	R\$ 1.215.000,00
22 – Indústria	R\$ 595.000,00
26 – Transportes	R\$ 3.488.320,00
27 – Desporto e Lazer	R\$ 873.000,00
28 – Encargos Especiais	R\$ 890.000,00
99 – Reserva de Contingência	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 26.332.510,80
III – DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 18.059.510,80
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 8.253.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 26.332.510,80

Art. 4º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 6º. Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. As alterações ocorridas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2011, com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2010 a 2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro.

Turvo(SC), 07 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Pregao Presencial 122/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 122/2010

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/2010

Objeto: Aquisição de 01 (uma) Retro Escavadeira Nova.

Entrega dos envelopes: até as 14:30hs do dia 22/12/2010

Abertura da Sessão: á partir das 14:30hs do dia 22/12/2010

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC 08/12/2010

ESTER ZANETTE BARP

Pregoeira

Leilao 123/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE LEILÃO

A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de seu Leiloeiro torna a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Publico a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 123/2010 - Modalidade - LEILÃO nº. 123/2010 - Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Alienação de Bens Imoveis Inservíveis a Administração Publica do Município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 28/12/2010

Abertura da Sessão para abertura dos envelopes e em seguida para lances: a partir das 14:00 horas do dia 28/12/2010

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, em 10 de Dezembro de 2010

JOSE SIDNEI JANUÁRIO

Leiloeiro

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 9.586/10

DECRETO Nº 9.586/10 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração

03 - Segurança Pública

2.021 - Convênio Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0..... 11.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 11.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

INPREVID

1º Termo Aditivo ao Contrato 001-2010 FASM

FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA - FASM

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2010

Objeto: Prestação de Serviço de Informática

Locador: FASM

Locatário: RODRIGO CHEROBIN

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/12/2011, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Sexta, mediante assinatura de aditivos.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 001/2010 - Prestação de Serviço de Informática, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento

Videira, 09 de dezembro de 2010.

VILSO VANZ

Presidente do FASM

1º Termo Aditivo ao Contrato 001-2010 INPREVID

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2010

Objeto: locação de Software de Folha de Pagamento para uso do INPREVID

Locador: INPREVID

Locatário: Betha Sistemas Ltda

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2011.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

7º Termo Aditivo ao Contrato 003-2007 INPREVID

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2007
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2007

Objeto: locação de imóvel para sede do INPREVID

Locador: INPREVID

Locatário: JACIR JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/12/2011, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Segunda, parágrafo único, mediante assinatura de aditivos.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

7º Termo Aditivo ao Contrato 004-2007 FASM

FUNDO DE ASSISTENCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA - FASM

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2007

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2007

Objeto: locação de imóvel para sede do FASM

Locador: FASM

Locatário: JACI JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/12/2011, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Segunda, parágrafo único, mediante a assinatura de aditivos.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

VILSO VANZ

Presidente do FASM

Consórcios Públicos

CIGA

Resolução Nº 09/2010

Resolução nº 09/2010

Dispõe sobre o cronograma de publicações do DOM/SC para o final do exercício de 2009.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no Contrato do Consórcio, RESOLVE:

Art. 1º Fica definido o cronograma anexo acerca da publicação das edições do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) para o final de ano de 2010:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2010.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito de Monte Carlo

Presidente do CIGA

ANEXO

Tabela do cronograma de publicação de atos do DOM/SC para o final de ano de 2010

Data	Edição do DOM/SC	Horário limite para envio de atos
(...)		
23 de dezembro	SIM	13 horas do dia 22 de dezembro
24 de dezembro	NÃO	
25 de dezembro	NÃO	
26 de dezembro	NÃO	
27 de dezembro	SIM	13 horas do dia 23 de dezembro
28 de dezembro	SIM	13 horas do dia 27 de dezembro
29 de dezembro	SIM	13 horas do dia 28 de dezembro
30 de dezembro	SIM	13 horas do dia 29 de dezembro
31 de dezembro	SIM	13 horas do dia 30 de dezembro
1º de janeiro de 2010	NÃO	
2 de janeiro de 2010	NÃO	
3 de janeiro de 2010	SIM	13 horas do dia 31 de dezembro
(...)		